



VINÍCIUS TORRES BARROS DE MELO

**DIVIDIR A SOCIEDADE PARA DERRUBAR O GOVERNO: MÉTODO DOS EUA
PARA DESESTABILIZAR O GOVERNO CHILENO ANTES DO GOLPE DE 1973**

JOÃO PESSOA - PB

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VINÍCIUS TORRES BARROS DE MELO

**DIVIDIR A SOCIEDADE PARA DERRUBAR O GOVERNO: MÉTODO DOS EUA
PARA DESESTABILIZAR O GOVERNO CHILENO ANTES DO GOLPE DE 1973**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Ms. Daniel de Campos Antiquera

João Pessoa

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D278d de Melo, Vinicius Torres Barros.

DIVIDIR A SOCIEDADE PARA DERRUBAR O GOVERNO: MÉTODO DOS
EUA PARA DESESTABILIZAR O GOVERNO CHILENO ANTES DO
GOLPE DE 1973 / Vinicius Torres Barros de Melo. - João
Pessoa, 2019.

101 f. : il.

Orientação: Daniel de Campos Antiquera.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Polarização. Estados Unidos. Ação Encoberta. Golpe.
I. Antiquera, Daniel de Campos. II. Título.

UFPB/CCSA

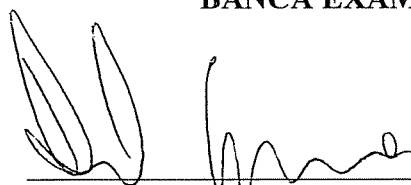
VINICIUS TORRES BARROS DE MELO

**DIVIDIR A SOCIEDADE PARA DERRUBAR O GOVERNO: MÉTODOS DOS EUA
PARA DESESTABILIZAR O GOVERNO CHILENO ANTES DO GOLPE DE 1973**

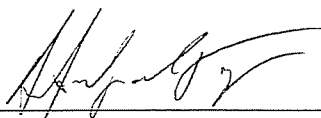
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 26 / 08 / 2019

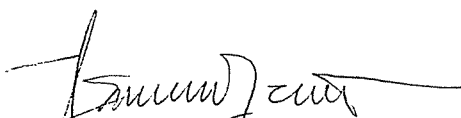
BANCA EXAMINADORA



Prof. Daniel de Campos Antiquera (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

“O caos é uma ordem por decifrar.”

José Saramago

AGRADECIMENTOS

A meu pai Sávio e minha mãe Rossana que sempre me apoiaram em todas as minhas escolhas, me estimulando a ser o meu melhor. A minha amada Aline que sempre esteve ao meu lado. A meus colegas e aos grandes amigos que criei nesses anos alegres e conturbados. A meu orientador professor Daniel Antiquera e à banca examinadora composta pelos professores Túlio Ferreira e Augusto Menezes, por sua disposição e auxílio.

RESUMO

A presente pesquisa discute o papel da polarização da política e da sociedade chilenas, conjugada a extremismo e mobilização como um método específico de desestabilização por ações encobertas, utilizado pelos EUA (CIA) para criar as condições ao golpe de Estado militar que findou o governo de Salvador Allende e a democracia no Chile, em 11 de setembro de 1973, dando origem a um governo autoritário no país. Esta pesquisa, com ênfase em operações de inteligência, se justifica na importância do estudo de um possível método a ser identificado ao longo da atuação da CIA em todo o mundo, principalmente contra democracias do Terceiro Mundo, para penetrar nas instituições e organizações de nações a fim de subvertê-las para um golpe de Estado, constituindo-se como uma técnica de intervenção, na luta entre os Estados. O estudo segue uma abordagem qualitativa, a partir de uma revisão de literatura sobre um caso escolhido. Os objetivos envolvem entender como ações encobertas podem criar as condições ao golpe de Estado, dentro de um processo de desestabilização, utilizando dos elementos da polarização, extremismo e mobilização de forma conjugada. A pesquisa conclui que houve uma atuação decisiva da CIA para fomentar a polarização, extremismo e mobilização na política e sociedade chilenas, por meio dos partidos políticos, organizações, sindicatos e imprensa. Sendo a polarização, extremismo e mobilização, instrumentalizados como um método, de forma sistemática e coordenada, por meio do esvaziamento do centro político e da confrontação da classe média com o governo, para criar as condições que levaram ao golpe de Estado em 11 de setembro de 1973.

Palavras-chave: Polarização. Estados Unidos. Ação Encoberta. Golpe de Estado.

ABSTRACT

This research discusses the role of the polarization of Chilean politics and society, conjugated with extremism and mobilization as a specific method of destabilization by covert action, used by the USA (CIA) to create the conditions for the military coup that ended the government of Salvador Allende and democracy in Chile, on September 11, 1973, giving rise to an authoritarian government in the country. This research, with an emphasis on intelligence operations, is justified in the importance of studying a possible method to be identified throughout the CIA's worldwide operations, especially against Third World democracies, to penetrate the institutions and organizations of nations in order to subvert them to a coup d'état, as a technique of intervention in the struggle between states. The study follows a qualitative approach, based on a literature review of a chosen case. The objectives involve understanding how covert actions can create conditions for the coup d'état, within a destabilizing process, using the elements of polarization, extremism and mobilization in conjunction. The research concludes that there was decisive action by the CIA to foster polarization, extremism and mobilization in Chilean politics and society through political parties, organizations, unions and the press. Being polarization, extremism and mobilization, instrumentalized as a method, in a systematic and coordinated manner, through the emptying of the political center and the confrontation of the middle class with the government, to create the conditions that led to the coup d'état on September 11, 1973.

Keywords: Polarization. United States. Covert Action. Coup d'etat.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Argentina – Brasil – Chile
CA	Covert Action
CIA	Central Intelligence Agency
CIG	Central Intelligence Group
CODE	Confederación de la Democracia
CODELCO	Corporación Nacional del Cobre de Chile
CPA	Covert Political Action
CUTCh	Central Única de Trabajadores Chilenos
D/CIA	Director of the Central Intelligence Agency
DC	Democrazia Cristiana
DCI	Director of Central Intelligence
DDP	Deputy Directorate of Plans
DNI	Director of National Intelligence
DOD	Department of Defense
DOS	Department of State
EUA	Estados Unidos da América
FDP	Fronte Democratico Popolare
FRAP	Frente de Acción Popular
HPSCI	United States House Permanent Select Committee on Intelligence
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC	United States Intelligence Community
ITT	International Telephone & Telegraph
MAPU	Movimiento de Acción Popular Unitaria
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
NIA	National Intelligence Authority
NSC	National Security Council
OWI	Office of War Information

PCCh	Partido Comunista de Chile
PDC	Partido Demócrata Cristiano
PIB	Producto Interno Bruto
PN	Partido Nacional
PS	Partido Socialista de Chile
PyL	Frente Nacionalista Patria y Libertad
SAD	Special Activities Division
SALT	Strategic Arms Limitation Talks
SSCI	United States Senate Select Committee on Intelligence
UP	Unidad Popular
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WH	Western Hemisphere

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MUDANÇA DE REGIME POR GOLPE DE ESTADO	15
2.1 Ações Encobertas	16
2.2 Golpe de Estado e Ações Encobertas	26
2.3 Desestabilização: O Caos como Instrumento.....	34
2.4 Estados Unidos, a CIA e a Administração Nixon.....	37
2.5 Definindo Polarização, Extremismo e Mobilização	47
3 DESESTABILIZAÇÃO PARA O GOLPE DE ESTADO NO CHILE	55
3.1 Conjuntura Chilena e as Condições ao Golpe de Estado.....	56
3.2 Ação Encoberta dos Estados Unidos no Chile	64
3.3 Polarização, Extremismo e Mobilização no Chile.....	68
4 MÉTODO DA POLARIZAÇÃO, EXTREMISMO E MOBILIZAÇÃO	75
4.1 Fomento a partir de Ações Encobertas.....	75
4.2 Instrumentalização para o Golpe de Estado.....	81
5 CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

A história do violento ¹ processo que pôs fim ao regime democrático no Chile e velou sua via pacífica ao socialismo, encabeçada pelo então presidente Salvador Allende, não constitui mera manifestação doméstica, senão faz parte de um fenômeno mais complexo da política internacional. Pois, o governo chileno seria sujeito uma intervenção externa pelos EUA, da qual foi marcante o envolvimento da CIA por ações encobertas. Questionamos se a CIA teria empregado algo análogo a um método, de forma sistemática e organizada, para fomentar a polarização, extremismo e mobilização a ser instrumentado ao golpe de Estado.

O sucesso no Chile de um presidente declaradamente marxista por vias eleitorais significava: aos Estados Unidos da América (EUA) um problema geoestratégico; ao governo em Washington uma derrota moral, às corporações norte-americanas uma suposta perda da hegemonia econômica sobre o mercado e os recursos naturais chilenos – fundamentalmente o cobre –; e particularmente à administração Nixon uma declaração de guerra. Segundo Richard Helms, então diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) – *Central Intelligence Agency* –, “Truman perdeu a China. Kennedy perdeu Cuba. Nixon não estava disposto a perder o Chile.” (HELMS; HOOD, 2003, p. 405, tradução nossa). ²

Nenhum país no mundo foi tão responsável pela derrubada de governos estrangeiros, as mudanças de regimes, como os EUA (KINZER, 2007). Durante a Guerra Fria foi recorrente o apoio a golpes de Estado executados pelas Forças Armadas do país alvo (THYNE, 2010). Apesar da rápida execução de um golpe, um longo caminho permitiu sua consumação. Tratamos aqui sobre o processo anterior ao golpe, questionamos se o impacto da polarização, conjugada ao extremismo e mobilização, que permearam o cenário político e social chileno, foi um processo aguçado e instrumentalizado como parte de um projeto deliberado por um ator externo, os Estados Unidos, para emular artificialmente as condições ao golpe. Indagamos se os EUA e a CIA teriam trabalhado para desestabilizar o governo chileno, por meio de ações encobertas, de forma organizada e sistemática, análoga a um método, possivelmente empregado pela CIA de forma mais embrionária em casos anteriores, mencionados ao longo da pesquisa, porém, de forma mais sistemática no Chile de 1970 até 1973.

¹ Quando se assiste pela primeira vez a filmagem do bombardeio ao Palacio de La Moneda, o observador é acometido por um sentimento de espanto e profunda seriedade. O cientista político Edward Luttwak (2016), quando atestou que para se perpetrar um golpe de Estado era fundamental o apoio do exército para ser desfechado por tropas em solo, comenta que usar da força aérea ou mesmo do auxílio de bombardeios seria “[...] uma forma um tanto extrema de jogar o jogo.” (LUTTWAK, 2016, p. 92 – 93, tradução nossa).

² Truman had lost China. Kennedy had lost Cuba. Nixon was not about to lose Chile.

Esta pesquisa se justifica na análise do que pode ser compreendida como uma técnica específica de desestabilização, no entendimento de que este método que se configura dentro do sistema internacional como instrumento da luta de poder entre os Estados, tendo sido instrumentalizada por ações encobertas para se manipularem aspectos vitais da estrutura das nações, suas instituições, organizações e população. O que configura grande desafio tanto para países menores quanto para grandes potências, que desejam promover seus interesses no exterior a partir deste método, tendo logística e recursos para tal, assim como para regimes principalmente democráticos que desejam manter sua autonomia internacional e proteger sua soberania, preservando o legalismo perante as técnicas de subversão externas sem recorrer a medidas autoritárias. Discutimos a implicação política da mobilização fomentada por intervenção externa, como possível passo para golpes de Estado, especialmente onde há maior liberdade de imprensa (CASPER; TYSON, 2014). Analisamos a relação desta mobilização fomentada com processo de polarização e extremismo no caso do Chile.

É importante ressaltar que o tema da presente pesquisa se faz relevante tanto para a academia, quanto para tomadores de decisão e organizações preocupadas com questões de inteligência, preservação e autonomia de regimes democráticos participativos, principalmente em países em desenvolvimento, porém não exclusivamente. Considerou-se prudente desenvolver uma análise sobre um evento cuja distância no tempo permite acesso à documentação, questão no estudo de operações de caráter clandestino, para inquirir a existência e efetividade deste suposto método. Estudar como tal técnica foi desenvolvida, maturada e como evoluiu ao longo da segunda metade do século 20, importa como subsídio para pesquisas que tratem de sua relevância na atualidade, apesar de não ser este o objeto da presente pesquisa. Cabe aqui explicar não como o governo dos Estados Unidos derrubou Allende, trabalho de abundante literatura prévia, sequer tratar acerca de todos os métodos utilizados para desestabilizá-lo – apesar de inevitavelmente versarmos sobre estes temas –, mas sim como um determinado método de desestabilização – a polarização, o extremismo e a mobilização –, criou as condições e o clima para a concretização do golpe de Estado.

Para responder a esta pergunta, nossos objetivos se distinguem: (1) primeiramente em uma análise fundamentalmente conceitual, sobretudo ao entendimento das ações encobertas e dos golpes de Estado; (2) em um segundo momento, como a polarização, extremismo e mobilização estavam presentes no Chile; (3) e finalmente, como a polarização, extremismo e mobilização foram fomentados por ações encobertas pela CIA para o golpe de Estado. Para este fim, estudaremos o caso do processo de penetração e desestabilização por meio de ações encobertas por parte dos EUA e da CIA para o golpe de Estado no Chile em 1973.

Postulamos as seguintes hipóteses: (1) as ações encobertas concebidas e empregadas pela CIA no Chile não foram isoladas, mas fazem parte de um método para a captura da classe média e centro político, os antagonizando e os afastando do governo para desestabilizá-lo; sendo que (2) o fomento da polarização, extremismo e mobilização de forma conjugada foi um dos fatores decisivos para o golpe de Estado executado pelas Forças Armadas chilenas.

Para a realização da pesquisa será elaborada revisão de literatura ³ acerca do caso escolhido e das temáticas pertinentes, com ênfase em inteligência, tanto mais recente quanto contemporânea aos eventos para evitar anacronismos e ter uma visão histórica mais acurada. Complementarmente, em auxílio à revisão de literatura serão analisados documentos oficiais. O capítulo 2 apresenta caráter fundamentalmente conceitual, discorrendo sobre ações encobertas, golpe de Estado e sua relação com um processo de desestabilização para criar as condições ao golpe de Estado. Também trata de seu emprego pela CIA para mudança de regime, em especial, utilizando os elementos da polarização, extremismo e mobilização. No capítulo 3 discorreremos sobre o caso do Chile, relacionando seus aspectos econômicos e políticos às condições do golpe, mostrando preliminarmente um quadro geral das ações encobertas conduzidas pela CIA e relatando o cenário de polarização em curso no país. No capítulo 4 analisamos de forma mais rigorosa o papel dos EUA e da CIA neste processo, como a polarização, conjugada com extremismo e mobilização foram fomentadas e instrumentalizadas ao golpe de Estado. Na conclusão serão feitas considerações sintetizando os conteúdos apresentados.

³ Dispomos em certas citações indiretas o número da página, pois consideramos que em obras amplas e/ou extensas seja mais acessível e cômodo ao leitor no caso de informações muito específicas.

2 MUDANÇA DE REGIME POR GOLPE DE ESTADO

Quando Estados desejam derrubar governos estrangeiros podem fazê-lo a partir do uso da força militar, constituindo uma mudança de regime. Porém, quando desejam fazê-lo sem intervenção militar direta, podem: manipular eleições, assassinar um líder, apoiar insurgentes ou patrocinar um golpe de Estado; constituindo uma mudança de regime encoberta. Tais métodos clandestinos citados requerem do governo estrangeiro manipulador a execução de ações encobertas, no caso do golpe de Estado sua importância é singular (O'ROURKE, 2018).

No presente capítulo serão tratados os conceitos e termos essenciais da presente pesquisa, com o objetivo de analisar como as ações encobertas se desenvolveram como estratégias viáveis para planejamento e execução de mudança de regime de caráter encoberto, a partir da condução de operações dentro do programa encoberto com efeito desestabilizador e incentivador de um golpe de Estado, particularmente a partir do método da polarização, extremismo e mobilização, que julgamos ter sido instrumentalizado pela CIA.

Na primeira subseção (2.1) do capítulo será analisada a definição de ação encoberta; seu enquadramento dentro do campo da inteligência e as terminologias técnicas; sua condução; seus tipos e suas implicações; por que os tomadores de decisão decidem utilizá-las; quando e onde foram e podem ser empregadas; e quando melhor aplicadas. Ademais (2.2), como tais operações se relacionam com o fenômeno dos golpes de Estado, entendendo a definição de golpe e suas condicionantes, para relacionar a utilização de ações encobertas para as condições de realização do golpe. Em seguida (2.3), nos aprofundamos neste tema para mostrar como a desestabilização utilizada pelas ações encobertas cria as condições ao golpe de Estado. Posteriormente (2.4), partimos ao contexto norte-americano do pós-guerra para compreender de forma sintética a história e estrutura da CIA, não sendo intenção dessa pesquisa detalhar o complexo organograma da agência, pontuaremos aqueles detalhes mais relevantes para a pesquisa; como esta se tornou a encarregada de conduzir programas de ações encobertas em tempos de paz; além de estudar a atuação da agência durante a Guerra Fria, desde as primeiras ações encobertas até aquelas para derrubar governos estrangeiros. Finalizando (2.5) examinamos o método da polarização, extremismo e mobilização nos casos em que se identifica a utilização desta técnica de forma mais bem definida, a ser aplicado pela CIA desde a primeira vez em que a CIA atuou para derrubar um governo estrangeiro, sendo bem sucedida, para o golpe no Irã em 1953 e na América Latina, para o golpe no Brasil em 1964, a ser tratado no próximo capítulo sobre o caso principal do Chile.

2.1 Ações Encobertas

A ação encoberta (CA) é conceituada pelo estudioso de inteligência Jeffrey Richelson (2018) como: “[...] qualquer operação destinada a influenciar governos estrangeiros, pessoas ou eventos estrangeiros em apoio aos objetivos da política externa do governo patrocinador, mantendo ao mesmo tempo o apoio da operação pelo governo patrocinador em segredo.” (RICHELSON, 2018, p. 22-23, tradução nossa).⁴ Definição similar, por uma perspectiva norte-americana oficial, está presente no Relatório Final de 1976 (U.S SENATE, 1976) do Comitê de Inteligência do Senado dos Estados Unidos (SSCI) – *United States Senate Select Committee on Intelligence*.⁵ Ainda, a Comissão Church, precursora do Comitê supramencionado, em relatório sobre as ações encobertas no Chile corrobora com a afirmação de que o objetivo das mesmas é o “impacto político” (U.S. SENATE, 1975, p. 148), as diferenciando da mera coleta de inteligência clandestina, mais conhecida como espionagem (U.S SENATE, 1976, p. 131).

A literatura tende a concordar quanto à sua definição (HULNICK, 1996; O'BRIEN, 1995; STEMPEL, 2007), ainda existindo nuances interpretativas (HULNICK, 1996). Compreendendo tais operações como métodos de intervenção entre a diplomacia e a guerra, uma “terceira opção” (HULNICK, 1996), uma “forma de intervenção” que não uma invasão militar (AGEE, 1975), “ferramenta útil e flexível” (SHELDON, 1997), uma “guerra encoberta”, partindo da ideia de uma guerra não declarada (HANCOCK; WEXLER, 2014).

Ainda, para William Daugherty (2006) a ação encoberta pode ser sucintamente definida como “influência” e de forma mais extensa como:

[...] um programa de múltiplas operações de inteligência interligadas, subordinadas, coordenadas, geralmente administradas por um longo período de tempo, destinadas a influenciar um público-alvo a fazer algo ou a se abster de fazer algo, ou influenciar a opinião (por exemplo, do grande público, elites empresariais, ou lideranças políticas ou militares). (DAUGHERTY, 2006, p. 12, tradução nossa).⁶

⁴ [...] any operation designed to influence foreign governments, persons, or events in support of the sponsoring government's foreign policy objectives, while keeping the sponsoring government's support of the operation secret.

⁵ United States Senate Select Committee on Intelligence (SSCI) assim como o United States House Permanent Select Committee on Intelligence (HPSCI) têm a função de supervisionar as 17 agências governamentais que fazem parte da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos (IC). O Comitê foi criado a partir da Church Committee ou Comissão Church que em 1975 investigou agências de inteligência e suas operações, dentre elas a CIA, cujos programas de ações encobertas no Chile resultam em relatório citado seguidamente nesta pesquisa.

⁶ [...] a program of multiple, subordinate, coordinated, interlocking intelligence operations, usually managed over a long period of time, intended to influence a target audience to do something or to refrain from doing something, or to influence opinion (e.g., of the general public, business elites, or political or military leadership).

Daugherty (2006) coloca ainda que programas de operações encobertas são frequentemente iniciados com objetivo de influenciar indivíduos ou grupos, no que ele chama de “operações de influência” – “*influence operations*”. Doravante, tratando ainda da particularidade do encoberto, Daugherty (2006) afirma:

O aspecto encoberto é que o “patrocinador” (ou seja, o governo por trás do programa) permanece oculto, deixando os observadores acreditarem que os atores são cidadãos nativos agindo inteiramente por sua própria vontade em eventos de origem local. (DAUGHERTY, 2006, p. 13, tradução nossa).⁷

Logo, além de vislumbrarmos os efeitos dessas operações, constatamos sua natureza como a capacidade de negação de sua realização. Pois, enquanto manobras militares podem catalisar uma escalada de tensão, além de intervenções e mudanças de regime abertas atraírem os holofotes, com implicações no direito internacional (BUTLER, 2014), mudanças de regime encobertas e, portanto, ações de caráter encoberto permitem a negação da responsabilidade. Nas palavras de Arthur Hulnick (1996), as ações encobertas “[...] englobam uma variedade de atividades destinadas a realizar objetivos de tal forma que a mão dos Estados Unidos não é vista, ou pelo menos de uma forma que permita ao governo negar o conhecimento da ação.” (p. 146, tradução nossa).⁸ Desta forma, é delineado o chamado princípio da “negação plausível” – “*plausible deniability*”. (CALLANAN, 2009; AGEE, 1975).

Segundo Philip Agee (1975), essa negação só é possível no momento em que outro assuma a culpa, por isso os agentes condutores destes programas não costumam atuar diretamente, sendo organizadores e não executores (HANCOCK; WEXLER, 2014). Quando em campo, transitam entre esconderijos, as “casas seguras” – “*safe houses*” – e recrutam simpatizantes para intermediarem a ação da agência, processo este de “penetração” – “*penetration*” (MARCHETTI; MARKS; WULF, 1974). Os agentes recrutadores são referidos como operativos – *operatives* –, enquanto os agentes recrutados como ativos – *assets*.⁹ Frequentemente são criadas “organizações de fachada” – “*front organizations*” – para financiar os ativos ou mesmo como influenciadoras. O ativo pode ser referido como agente de influência – *agent of influence* – quando atua para influenciar a opinião pública ou de pessoas. Enquanto o agente provocador – *agent provocateur* – se infiltra em um grupo ou organização

⁷ The covert aspect is that the “sponsor” (i.e., the government behind the program) remains hidden, leaving observers to believe that the actors are indigenous citizens acting entirely of their own volition in events that are local in origin.

⁸ [...] encompasses a variety of activities designed to accomplish objectives in such a way that the hand of the United States is not seen, or at least in a way that enables the government to deny knowledge of the action.

⁹ Os operativos são ainda chamados de oficiais de inteligência ou agentes especiais, enquanto os ativos como agentes secretos ou agentes disfarçados – secret agent, undercover agent.

a fim de incitar sua radicalização (LERNER; LERNER, 2004). Pontuemos, que nem sempre há tal rigor conceitual na literatura, no entanto, faremos tal esforço aqui; e segundo, os termos aqui expostos fazem parte do contexto da inteligência norte-americana, sobretudo da CIA.

É importante ressaltar que enquanto os ativos, recrutados para influenciar e se engajar em atividades, têm consciência das operações estrangeiras em curso, outros simpatizantes podem ter essa consciência, embora não sejam vinculados a elas (DAUGHERTY, 2006). Enquanto na base da pirâmide está o público geral, a população influenciada pela introjeção da propaganda e das ações políticas, mas que desconhece a rede de inteligência instalada, podendo pensar e agir em favor do patrocinador, tomando por suas tais decisões e posições como se fossem orgânicas, conforme definido por Daugherty (2006) anteriormente.

Localizando a CA na constelação do ramo da inteligência, segundo Daugherty (2006), ela compõe uma de suas três disciplinas, sendo elas: (1) coleta e análise de inteligência, (2) contra inteligência e contra espionagem, e (3) ação encoberta. Enquanto Richelson (2018)¹⁰ define inteligência, por sua vez, como o “[...] produto resultante da coleta, processamento, integração, avaliação, análise e interpretação das informações disponíveis sobre nações estrangeiras, forças ou elementos hostis ou potencialmente hostis ou áreas de operações reais ou potenciais.” (RICHELSON, 2018, p. 21, tradução nossa).¹¹

Em síntese, o modo pelo qual as agências de inteligência operam se dá a partir de uma demanda por informação e orientação para planejamento. Assim, se conduz a coleta de “inteligência crua”, majoritariamente a partir de fontes públicas, para ser avaliada pelos analistas e produzida a “inteligência finalizada”, esta disseminada para as agências e autoridades governamentais interessadas, processo conhecido como ciclo da inteligência (RICHELSON, 2018; DAUGHERTY, 2006; LERNER; LERNER, 2004). Com relação à segunda disciplina, a contra inteligência envolve a neutralização de serviços de inteligência adversários, a partir de operações clandestinas e recrutamento de agentes, assegurando que suas operações não sejam descobertas; enquanto a contra espionagem impede que o inimigo faça o mesmo, descobrindo as operações de inteligências adversárias. (DAUGHERTY, 2006). Ademais, retornamos à terceira disciplina da ação encoberta, que atua dentro desse sistema intrincado também como operações de inteligência, no entanto, distintas das demais, pois visam agir e influenciar públicos específicos no exterior (DAUGHERTY, 2006).

¹⁰ Classifica inteligência de forma similar, porém discriminando coleta e análise.

¹¹ [...] the product resulting from the collection, processing, integration, evaluation, analysis, and interpretation of available information concerning foreign nations, hostile or potentially hostile forces or elements, or areas of actual or potential operations.

Uma CA é usualmente iniciada sob a autorização do chefe do executivo, no caso dos EUA, pelo presidente. Mesmo a CIA tendo a prerrogativa de iniciar operações de baixo nível, valor e risco, da administração Truman (1945 – 1953) até a Ford (1974 – 1977), Daugherty (2006) assegura que todos os programas de CAs da CIA foram iniciados e supervisionados pelo presidente. Em contrapartida, parte da literatura foca mesmo no descontrole e falta de supervisão na agência (AGEE, 1975; CORKE, 2007; HANCOCK; WEXLER, 2014).

Porém, para que uma CA seja eficaz é preciso entender seus princípios fundamentais. Daugherty (2006) coloca que a CA não pode ser utilizada como último recurso ou para resolver crises, visando resultados imediatos. Por outro lado, uma CA bem sucedida deve ter objetivos claros, poucas vezes de curto prazo, operacionalmente desenhada pela inteligência, coordenados com outras agências e sem a intromissão política repentina. Além disso, de acordo com Daugherty (2006), seus objetivos devem estar de acordo com os interesses do país, como exemplo, apesar do fiasco da invasão à Baía dos Porcos, a CA estava tão alinhada aos anseios da nação que aumentou a popularidade de Kennedy (GADDIS, 2005).

A literatura (CORKE, 2007; DAUGHERTY, 2006) tende a argumentar que deve haver uma complementaridade entre a política externa expressa, nos EUA conduzida pelo Departamento de Estado (DOS) e a CA pela CIA. Entretanto, é relevante ressaltar que a opção pela CA pode ocorrer para a manutenção de um jogo duplo com a política externa, por exemplo, mantendo uma postura de neutralidade para com um governo ao passo em que esforços encobertos são realizados para prejudicá-lo (HANCOCK; WEXLER, 2014).

Antes de prosseguir, é relevante estabelecer distinções acerca de termos que podem causar confusão. É possível definir que “atividades especiais” – “*special activities*” –, assim como “operações clandestinas” – “*clandestine operations*” – se propõem a manter em sigilo não só o patrocinador, como a própria operação (GOLDMAN, 2015), enquanto as ações encobertas são negáveis, mas apresentam efeitos expressos. Entretanto, durante o período estudado, ambas eram sinônimas, diferença surgindo nos EUA apenas a partir do *Intelligence Authorization Act* de 1991. Ainda assim, um exemplo de desconhecimento desse caráter das CAs foi a revolta do presidente Kennedy diante da notícia de um gerador explodido em Cuba, parte de uma CA de sabotagem, sendo o oficial da CIA encarregado de explicar o óbvio de que quando algo explode haverá barulho (DAUGHERTY, 2006). Assim, quando um gerador explode, ou mais recentemente os apagões na Venezuela, cujo presidente Maduro atribui a ação dos EUA (RT, 2019), é justamente essa a intenção; o resultado evidente para minar a credibilidade do regime adversário. Por outro lado, treinamentos de forças estrangeiras e apoio operacional não têm a intenção de produzir uma influência ou um evento aberto.

Doravante, entendendo o que são ações encobertas e o que não são, podemos discutir suas subdivisões. O ex-oficial da CIA Richard Bissell, atento as táticas, as categorizou em oito tipos: conselho político, subsídios a indivíduos, apoio financeiro e apoio técnico a partidos políticos, apoio a organizações privadas, propaganda encoberta, treinamento privado, operações econômicas e operações paramilitares (O'BRIEN, 1995; MARCHETTI; MARKS; WULF, 1974). Essas técnicas podem ainda ser mais bem agregadas, tendo em vista que as CAs representam uma ampla gama de operações, metodologicamente e operacionalmente distintas, elas estão presentes na literatura (CALLANAN, 2009; DAUGHERTY, 2006)¹² (HULNICK, 1996; O'BRIEN, 1995) usualmente subdivididas em quatro tipos: (1) ação psicológica ou propaganda, (2) política, (3) econômica e (4) paramilitar. O quadro 1 abaixo foi formulado no sentido de sintetizar as definições melhor estabelecidas de forma concisa, visto que apresentam definições similares, e a seguir trataremos de cada tipo particularmente.

Quadro 1 – Tipos de Ações Encobertas

Propaganda ou Psicológica	Disseminação de informação e/ou desinformação por diversos meios em vista de influenciar a opinião de um público.
Política	Utilização de contatos e/ou recursos para favorecer partidos ou organizações a fim de modificar o cenário político.
Econômica	Perturbação da estrutura financeira e econômica de um mercado adversário.
Paramilitar	Apoio a forças estrangeiras, com participação direta e/ou indireta em conflito.

Fonte: Elaborado pelo autor com informações extraídas de Hulnick (1996) e Daugherty (2006).

A CA de propaganda ou psicológica é o programa de utilização mais extensivo e pode ser definida como “[...] disseminação sistemática de doutrinas, pontos de vista ou mensagens específicas para um público escolhido.” (DAUGHERTY, 2006, p. 72).¹³ É a forma mais empregada e mais barata, ao mesmo tempo a mais sutil e prolongada, na medida em que demanda tempo para sua condução. Devido a esta natureza são as mais alinhadas à política externa expressa, levadas a cabo harmonicamente como promotoras das visões e interesses do governo patrocinador no estrangeiro. Seu objetivo é influenciar as mentes e o comportamento da audiência em questão, estimulando ideias e posturas condizentes com as defendidas pela política externa do patrocinador, a ação e/ou a inação, assim como a aceitação, apoio ou rechaço e aversão para com uma postura ou grupo (DAUGHERTY, 2006).

¹² Nota-se que Daugherty também as divide em quatro tipos, porém inclui ação econômica como uma ação política e apresenta um tipo diferente, a guerra informacional. Todavia, historicamente surgida apenas a partir da década de 80, período que não constitui o foco desta pesquisa, ainda assim a ser mencionada.

¹³ [...] systematic dissemination of specific doctrines, viewpoints, or messages to a chosen audience.

As táticas utilizadas dependerão de qual subgrupo de propaganda se atua, dentre três matizes: (1) propaganda branca, (2) cinza e (3) negra (DAUGHERTY, 2006). Nas chamadas propagandas brancas as informações difundidas são reconhecidas pelo governo patrocinador (AGEE, 1975), a despeito do viés de tal conteúdo, sua função principal é de fato operar como um canal de propaganda oficial, em consonância com os veículos oficiais. Seu oposto, as propagandas negras são informações sem fonte, fabricadas, rumores e calúnias, aquelas que se enquadram no campo da desinformação propriamente dita (AGEE, 1975). Ainda, discriminemos desinformação e “operações de enganação” – “*deception operations*”. Semelhantes à priori, todavia, as operações de enganação tradicionais à guerra, têm como audiência um tomador de decisão, em vista de promover uma percepção errônea acerca do campo de batalha e/ou das intenções do adversário (DAUGHERTY, 2006).

Já as propagandas cinza constituem esquemas mais intrincados, aqui a informação não é transmitida diretamente por veículos pertencentes ao governo patrocinador ou declarados como tal. As informações são transmitidas por veículos de comunicação dos próprios países alvo, que não reconhecem o patrocinador como fonte (AGEE, 1975), sendo as notícias e colunas publicadas em jornais, rádio, televisão e – mais recentemente – na internet, expostas como independentes, enquanto são patrocinadas ou até mesmo – frequentemente – produzidas pela agência de inteligência condutora da operação encoberta. Nesse caso é tarefa dos operativos: recrutar jornalistas, comentaristas políticos e editores; muitas vezes previamente alinhados com as ideias ou simpáticos ao país do operativo que o aborda, para publicar em sua autoria como se a posição expressa em suas colunas fosse sua visão própria, independente, enquanto alinha essa visão aos objetivos do país estrangeiro do qual recebe recursos para tal. É importante salientar que tais propagandas não precisam ser peças doutrinárias, já que devido à longevidade das operações, pequenas adições e sutilezas podem conduzir a mudanças na mentalidade que são introjetadas gradualmente (DAUGHERTY, 2006).

A CA de propaganda deve ser coordenada para atrair a atenção do público em questão, e são inúmeros os canais. Para influenciar as elites, foi utilizado, além da mídia tradicional, mesmo conferências científicas e artísticas, figuras políticas e intelectuais (DAUGHERTY, 2006). Enquanto às massas, através do entretenimento: filmes, documentários, músicas, literatura, revistas e jornais – atualmente através da mídia digital. Como aponta Daugherty (2006), uma mensagem útil e de pouca duração – poucos segundos e minutos – pode gerar uma reação de consumo – econômica – ou política – no caso da CA – de forma quase inconsciente. No que tange a captura da atenção do público e transmissão da mensagem, as implicações e lógicas são similares às da propaganda e marketing (DAUGHERTY, 2006).

O segundo tipo de CA é a ação encoberta política (CPA) – *covert political action* –, conduzida frequentemente em sinergia com a propaganda, ambas constituem o foco dessa pesquisa. Conceituada por Daugherty (2006) como “[...] exploração de contatos secretos e/ou a provisão de fundos a fim de afetar a situação política em um país alvo.” (p. 82, tradução nossa).¹⁴ Neste tipo de programa encoberto são tradicionalmente criadas organizações de fachada e recrutados ativos simpáticos com a causa estrangeira, assim como agentes de influência em posições privilegiadas para influenciar personalidades, políticos e tomadores de decisão. No caso de apoio a partidos em período eleitoral, o trabalho dos operativos se assemelha ao de marqueteiros ou assessores de campanha, enquanto os ativos publicam artigos e reportagens. Na prática, ações políticas e psicológicas se complementam, assim como se confundem, porém, as CPAs são atividades mais incisivas (AGEE, 1975).

Quanto aos inúmeros métodos empregados neste tipo de operação é possível apresentar um retrato para elucidar a prática dos operativos e agentes:

Operações de ação política vêm em muitas formas e podem incluir o financiamento secreto de campanhas políticas, com ou sem o conhecimento do candidato; extensão subsídios aos agentes de influência (indivíduos que são de confiança dos principais formuladores de políticas, estejam ou não eles próprios ocupando uma posição no governo); financiamento de manifestações trabalhistas ou greves; instigar e financiar manifestações de rua, marchas ou comícios; apoiar sociedades de amizade, grupos sociais ou outras organizações cívicas similares que possam exercer influência sobre um governo; manipular eventos políticos ou personagens; [...] e instigar golpes para derrubar um governo vigente. (DAUGHERTY, 2006, p. 82, tradução nossa).¹⁵

Como identificado no último ponto – instigar golpes –, este sendo foco da presente pesquisa, ponderamos ser vital o envolvimento tanto dos atores políticos como da sociedade para a sua maturação. Em última instância esse cenário desfavorável para com o governo fará com que as Forças Armadas estejam mais propensas a serem subvertidas, agindo para romper com a legalidade e derrubar o governo a força, executando o golpe de Estado.

A CPA permite aos tomadores de decisão que as iniciam a flexibilidade e controle da situação, assim como seu método permite pressionar os pontos de fraqueza do governo alvo “[...] sem recorrer a medidas provocativas ou deixando que o governo alvo perceba que seus

¹⁴ [...] exploitation of secret contacts and/or the provision of funds in order to affect the political situation in a target country.

¹⁵ Political action operations come in many forms and may include secretly funding political campaigns, with or without the knowledge of the candidate; extending subsidies to agents of influence (individuals who are trusted confidantes of key policymakers, whether or not they themselves hold a government position); funding labor demonstrations or strikes; instigating and funding street demonstrations, marches, or rallies; supporting friendship societies, social groups, or other similar civic organizations that may exert influence on a government; manipulating political events or personages; [...] and instigating coups to overthrow a sitting government.

oponentes são diferentes de seus próprios cidadãos trabalhando por uma vida melhor.” (DAUGHERTY, 2006, p. 84, tradução nossa).¹⁶

Em seguida, a ação encoberta econômica é conceituada por Hulnick (1996) como uma “[...] ação para perturbar a estrutura financeira ou atividade interna do adversário.” (p. 147, tradução nossa).¹⁷ Podendo ser subdividida em duas categorias: as operações de commodity e operações fiscais, a primeira está relacionada com “[...] compras clandestinas preclusivas, manipulação de mercado e projetos no mercado negro” (CALLANAN, 2009, p. 54, tradução nossa)¹⁸, sendo a última relativa à especulação monetária e a falsificação. Essas atividades podem abranger a mera confusão pela manipulação econômica, assim como inserção de moedas falsas no mercado e mesmo atividades de sabotagem de indústrias e estrutura econômica (DAUGHERTY, 2006).¹⁹

O último tipo de CA é a paramilitar, a forma menos aplicada, “[...] empregando força em uma escala suficiente para tornar o sigilo impossível, mas sobre o qual o governo, no entanto, fingiu não saber de nada.” (DAUGHERTY, 2006, p. 84, tradução nossa).²⁰ Atua como um multiplicador de força, no caso da CIA a forma pela qual foi mais empregada no século 21 se deu pelo treinamento, dentro do espectro de atividades especiais, em se utilizando a infraestrutura da CA. Já durante o século 20, com o treinamento e apoio logístico a exilados políticos, apesar de haver envolvimento em operações de combate diretas, como na Indochina, no entanto representando a exceção (DAUGHERTY, 2006). Podemos mencionar ainda a guerra informacional, considerada por Daugherty (2006) como surgida com o advento dos computadores e o rápido desenvolvimento de redes de comunicação e bancos de dados. O tema é amplamente debatido na atualidade, sob os auspícios da discussão da “ciberguerra” – “*cyberwarfare*”. No entanto, extrapola o recorte temporal da presente pesquisa.

Já que tratamos de recortar e definir rigorosamente o que são ações encobertas, podemos nos permitir a discuti-las pondo algumas questões relevantes. Estas seriam: quando surgiram as ações encobertas? Quais Estados as utilizam? Porque os chefes do executivo recorrem a elas? E quais seus benefícios e malefícios, vícios e virtudes?

¹⁶ [...] placing discrete pressure on an enemy's government at his precise points of weakness without resorting to provocative measures or letting the target government realize that its opponents are other than its own citizens working for a better life.

¹⁷ [...] action to disrupt an adversary's financial structure or internal activity.

¹⁸ [...] clandestine preclusive buying, market manipulation, and black market projects.

¹⁹ Como citado anteriormente, o autor inclui estas atividades como ações políticas, porém nestas considerando o viés econômico nelas apresentado.

²⁰ [...] employing force on a scale sufficient to make secrecy impossible but about which the government nonetheless pretended it knew nothing.

Primeiramente, estudos endossam que historicamente desde a antiguidade métodos congêneres às ações encobertas podem ser encontrados (SHELDON, 1997; STEMPEL, 2007). Segundo Sheldon (1997) “[...] o registro histórico sugere que pouquíssimas sociedades (especialmente não impérios) poderiam deixar passar a oportunidade de usar tais ferramentas úteis e flexíveis quando as operações militares abertas eram impraticáveis ou impossíveis.” (p. 299, tradução nossa). ²¹ De fato, como apontado por Sheldon (1997) o Império Romano conduziu uma série de operações encobertas contra o Império Parta: construindo uma rede de contatos com agentes infiltrados na corte e até mesmo a própria rainha, identificando nobres simpáticos, influenciando facções políticas, utilizando de formas de propaganda, inculcando o modo de pensar romano na nobreza e nos herdeiros do trono, assim como operações análogas a paramilitares como treinamento de estrangeiros.

Desta forma excluimos a tese da CA como um fenômeno recente, apesar de ter se consolidado e assumido forma mais definida na contemporaneidade. Com relação a que Estados as utilizam, Sheldon (1997) é categórica em afirmar que “Todos os Estados usam, nenhum Estado quer admitir.” (p. 299, tradução nossa). ²² CAs são utilizadas como uma forma de intervenção, isto é, um “[...] esforço estatal por um país para determinar a direção política de outro país” (WESTAD, 2007, p. 3, tradução nossa), ²³ logo quaisquer Estados com interesse em eventos externos podem recorrer a elas (SHELDON, 1997). Assim, não são uma especificidade norte-americana, russa/soviética, britânica, sequer de grandes potências, pois foram utilizadas até mesmo países menores como Cuba (HANCOCK; WEXLER, 2014).

É imperativo que todos os presidentes norte-americanos pós-1945 recorreram a CA por apresentar algum benefício perante ações militares abertas (DAUGHERTY, 2006). Por certo a CA apresenta não um, mas um leque de benefícios, como: custos reduzidos em comparação com ações militares e assistência externa; permitir operar sem a escalada de uma guerra em crises com dissuasão entre potências; alternativa mais enérgica que a diplomacia e menos agressiva que o emprego das Forças Armadas; historicamente evitar guerras, distribuindo recursos para o fortalecimento da economia; poder reduzir a sensibilidade pública; e aos presidentes dos EUA servia para burlar a vigilância do legislativo – pelo menos até 1974 quando se tornava mais ativa, ainda assim uma prerrogativa íntima ao executivo – (DAUGHERTY, 2006), e como argumentam Hancock e Wexler (2014) devido à compressão

²¹ [...] the historical record suggests that very few societies (especially not empires) could pass up the opportunity of using such useful and flexible tools when overt military operations were either impractical or impossible.

²² All states use them, no state wants to admit.

²³ [...] state-led effort by one country to determine the political direction of another country.

do tempo de decisão na segunda metade do século 20 que impôs a necessidade de respostas imediatas a crises, o papel da CA nas mãos do presidente adquiriu ainda maior importância.

De acordo com Daugherty (2006), os reveses de tais ações muitas vezes estão amparados na má compreensão e/ou utilização destas, quando conduzidas sem uma política externa que as dê suporte ou quando abusam de sua utilização, como no caso do Chile em 1970 para Daugherty (2006). Corke (2007) aponta ainda que os determinantes de uma operação encoberta bem sucedida são uma política externa coerente e uma estratégia integrada. Entretanto, quando se trata de seus malefícios isso se reflete no fato de que sucessos de curto prazo podem não significar uma maior segurança ao país patrocinador no longo prazo e a histórica norte-americana é recheada destas fábulas (HULNICK, 1996).

Um fator negativo da CA é sua imagem de “jogo sujo” – *“dirty trick”* –, no entanto, se a operação vier a público o impacto poderá depender mais de como a opinião pública percebe a causa e menos para com os métodos empregados. Em virtude disto, Daugherty (2006) reitera a importância de alinhar a CA no aspecto moral, enquanto Hancock e Wexler (2014) apontam que um dos objetivos destas é justamente diminuir a exposição pública de ações impopulares, domesticamente e internacionalmente, em especial durante a Guerra Fria.

Nesta subseção 2.1 vimos que as ações encobertas são atividades compreendidas no campo da inteligência, com a finalidade de causar impacto político no exterior em consonância com a política externa do patrocinador, de forma que seus responsáveis estejam ocultos ou possam negar participação. Elas estão tradicionalmente classificadas em: ações psicológicas ou de propaganda, políticas, econômicas e paramilitares; sendo as duas primeiras de especial atenção para a presente pesquisa. Também tratamos de demonstrar que as ações encobertas não são um fenômeno novo, sequer particular a história norte-americana, no entanto, apresentam notável importância no período do pós-segunda guerra para a política externa dos EUA. Seus benefícios principais são: o custo reduzido; a capacidade de atuarem como uma alternativa entre a diplomacia e o emprego de forças militares; e ao contexto norte-americano a pouca vigilância institucional que permite grande autonomia ao presidente. Seu sucesso está relacionado à complementariedade que apresenta com a política externa expressa do país e com estratégias, objetivos e coordenação clara e competente; sendo seus pontos fracos residindo em sua imagem pouco moral e sensível à opinião pública, quando expostas. Na subseção 2.2 a seguir explanaremos como golpes de Estado são passíveis a serem instigados por meio de ações encobertas, expondo quais as condições ao golpe de Estado, suas causas estruturais e gatilhos, passíveis a serem fomentados por meio de ações encobertas.

2.2 Golpe de Estado e Ações Encobertas

Compreendendo no que consiste uma ação encoberta, responderemos nesta subseção 2.2 como que ela se relaciona com o golpe de Estado. Para entender como as CAs criam as condições ao golpe é preciso analisar que condições são essas que propiciam a ocorrência e o sucesso de um golpe. Entendendo como a CA pode cultivar uma conjuntura política, econômica e social fértil a sua manifestação, faz-se necessário tratar das condições do golpe.

O Dicionário de Política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998) conceitua golpe de Estado como uma violação deliberada da legalidade por órgãos do Estado. Luttwak (2016) reconhece que a insurreição se tornou uma forma obsoleta de tomada do poder, devido ao aparato de defesa do Estado moderno, restando dois caminhos: a guerrilha e o golpe. Enquanto a primeira consiste em uma guerra de atrito e exaustão para minar as forças de segurança; o golpe usa da própria força do Estado contra ele mesmo, a partir de um processo de subversão e infiltração das suas agências, principalmente os serviços de segurança, e sendo executado com rapidez em vista de impelir qualquer oposição a uma postura de inação.

Assim o golpe de Estado é um ato realizado, por excelência, por atores que fazem parte do Estado e que gozam de autoridade – seja um governo, grupos ou fração das forças de segurança. Essa definição é relevante, pois estabelece uma distinção entre golpe e revolução. Frequentemente golpes se autodenominam revoluções, porém enquanto o golpe é executado por forças compreendidas no Estado, a revolução implica em ações populares – por isso a importância da mobilização em golpes – com objetivo de alterar significativamente as estruturas políticas, sociais e/ou econômicas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Golpes resultam muitas vezes em manutenção do status quo, no entanto, para Luttwak (2016) um dos elementos distintivos do golpe é ser politicamente neutro.

Considerando o golpe de Estado como um “[...] método para conquistar o poder” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 547), segundo Luttwak (2016), ele se evidencia com o desenvolvimento de burocracias estatais modernas e Forças Armadas permanentes, com a hierarquização e profissionalização, diferenciando a máquina do Estado das lideranças políticas que a governa. Assim, Luttwak (2016) define que “[...] um golpe consiste na infiltração de um pequeno, mas crítico segmento do aparato do Estado, o qual é usado para deslocar o governo de seu controle sobre o restante.” (p. 63, tradução nossa).²⁴

²⁴ [...] a coup consists of the infiltration of a small but critical segment of the state apparatus, which is then used to displace the government from its control of the remainder.

Para Powell e Thyne (2011) golpes constituem apenas a tentativa deliberada de derrubar o “chefe do executivo”, excluindo pressão contra ministros e motins. Segundo, os autores do golpe podem ser qualquer elite parte do aparato estatal, não apenas as Forças Armadas. Quando um governo é derrubado com envolvimento de forças externas, se estas forem os atores primários, não ocorre um golpe; por outro lado, há um golpe quando potências externas se envolvem como apoiadoras, sendo o golpe executado por atores domésticos, mesmo quando a influência externa é fundamental. São fenômenos dessa natureza os estudados nesta pesquisa. Terceiro, o golpe deve ser ilegal. Assim (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998), o “Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social” (p. 547), essa mobilização pode ser crucial para reforçar uma legalidade e popularidade, testar a força do governo e/ou agir como catalisador (CASPER; TYSON, 2014). Em formas extremadas o papel popular pode ser manobrado como elemento mesmo de desestabilização. Logo, Powell e Thyne (2011) definem que golpes de Estado constituem: “[...] tentativas ilegais e explícitas pelos militares ou outras elites dentro do aparato estatal para destituir o executivo em poder.” (p. 252, tradução nossa).²⁵

Enquanto a origem do termo *coup d'État* remete à obra de Gabriel Naudé no século XVII (1639), partimos pela obra de Curzio Malaparte (1932), a qual Eric Hobsbawm (1995) considera como “A primeira discussão séria do assunto.” (p. 341). Malaparte (1932) usa como caso principal a exitosa tomada do poder pelos Bolcheviques em 1917 para conceber “[...] a moderna técnica da insurreição.” (1932, p. 14). Contrapondo as estratégias de Lenin e Trotsky, por um lado Lenin vislumbrava uma revolução das massas através de uma greve geral, enquanto Trotsky: simplificar as variáveis, pondo pequenas companhias, de engenheiros e soldados para tomar os pontos estratégicos do Estado, isto é, serviços técnicos, estações elétricas, usinas, telefonia e telégrafos, portos, estações de trem, assim por diante. Assim como Trotsky, para Malaparte (1932) a defesa e a conquista do Estado é uma questão técnica e para tomá-lo era preciso capturar o Estado e não lutar contra o governo.

Como sustenta Moniz Bandeira (2008) “[...] é necessário que existam condições objetivas e subjetivas para a sua execução [do golpe].” (p. 39). Evidenciado pela calamidade social, desgaste da guerra, o caos entranhado na Rússia e em sua capital Petrogrado, o qual se constituiu como condição para o golpe (MALAPARTE, 1932). Moniz Bandeira (2008) sustenta que uma fórmula para criação de tais condições ao golpe de Estado havia sido desenvolvida pela CIA ao longo de sua atuação, hipótese discutida durante esta pesquisa.

²⁵ [...] illegal and overt attempts by the military or other elites within the state apparatus to unseat the sitting executive.

De acordo com Samuel Finer, em prefácio a obra de Luttwak (1969), esta e a obra de Malaparte (1932) devem ser estudadas lado a lado. Luttwak (2016) atualiza a investigação da ascensão dos extremismos na Europa do início do século 20, para o contexto da Guerra Fria, dispondo atenção sobre o Terceiro Mundo. Ambos preocupados com a questão técnica da tomada do Estado, no entanto, Luttwak (2016) discute todo o quadro temporal do golpe: suas condições, sua estratégia, planejamento, execução e estabilização do governo pós-golpe. Todavia, o que interessa a presente pesquisa, no estudo de um método específico de desestabilização para a criação das condições de realização do golpe é justamente o quadro de discussão pré-golpe. Mais especificamente as condições a serem dispostas para seu sucesso, não sendo nosso interesse explicar as minúcias de sua execução e o contexto pós-golpe.

A princípio, diversos autores (BELKIN; SCHOFFER, 2003; HIROI; OMORI, 2013) distinguem os aspectos que condicionam a possibilidade de golpes em critérios de: longo prazo ou estruturais; e curto prazo, gatilhos ou circunstanciais. Ainda assim é imprescindível apresentar três pré-condições essenciais identificadas por Luttwak (2016). A primeira afirma que em sociedades menos desenvolvidas, com reduzida participação política, a indiferença atua em favor de conspiradores, já que para se apoiar um golpe basta não fazer nada. Entretanto, como aponta parte da literatura (BELL, 2016; GASSEBNER; GUTMANN; VOIGT, 2016; HIROI; OMORI, 2013) democracias não são imunes a golpes, por isso é compreensivo que na obra de Luttwak (2016, p. 58) este aspecto não seja determinista, afirmando que golpes podem ocorrer em países desenvolvidos. Mas certas circunstâncias devem estar presentes para que triunfem em democracias, enquanto pelo contrário, em países mais pobres outras certas circunstâncias devem estar presentes para que o golpe não ocorra.

A segunda pré-condição alega que o Estado a ser tomado deve ser independente, do contrário o plano deve considerar a simpatia ou inação da potência protetora. Por último, é posto que o Estado alvo deva apresentar um centro político, quando não, deverão ser neutralizados os outros centros. No caso de centros como empresas transnacionais, os conspiradores precisam de seu consentimento, caso contrário estas têm um poder de desestabilização decisivo: subornando e chantageando o Estado (LUTTWAK, 2016).

Assim sendo, Taeko Hiroi e Sawa Omori (2013), assim como Aaron Belkin e Evan Schofer (2003), entendem as causas estruturais como características íntimas, sejam sociais, políticas e econômicas, de mudança lenta nas sociedades, passíveis de serem medidas e retiradas inferências. Já as causas de curto prazo funcionam como gatilhos que são por vezes inconstantes e concedem janelas de oportunidade para a execução de golpes. Esses gatilhos tendem a não causar golpes na ausência de causas estruturais. Enquanto os gatilhos de curto

prazo alteram o cálculo de custo benefício e a possibilidade de sucesso dos conspiradores, já as estruturais influenciam no descontentamento de certos grupos e no apoio da sociedade a uma possível usurpação ilegal do poder. Relacionando tais causas com as CAs, é preciso ter em mente se a estrutura do país alvo se conjuga favorável a golpes, para, a partir disso, tramar com relação à criação de conflitos que disparem gatilhos (BELKIN; SCHOFER, 2003). Por isso ações políticas e de propaganda devem ser conduzidas no longo prazo, já que as CAs não podem mudar a natureza de sociedades, mas instrumentalizá-la ao seu intento.

Hiroi e Omori (2013) classificam em relação às causas estruturais: o desenvolvimento econômico, a modernização social, o pluralismo político e os regimes políticos. Já os gatilhos de curto prazo: deterioração macroeconômica, instabilidade social e regimes de transição. Já outro estudo (BELKIN; SCHOFER, 2003) identifica como causas estruturais pertinentes: a força da sociedade civil, legitimidade do regime e o impacto de golpes recentes.

De fato, as hipóteses são inúmeras, em se tratando da prolífica literatura sobre o tema é possível encontrar quase uma centena de causas (GASSEBNER; GUTMANN; VOIGT, 2016), por isso iremos nos ater àquelas com correlações e resultados mais relevantes na literatura, passíveis de postular conclusões mais seguras e bem fundamentadas. Primeiramente é possível afirmar que existe quase um consenso que golpes prévios aumentam a probabilidade de novos golpes (BELKIN; SCHOFER, 2003; LONDREGAN; POOLE, 1990), enquanto hipóteses como o contágio de golpes (LI; THOMPSON, 1975) recentemente pôde ser colocada em dúvida (MILLER; JOSEPH; OHL, 2018). De forma geral, as condições do fenômeno do golpe de Estado seguem uma gama de explicações de caráter econômico, sociológico, político, burocrático e militar, sendo aqui analisadas as principais relações.

No trato dos aspectos militares, é evidenciado (ARBATLI; ARBATLI, 2016) (PIPLANI; TALMADGE, 2016) que guerras reduzem incentivos a golpes, enquanto expansão de gastos militares pode aumentá-los (COLLIER; HOEFFLER, 2007). Assistência militar dos EUA durante a Guerra Fria a países do Terceiro Mundo teve o efeito indireto de aumentar a instabilidade e as chances de intervenção de suas Forças Armadas, já que estes países apresentam mecanismos frágeis de controle civil (ROWE, 1974). Escolas militares também apresentam efeito desestabilizante (BÖHMELT; ESCRIBÀ-FOLCH; PILSTER, 2018).

Por sua vez Maquiavel (2017) salienta que em conspirações “[...] se corre perigo ao planejá-las, ao concretizá-las e após tê-las realizado.” (p. 189). Sendo os conspiradores frequentemente vistos como agentes racionais (BELL, 2016), estes pesam benefícios e custos de uma possível usurpação do poder. Assim, punições individuais como prisão, exílio ou execução, e coletivas como expurgos são de grande relevância neste cálculo. A criação de

múltiplas agências de inteligência (LUTTWAK, 2016) e forças paramilitares pode diminuir o risco de golpe, porém também a efetividade das Forças Armadas em guerras. Segundo Powell (2012), maiores recursos organizacionais tendem a influenciar a ocorrência de golpes pelos militares, por outro lado, maiores benefícios financeiros reduzem essa probabilidade.

As condições econômicas são identificadas como fundamentais a golpes. A taxa de crescimento econômico, industrialização, desenvolvimento econômico, diversificação e estrutura produtiva, pobreza e atraso social afetam significativamente a ocorrência de golpes (HIROI; OMORI, 2013; LONDREGAN; POOLE, 1990). O desempenho econômico pode influenciar sua ocorrência, principalmente em países produtores de bens primários para exportação, dependentes da flutuação do mercado externo e dependentes de países ou grupos de países específicos. Essa dependência se dá também com relação às importações, assim quanto menos industrializada, menos diversa e mais especializada no setor exportador for a economia, quanto mais pobre for o país, maior é a probabilidade de golpes (O'KANE, 1981). Assim é apontado por O'Kane (1981) que o golpe é “[...] a resposta drástica para uma situação econômica instável e às vezes sem esperança.” (p. 308, tradução nossa).²⁶

A concentração da atividade produtiva e desigualdade econômica também podem aumentar a probabilidade de golpes (HIROI; OMORI, 2015), especialmente em democracias, quando as elites se sentem marginalizadas pelo governo (2013), enquanto Houle (2016) aponta que a desigualdade pode ao mesmo tempo diminuir a probabilidade de guerras civis. Uma maior renda nacional também é considerada como uma variável que dificulta a ocorrência de golpes (LONDREGAN; POOLE, 1990), mas não há consenso na literatura nesta questão (GASSEBNER; GUTMANN; VOIGT, 2016).

Doravante, explicações econômicas de curto prazo, gatilhos, como crises econômicas acompanhadas de crescimento econômico lento ou recessão, alta taxa de inflação e crise no balanço de pagamentos, aumentam a probabilidade de golpes (HIROI; OMORI, 2013). Acusações de corrupção devido a mau desempenho econômico são usualmente instrumentalizadas na retórica de movimentos antigoverno e/ou golpistas (O'KANE, 1981), até mesmo inserida em plataformas moralistas que diagnosticam as dificuldades econômicas como ingerência, em governos nacionalistas, ou mesmo incompetência e desonestidade do governante, como ferramenta de manipulação das classes médias pelas classes altas, em especial na América Latina (JAGUARIBE, 1954).

²⁶ [...] the drastic response to an unstable and sometimes hopeless economic situation.

A partir de um recorte regional da América Latina, é apresentado por Egil Fossum (1967), com dados de 1907 até 1966, a ocorrência de 105 golpes. Sendo o período mais frequente o do pós-guerra (41 golpes), estando os países do ABC – Argentina, Brasil e Chile – dentro da média regional ²⁷, com 6 golpes no Brasil e Chile, enquanto a Argentina com 8. Segundo variáveis estruturais, na América Latina, quanto maior, mais pobre e menos urbanizado for o país, maior a frequência de golpes; segundo variáveis circunstanciais, há uma alta frequência de golpes em períodos de eleição, desordem pública e deterioração econômica (FOSSUM, 1967). A Guerra Fria também é considerada como variável ao aumento do risco de golpe (HIROI; OMORI, 2013), sendo atestado por O’Kane (1981) uma notável frequência de golpes entre 1950 até 1970.

No mérito das variáveis políticas e sociais, instituições mais bem consolidadas podem reduzir golpes, enquanto Gassebner, Gutmann e Voigt (2016) pontuam que a democracia não apresenta resultados robustos nesse sentido, divergindo de grande parte da literatura que vê variações dependendo do regime político (BELL, 2016; HIROI; OMORI, 2013), porém considerando o impacto de democracias vizinhas para a diminuição do risco de golpe. Em relação aos regimes políticos, a literatura aponta que autocracias ou regimes autoritários apresentam tanto menor frequência, quanto menor taxa de sucesso de golpes; sendo os mais imunes à ação de forças golpistas, com instrumentos de punição efetivos e menor vulnerabilidade à instabilidade social (HIROI; OMORI, 2013; POWELL, 2012). A exceção são os regimes militares, que apresentam golpes cinco vezes mais recorrentes e quando ocorrem sendo quatro vezes mais provável seu sucesso (POWELL, 2012).

Segundo Hiroi e Omori (2013) os regimes híbridos ou democracias falhas, entre a democracia e o autoritarismo, são os mais vulneráveis a golpes. Três fatores podem elucidar esse resultado: o estreito acesso ao poder por vias institucionais, facilidade de coordenação e falta de punição e ameaças de retaliação contra conspiradores. Os regimes híbridos são também os mais suscetíveis a influências econômicas desestabilizantes, turbulência política e são mais impactados por eventos gatilhos (HIROI; OMORI, 2013).

Já as democracias também são especialmente afetadas por alto risco de golpe perante instabilidades políticas e sociais (POWELL, 2012). No entanto, ao mesmo tempo em que possuem menor capacidade de repressão, reduzem a motivação de conspiradores. Ainda assim, segundo Bell (2016), a frequência de golpes é similar em democracias e não democracias, enquanto a probabilidade de sucesso em democracias é o dobro. De acordo com

²⁷ Os países com menor ocorrência de golpes foram Uruguai (0) e Costa Rica (1), enquanto os países com maior ocorrência foram a Bolívia (9) e o Equador (13).

Hiroi e Omori (2013) as democracias oferecem aos atores a oportunidade de adquirir poder por vias legais, com governantes detentores de legitimidade, conferindo a esses atores a internalização de suas normas e condutas. Entretanto, em democracias jovens tal legitimidade se baseia no desempenho do líder como em regimes híbridos, de forma que a oposição diante de uma conjuntura desfavorável incrementada por manifestações pode provavelmente cogitar sua derrubada (HIROI; OMORI, 2013). Também em períodos de mudança política significativa é mais provável a ocorrência de golpes (HIROI; OMORI, 2015).

Assim como regimes autoritários são menos vulneráveis a golpes de Estado, da mesma forma são as ações encobertas, já que a ação de conspiradores é dificultada devido a problemas de organização e execução, sendo disposto a esses governos um controle forte sobre a imprensa, sobre os agentes políticos, sobre a economia e métodos de punição mais rígidos (HIROI; OMORI, 2013; POWELL, 2012). Julgamos que as CAs são mais bem conduzidas em democracias, especialmente em democracias frágeis, jovens e regimes híbridos, onde é possível pelas forças externas penetrar na mídia local por ações de propaganda; nos partidos e organizações por ações políticas; utilizando de manipulação econômica e financeira por ações econômicas. A subversão desses regimes pode ser mais complicada em democracias consolidadas, do contrário, onde o poder civil não exerce controle tão forte sobre suas Forças Armadas e onde sua população apresenta pouco apreço pela moderação política, em uma conjuntura favorável o golpe de Estado pode ser uma alternativa factível.

De modo geral a literatura aponta que instabilidade política e social, por vezes conjugada com dificuldades econômicas, pode aumentar consideravelmente o risco de golpe (GASSEBNER; GUTMANN; VOIGT, 2016; HIROI; OMORI, 2013; POWELL, 2012). Powell (2012) considera a instabilidade como a maior janela de oportunidade, sobretudo diante de descontentamento popular atrelado à crise de legitimidade e desordem econômica. Considerando ainda sinais da política externa dos EUA como possíveis promotores de golpes (THYNE, 2010). Inserido em um processo de desestabilização para golpe de Estado, a ser discutido com maior afinco na subseção 2.3 a seguir, nos encontramos no exemplo posto por Powell (2012) que líderes isolados são mais vulneráveis a mobilizações.

Quanto à mobilização, é evidenciado por Casper e Tyson (2014) que protestos testam o capital político do governo, sua força e capacidade de atuação, além de sua credibilidade para com as massas, dando margem para a elite contemplar a possibilidade de um golpe. Ainda, Luttwak (2016) que enxerga o golpe da ótica de um estrategista militar, reconhece a importância da mobilização. Ademais, parte relevante da literatura aponta uma influência significativa do apoio popular – ou falta dele – para o sucesso ou o fracasso de um golpe.

Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 (GIBSON, 1997), e, atravessando o mar negro, mais recentemente na Turquia em 2016, a mobilização popular abortou ambas tentativas de golpe. Assim como Gorbatchov passava férias na Crimeia, Erdogan estava na Riviera Turca, quando conclamou a população às ruas (ESEN; GUMUSCU, 2017). Em ambos os casos o apoio ao golpe foi ínfimo, a população foi às ruas de Ankara e Istanbul, São Petersburgo e Moscou para repudiar e confrontar os golpistas.

Em se tratando da instabilidade social, Hiroi e Omori (2013) explanam que:

Como deteriorações macroeconômicas agudas, a instabilidade social desafia a legitimidade e a capacidade de governar do governo. Entre outros, as forças militares e outras forças de segurança, que são tipicamente atores centrais em golpes, são conhecidas por se preocuparem com a ordem social e política do país. Amplos distúrbios sociais, como manifestações antigovernamentais e greves em larga escala, podem sinalizar que o governo não é mais capaz de governar. Conspiradores de golpes podem ver também uma oportunidade de lançar um golpe ao observar manifestações públicas de descontentamento em larga escala com o incumbente, porque podem acreditar que as pessoas estão menos propensas a se opor à remoção do governo. (HIROI; OMORI, 2013, p. 47-48, tradução nossa).²⁸

Como visto extensivamente que a realização de golpes depende de uma série de condições, é pertinente mencionar uma fala de Trotsky em sua conversa com Lenin acerca das táticas a serem adotadas anteriormente ao golpe e à revolução de outubro:

‘Uma Greve Geral é desnecessária’ [...] ‘**Caos** em Petrogrado é mais útil para o nosso propósito do que uma Greve Geral. O Governo não pode lidar com uma insurreição quando uma **desorganização geral paralisa o Estado**. Como nós não podemos contar com a Greve, vamos contar com o **caos**.’ (MALAPARTE, 1932, p. 19, tradução nossa, grifo nosso).²⁹

A afirmativa de Trotsky de que o caos serviria ao golpe, diante da desorganização geral que paralisava o Estado, atesta a instrumentalização da desestabilização que veremos na subseção 2.3 seguinte. Na próxima subseção 2.3 iremos tratar da criação deste caos e como paralisar o governo, isto é, como desestabilizá-lo.

²⁸ Like sharp macroeconomic deteriorations, social instability challenges a government’s legitimacy and ability to rule. Among others, military and other security forces, which are typically central actors in coups, are known to care about social and political order of the country. Extensive social unrest, such as antigovernment demonstrations and large-scale strikes, may signal them that the government is no longer capable of governing. Coup plotters may also see an opportunity to launch a coup upon observing large-scale public manifestation of discontent with the incumbent because they may believe that the people are less likely to oppose a removal of the government.

²⁹ ‘A General Strike is unnecessary’ [...] ‘**Chaos** in Petrograd is more useful for our purpose than a General Strike. The Government cannot cope with an insurrection when a general disorganization paralyses the State. Since we cannot rely on the Strike, we will rely on the chaos.’

Nesta subseção 2.2 conceituamos golpe de Estado como um fenômeno moderno, realizado ilegalmente por agentes compreendidos dentro do próprio Estado para remover o chefe do executivo. A execução do golpe de Estado deve ser rápida, para impelir qualquer oposição à inação e geralmente é desfechado pelas Forças Armadas e/ou agências de segurança do país. Quando potências estrangeiras se infiltram nessas agências para instrumentalizá-las aos seus objetivos de política externa, chamamos isso de subversão. A ocorrência de golpes de Estado está relacionada a causas estruturais e circunstanciais, sendo as de maior relevância a esta pesquisa: fatores econômicos, como economias pouco desenvolvidas, pouco diversas, desiguais, dependentes e em recessão ou crise, e seus fatores correlatos; fatores políticos, como a variação em determinados regimes, o caos social e a legitimidade do governante; ainda fatores sociais, como a mobilização popular em protestos, instrumentalizados pela elite, ou por atores externos.

2.3 Desestabilização: O Caos como Instrumento

Nesta breve subseção 2.3 interligaremos os elementos das ações encobertas para a criação das causas ao golpe de Estado, que constitui um processo de desestabilização. Para isso examinaremos o conceito de desestabilização, assim como sua aplicação prática, empregando ações encobertas para desestabilizar um governo e nação para o golpe de Estado.

O termo desestabilização, apesar de ser recorrentemente encontrado em ampla literatura, ao longo da segunda metade do século 20 até a segunda década do século 21 (AGEE, 1975; CALLANAN, 2009; CORKE, 2007; GADDIS, 2005; HANCOCK; WEXLER, 2014; LUTTWAK, 1969; O'ROURKE, 2018; SCHLESINGER, KINZER, 1982), apesar de nem sempre utilizado com rigor, está presente em dicionários de política (COLLIN, 2004), segurança (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018) e Relações Internacionais (GRIFFITHS; O'CALLAGHAN, 2013).

A multiplicidade na utilização do termo trata da desestabilização em linhas gerais como a perda ou a perfuração da estabilidade em sentido mais extenso, seja em um contexto doméstico ou ainda internacional – regional ou mundial. No entanto, o sentido aqui estudado trata da desestabilização de um governo, como métodos de Estados contra outros Estados, neste estudo em especial tendo os EUA como promotor.

Raymond Aron (2002, p. 31) usa o termo em sua obra clássica das Relações Internacionais, Paz e Guerra entre as Nações, como forma de intervenção clandestina das grandes potências nos assuntos internos de outros Estados. Enquanto o Dicionário de Política

e Governo (COLLIN, 2004) conceitua o vocábulo “desestabilizar”, da seguinte forma: “fazer um governo ou economia incapaz de funcionar com sucesso.” (p. 72, tradução nossa) ³⁰ Essa paralisia do governo mina a estabilidade do sistema político, estabilidade essa não entendida como a estrita perpetuação de um regime ao longo do tempo, mas a estabilidade de um sistema dotado de flexibilidade, adaptabilidade, a capacidade do governo de absorver demandas e reivindicações as traduzindo como políticas factíveis (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Para Moniz Bandeira (2008) em democracias mais sólidas, como o Chile e mesmo o Brasil na América Latina, “[...] já não bastava a técnica do *coup d’État*, mas a técnica para criar as condições objetivas, tanto econômicas quanto sociais e políticas, que compelissem as Forças Armadas a desfechá-lo” (p. 85). É acerca da criação e instrumentalização dessas condições sociais e políticas que daremos atenção nesta pesquisa.

Como visto anteriormente, a instabilidade gera o cenário propício para golpes, e se o alvo de um golpe é iminentemente o chefe do executivo, uma ação deliberada de desestabilização se destina a fazer com que o governo em exercício tenha dificuldades de agir e funcionar normalmente. Neste sentido, além de minar a estabilidade da nação, a desestabilização direcionada ao governo visa comprometer a normalidade das capacidades do governo de agir e reagir a demandas e eventos. A inquietude, a incerteza (VERDUGO, 2003), em casos mais extremos o próprio caos é desejável como instrumento (MALAPARTE, 1932).

O ponto central é que a desestabilização não busca fomentar o caos descontroladamente, a desestabilização cultiva aquele caos que pode ser direcionado contra o governo do país alvo. Visto que são diversos os fatores que determinam a frequência e a probabilidade de sucesso de golpes de Estado (BELKIN; SCHOFER, 2003), o papel de um processo de desestabilização consiste na criação, emulação e intensificação dessas condições. Em sentido geral, desestabilizar consiste em fazer o governo e/ou a economia não funcionem da forma devida (COLLIN, 2004), o efeito disso é minar as capacidades do governo e abrir a oportunidade para a oposição tomar o poder, por isso a desestabilização constitui um processo pré-golpe e iminentemente resultado do jogo político internacional.

Assim, as ações devem ser conduzidas de forma que a população ou a oposição possam culpar o governo. O’ Kane (1981) constata que “A instabilidade das receitas de exportações conduz a golpes porque gera problemas para ambas economia e sociedade, que

³⁰ To make a government or economy unable to function successfully.

podem ser diretamente responsabilizados ao governo.” (p. 291, tradução nossa).³¹ As ações encobertas econômicas, assim como a própria política externa expressa, podem incentivar flutuações de preços em países dependentes que prejudiquem o país alvo, promovendo a instabilidade na economia doméstica, por consequência desestabilizando o governo alvo (O’KANE, 1981). Prática conhecida também por “guerra econômica” (HANCOCK; WEXLER, 2014).

Também pode ser empregada sabotagem para perturbar a infraestrutura produtiva, em paralelo às ações encobertas políticas para infiltração em sindicatos, organizações, partidos e mesmo empresas, fomentando greves em fábricas, comércio e transportes. Conjugada com a política externa e dialogando com atores simpáticos fora do país alvo para dificultar créditos, assistências e pagamento de dívidas, assim como causar pânico financeiro, com fuga de capitais, manipulação financeira e injeção de moeda falsa (DAUGHERTY, 2006; AGEE, 1975).

A partir de CPAs e ações psicológicas é possível influenciar a opinião pública, de grupos e pessoas, sejam partidos, sindicatos e organizações (DAUGHERTY, 2006), a partir disso mobilizando tais ativos para a desestabilização. Em se almejando o golpe de Estado, é possível utilizar desta rede de influência para paralisar o governo, a ideia é que estas organizações instrumentalizáveis vão as ruas testar o capital político do governo (CASPER; TYSON, 2014), que os sindicatos cooptados realizem greves, que os partidos fechem suas vias de diálogo pedindo concessões cada vez mais surreais do governo. É possível também o financiamento de grupos radicais para alimentar o extremismo em marchas públicas, assim como realização de atos de vandalismo, terrorismo e mesmo sabotagem, beirando sua instrumentalização ao aspecto paramilitar. A propaganda visaria afetar o público geral a aderir organicamente a toda infraestrutura de influência estabelecida por meio da ação encoberta política.

Nesta subseção 2.3 foi posto que a desestabilização constitui um processo para promover a dificuldade do funcionamento em sua normalidade de um governo ou economia, os imobilizando. Sendo fundamental para criar as condições para à ocorrência do golpe de Estado, para tal podendo ser utilizados uma série de instrumentos dentro do leque de ações encobertas. Iminentemente o objetivo seria fomentar o caos para a paralisia do governo, sendo os casos auxiliares vistos na subseção 2.4 seguinte e 2.5, além do caso principal no capítulo 3.

³¹ The instability of export earnings is conducive to coups because it generates problems for both the economy and society that can be directly blamed on the government.

2.4 Estados Unidos, a CIA e a Administração Nixon

A história dos EUA apresenta uma íntima relação com as ações encobertas. Desde a guerra revolucionária que culminou em sua independência, os EUA receberam recursos clandestinamente da França (LE GALLO, 2005); assim como George Washington, primeiro presidente dos EUA, que utilizara de operações de enganação durante a guerra, criou em 1790 o *Contingent Fund for Foreign Intercourse*, conhecido também como “Fundo Secreto” – “*Secret Fund*” –, para realização de ações secretas no exterior (HULNICK, 1996).

O Congresso aceitou a proposta mesmo não tendo conhecimento de como era utilizada essa verba, sendo o argumento do privilégio executivo utilizado como justificativa do sigilo (HULNICK, 1996). De acordo com Daugherty (2006) os EUA são o país onde as agências de inteligência estão mais sujeitas a supervisão, sendo no caso da CIA essa vigilância direcionada, sobretudo, aos programas de ações encobertas. No entanto, isso nem sempre foi verdade, de 1804 até 1974 o Congresso não precisava ser informado da formulação de novas CAs, os congressistas inclusive preferiam não saber, apenas aprovando as verbas requeridas. Apenas a partir da Emenda Hughes–Ryan – *Hughes–Ryan Amendment* – de 1974, um ano após o golpe no Chile e durante o auge da tensão do escândalo de *Watergate* ³², o presidente deveria enviar ao Congresso um documento chamado *Presidential Finding* ³³, quando da aprovação de qualquer programa de operação encoberta (DAUGHERTY, 2006).

No entanto, ao longo de dois séculos de história os EUA não possuíam uma agência de inteligência capaz de conduzir operações secretas de forma técnica e independente (HULNICK, 1996). Todavia, durante a Segunda Guerra eram instituídos o Escritório de Informação de Guerra dos Estados Unidos (OWI) – *Office of War Information* –, encarregado de operações de propaganda, e especialmente, o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS) – *Office of Strategic Services* – pelo presidente Roosevelt em 1942, sob a direção do general William Donovan, para conduzir ações encobertas. Quando a OSS é dissolvida ao fim da guerra, suas operações em curso são transferidas ao Departamento da Guerra – predecessor do atual Departamento de Defesa (DOD), criado em 1949 –, até que em 1946 o presidente Truman cria as breves: Autoridade Nacional de Inteligência (NIA) – *National Intelligence Authority* – e o Grupo Central de Inteligência (CIG) – *Central Intelligence Group*. A CIG seria a agência sucessora da OSS, enquanto a NIA a monitorava.

³² Grave crise constitucional e escândalo político resultado de atividades ilegais e clandestinas, catalisada pela invasão Comitê Nacional Democrata, que em face de um processo de impeachment levou o presidente Nixon a renunciar em 9 de agosto de 1974, o único a fazê-lo.

³³ Conhecido formalmente também como Memorandum of Notification.

Não obstante, o presidente Truman assina o *National Security Act* ou Ato de Segurança Nacional em 18 de setembro de 1947. Sendo criado o Conselho de Segurança Nacional (NSC) – *National Security Council* –, um corpo consultivo para discutir questões de segurança nacional (HANCOCK; WEXLER, 2014). Além de ser criada a CIA, uma agência de inteligência independente para operar em tempos de paz, chefiada pelo Diretor da Inteligência Central (DCI) – *Director of Central Intelligence* –³⁴ como principal conselheiro sobre inteligência dentro do NSC e ao mesmo tempo o chefe diretor da agência. De acordo com o Ato de Segurança Nacional, em síntese, são cinco as funções principais da CIA: (1) aconselhar e (2) recomendar o NSC em matéria de inteligência, (3) correlacionar, avaliar e prover inteligência relevante à segurança nacional para as agências governamentais, (4) realizar outros serviços em conformidade com o NSC e, além disso, (5) exercer outras funções relativas à inteligência relevantes à segurança internacional quando ocasionalmente dirigido pelo NSC (RICHELSON, 2018; DAUGHERTY, 2006; AGEE, 1975).

Mesmo não havendo sequer menção à ação encoberta no Ato de Segurança Nacional (U.S. SENATE, 1976), a literatura (RICHELSON, 2018; CORKE, 2007) está de acordo que esta última função (5ª) abriu as prerrogativas para sua autorização³⁵, já que não havia clareza nestas diretivas como constata Corke (2007), sendo apontado por Richelson (2018) que inicialmente era prevista apenas a autorização de espionagem. Apesar de subsequentes diretivas como a NSC 20/5, apontada por Hancock e Wexler (2014), reafirmando autoridade do presidente sobre ações encobertas, Richelson (2018) e Daugherty (2006) sustentam que apenas a partir da *Executive Order 12333* de 1981, as funções da CIA são mais bem esclarecidas, em especial as relativas às ações encobertas, assim como no *Intelligence Authorization Act* de 1991. Apesar de a CIA agir sob ordens do presidente (DAUGHERTY, 2006), essas ordens muitas vezes não possuíam clareza (HANCOCK; WEXLER, 2014). De fato, estas eram muitas vezes vagas, lacuna preenchida pela própria agência, o que conferia a ela larga margem para definir seus métodos e objetivos mais específicos. Hancock e Wexler (2014) apontam que todos os presidentes desde Truman se basearam no Ato de Segurança Nacional como base legal para autorizá-las. Com relação à necessidade das ações encobertas para os EUA, Moniz Bandeira (2016) sustenta que estas foram institucionalizadas “[...] como forma de intervenção não só nos países comunistas como naqueles que não se ajustassem ou recalcitrassem diante de suas diretrizes estratégicas, pautadas pela Guerra Fria.” (p. 188).

³⁴ O cargo de Director of Central Intelligence (DCI) foi estabelecido em 1946 para chefiar o Central Intelligence Group (CIG), quando da criação da CIA em 1947 o DCI era o diretor da agência. Em 2004 substituído pelo Diretor de Inteligência Nacional (DNI), chefe da IC e Diretor da CIA (D/CIA) como chefe da agência de fato.

³⁵ O NSC autorizou ações encobertas com base no parágrafo 5º tanto no NSC-4-A como no NSC 10/2.

Ambos ex-oficiais da CIA, Agee (1975) e Daugherty (2006) discordam acerca do peso das operações de ações encobertas na agência. Segundo Agee (1975), a CA é a razão de ser da agência, enquanto Daugherty (2006) considera tal visão uma romantização. Possivelmente essa diferença nos argumentos reflita a distância de tempo e espaço entre ambos, enquanto Daugherty (2006) trabalhou na década de 1980 e 1990 na Europa, Agee (1975) atuara durante as décadas de 50 e 60 na América Latina. Durante as décadas de 1950 e 1960 por volta de metade do orçamento da CIA era destinado a programas de ações encobertas, enquanto em 1990, por exemplo, representava por volta de ínfimos 1% (DAUGHERTY, 2006). Apenas após a década de 1970 e, sobretudo em 1990, a CA começa a perder espaço na CIA, para ressurgir após o 11 de setembro. Porém, nosso 11 de setembro nesta pesquisa é outro e em 1970 elas ainda estavam no seu auge (DAUGHERTY, 2006; U.S. SENATE, 1976).

Conforme Agee (1975) a burocracia da CIA é certamente complicada, sujeita a múltiplas reformulações, e já que não há necessidade de destrinchar seus diversos organogramas, nos atentaremos ao mais relevante no período em estudo. Segundo Agee (1975) abaixo de uma série de escritórios executivos estão quatro Direções. A que nos interessa é a Direção de Planos (DDP) – *Deputy Directorate of Plans* –, conhecida também como Serviço Clandestino – *Clandestine Service* –, setor responsável por ações encobertas; de acordo com Agee (1975) a função que mais consumia tempo e dinheiro da agência. A DDP existiu de 1952 até 1973, sucedendo o Escritório de Coordenação de Políticas – *Office of Policy Coordination* – criado em 1948 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a) e precedendo a atual Direção de Operações – *Directorate of Operations* –, ou Serviço Clandestino Nacional – *National Clandestine Service* ³⁶ (HANCOCK; WEXLER, 2014).

A DDP estava dividida em divisões operacionais e equipes sênior. As divisões operacionais subdivididas em áreas geográficas, como a divisão do Hemisfério Ocidental (WH) – *Western Hemisphere* – onde está inserida a América Latina, estas podendo ainda estar divididas em diversos países (AGEE, 1975). Já as equipes sênior supervisionam as atividades operacionais, por sua vez subdivididas em: equipe de Inteligência Estrangeira – *Foreign Intelligence* –, para operações de coleta de inteligência; equipe de Guerra Psicológica e Paramilitar – *Psychological Warfare and Paramilitary* –, para ações encobertas; e uma equipe de Contra Inteligência – *Counter-Intelligence* –, para proteção de ambas (AGEE, 1975). Finalizando a discussão organizacional, Agee (1975) esclarece que as divisões do DDP no quartel-general da CIA ³⁷ apoiam as estações de campo e bases em no estrangeiro.

³⁶ Dentro deste está a Special Activities Division, seção da Direção de Operações responsável pela CA.

³⁷ O quartel-general da CIA está localizado em Langley no estado da Virginia.

Ainda no final de 1947 não se sabia quais órgãos deveriam ser responsáveis pelas operações psicológicas e políticas (CORKE, 2007). Ambas as Forças Armadas e DOS às desejavam, enquanto o DCI entendia que a CIA não possuía tal prerrogativa. Porém, de acordo com Corke (2007), a preocupação de Washington para com as eleições italianas forçou uma decisão, sendo pauta da primeira reunião do NSC. Inicialmente elas seriam responsabilidade do DOS, porém objeções pelo temor de perda de prestígio caso viessem a público motivaram seu deslocamento sob a alçada da CIA (CORKE, 2007).

Ao passo da consolidação da “Cortina de Ferro” e após o Golpe de Praga, para os EUA, um novo país passara a integrar o bloco soviético, enquanto as eleições a serem realizadas na Itália apresentavam uma popular coalização de esquerda. Segundo Callanan (2009) o contexto político italiano estava em contínua polarização, por um lado, crescia a popularidade da coalizão de esquerda, a Frente Democrático Popular (FDP), enquanto a Democracia Cristã (DC) se opunha à FDP a partir de uma aliança ao centro (GADDIS, 2005; PONS, 2001).

Os EUA lançaram uma campanha aberta e uma encoberta para lidar com o problema. A campanha aberta buscava: fortalecer os partidos não comunistas, convencendo os italianos do caráter ideológico posto na eleição e melhorando a imagem da DC; e não obstante, alertá-los dos perigos do comunismo, minando a reputação da FDP. Foi enviada ajuda econômica, em adição ao massivo Plano Marshall, ameaçado ser encerrado no caso de uma vitória comunista, além de incremento da presença militar na região (CALLANAN, 2009).

Em complemento, a alternativa encoberta gastou entre US\$ 10 e US\$ 20 milhões (CORKE, 2007, p. 50). O dinheiro era sacado do Fundo de Estabilização Econômica e então lavado a partir de contas bancárias e organizações de fachada, trocado por moeda italiana e entregue pelos operativos da CIA a seus ativos no país ³⁸. Também houve expressivo financiamento privado por empresas e organizações norte-americanas ³⁹ (CALLANAN, 2009, p. 38). Tais recursos eram destinados a partidos opostos à FDP. Propaganda cinza também foi conduzida pela mídia italiana vinculada à CIA, assim como propaganda negra a partir de panfletos difamatórios (CALLANAN, 2009). Foram produzidos filmes e programas de intercâmbio de cartas onde parentes coagiam seus familiares a não votarem nos comunistas; enfatizando laços ítalo-americanos em rádios e jornais. Foi utilizada uma rede já existente da OSS/CIG/CIA, de sindicatos não comunistas, enquanto Callanan (2009) ressalta o papel primordial e eficiente do Vaticano, utilizando da forte religiosidade italiana (CORKE, 2007).

³⁸ Principalmente: a Democracia Cristã, Socialistas Democráticos, Republicanos e Liberais.

³⁹ Dentre elas: IBM, Standard Oil, General Electric, Transamerica, Rockefeller Foundation, Ford Foundation.

Com a vitória da DC, além de este episódio marcar a primeira vez em que a CIA recebeu autorização oficial para conduzir ações encobertas, de acordo com Callanan (2009), marcaria um modelo de guerra psicológica exitosa, conjugada a programas abertos. Apesar caráter improvisado das operações, segundo Corke (2007), ainda assim, a agência aprendia a manipular a sociedade civil e a política, no entanto, ainda não teria derrubado um governo.

A partir de então houve um aumento das CAs pelos EUA durante a Guerra da Coreia (HANCOCK; WEXLER, 2014) e ao longo de toda a Guerra Fria. Stephen Kinzer (2007) classifica que os EUA passariam por três fases de intervenções em governos estrangeiros, a primeira, uma fase imperial do final do século 19 até início do século 20; a segunda ilustrada no contexto da Guerra Fria onde as operações encobertas atuam em papel fundamental para a derrubada de regimes vistos como desfavoráveis – a terceira tratando do pós-guerra fria.⁴⁰

As primeiras CAs contra países em esfera soviética, nos anos preliminares da Guerra Fria, fracassaram pela má organização e pelo caráter de urgência. No caso da “*Operation Valuable*”⁴¹ em 1950 na Albânia, por exemplo, a desorganização foi patente, com tropas paraquedistas em treinamento precário sendo enviadas até mesmo para o país errado (CORKE, 2007). Corke (2007) argumenta que esta desorganização foi um erro estratégico, resultado da lacuna entre uma política de segurança nacional ambígua e as diversas agências que a executavam. De acordo com Corke (2007) outro agravante foi a falta de coesão na burocracia, dotada de notável autonomia, onde, a CIA especificamente, herdeira de uma “*Donovan Tradition*”⁴², conduziria para quase uma ideologia dentro da agência.

Enquanto as eleições italianas constituem a primeira atuação bem sucedida da CIA para mudança de regime, a operação para o golpe no Irã em agosto de 1953 é considerada tradicionalmente como a primeira vez em que a CIA atuou para derrubar um governo estrangeiro (KINZER, 2007, 2008), ou seja, uma mudança de regime por golpe de Estado. Apesar de Moniz Bandeira (2016, p. 206), atentar também ao golpe no Egito um ano antes. Todavia, se o caso italiano nos é pertinente pela utilização de técnicas de engenharia social e política, as técnicas utilizadas no Irã são imprescindíveis para a presente pesquisa.

A crise que envolve o Irã no início da década de 50 resulta da hegemonia da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana⁴³ na extração do petróleo iraniano, em face de sua nacionalização em maio de 1951 pelo governo nacionalista do primeiro ministro Mohammad

⁴⁰ Kinzer (2007) argumenta o retorno a um padrão de invasões despudoradas, sobretudo no Oriente Médio.

⁴¹ Primeira ação encoberta paramilitar da CIA para dentro da cortina de ferro, conduzida entre 1949 e 1952.

⁴² William Joseph Donovan foi diretor da OSS (1942 – 1945) e é considerado como o pai fundador da CIA.

⁴³ Fundada em 1908 como Anglo-Persian Oil Company foi a primeira a explorar petróleo no Irã, alterada para Anglo-Iranian Oil Company em 1935 e um ano após o golpe (1954) renomeada e atualmente conhecida como British Petroleum Company. Os ativos nacionalizados (1951) formaram a National Iranian Oil Company.

Mossadegh. A reação britânica consistiu em uma estratégia de três fases. Levando a disputa para a arbitragem da Corte Internacional de Justiça, segundo, impondo um bloqueio e um embargo para impedir a venda do petróleo, asfixiando sua economia e minando a popularidade de Mossadegh. Um impedimento à invasão direta foi a recusa de apoio por parte dos EUA. Porém, os EUA garantiram a continuação do embargo, fornecendo 46 milhões de barris de petróleo aos britânicos para amenizar os efeitos do bloqueio que eles mesmos impunham (GASIOROWSKI, 1987; KINZER, 2008).

Já a terceira fase, a mais importante, tanto para a pesquisa quanto para os britânicos, foi planejar a derrubada do primeiro ministro Mossadegh. Os EUA inicialmente conduziram ações encobertas apenas contra a influência soviética no Irã ⁴⁴, porém com a vitória de Eisenhower a CIA atua para desestabilizar o governo iraniano a serem criadas condições ao golpe de Estado, a partir de ações encobertas políticas e de propaganda, financiando a oposição e angariando a adesão do monarca, Xá Reza Pahlavi – simpático aos britânicos –, assim como de oficiais militares à conspiração (GASIOROWSKI, 1987). Discutiremos na subseção 2.5 seguinte a utilização da polarização, extremismo e mobilização ao golpe, porém resta salientar que em agosto de 1953 o golpe de Estado no Irã é bem sucedido.

De acordo com Moniz Bandeira (2016) o golpe no Irã “[...] inaugurou o uso de *covert actions* [ações encobertas] pelos Estados Unidos, em tempos de paz, e seu *blueprint* [desenho] serviu para outras experiências, particularmente na América Latina”. (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 209). De fato, os irmãos Dulles, Allen Dulles como DCI (1953 – 1961) e John Foster Dulles encabeçando o DOS (1953 – 1959), após o golpe no Irã, atuaram na América Latina, foi executada pela CIA a Operação PBSUCCESS que pôs fim a mais um regime democrático em 1954, na Guatemala (CULLATHER, 1994; SCHLESINGER; KINZER, 1982).

Se o caso da Guatemala está entre um dos mais infames golpes patrocinados pelos EUA na América Latina, notável na década seguinte foi a atuação contra o governo do então presidente do Brasil de João Goulart. Ainda conforme Moniz Bandeira (2014), se referindo as ações encobertas dentre outras operações clandestinas empregadas pela CIA:

Essas operações tipificam a técnica do golpe de Estado, que a CIA desenvolveu e aplicou no Brasil e em diversos países da América Latina, nos anos 60 e 70 do século XX, radicalizando, artificialmente, as lutas sociais, até ao ponto de provocar o desequilíbrio político e desestabilizar governos (*spoling actions*) que não se submetiam às diretrizes estratégicas dos Estados Unidos. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 13).

⁴⁴ Em especial a Operação BEDAMN, programa de ação encoberta política e de propaganda.

Adentrando na parte final desta subseção 2.4, a seguir iremos tratar acerca de duas questões: por que os EUA intervieram no Chile? E por que optaram pela ação encoberta?

De acordo com relatório do Senado dos EUA acerca das ações encobertas no Chile (U.S. SENATE, 1975), apesar das primeiras CAs terem sido iniciados a partir de 1963, nas administrações John Kennedy (1961 – 1963) e Lyndon Johnson (1963 – 1969), os atores de maior relevância para o golpe no Chile em 1973 fazem parte da administração do presidente Richard Nixon (1969 – 1974). Nixon consolidou uma carreira dentro do partido republicano de ferrenho anticomunista, enquanto seu Conselheiro de Segurança Nacional ⁴⁵ Henry Kissinger, o intelectual “[...] atraído ao poder, a moldar a política e não apenas analisá-la” (DOCKRILL; HOPKINS, 2005, p. 102, tradução nossa) ⁴⁶, formariam uma “parceria”, entendimento tradicional na literatura, que delinearía a política externa do período. As prioridades em política externa, conduzida pelo Secretário de Estado William Rogers, eram a saída do “atoleiro” – “*quagmire*” – do Vietnã, a exploração das tensões sino-soviéticas e diálogo com a China continental e a marca do “relaxamento” das tensões entre EUA e URSS ou “*détente*” (COLLIN, 2004, p. 72) com as Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas (SALT) – *Strategic Arms Limitation Talks* (DOCKRILL; HOPKINS, 2005).

Ainda assim, um elemento fundamental desta parceria seria um apetite pelo segredo, seja pela diplomacia sigilosa e autonômica de Kissinger, no clima de vigilância instalado na Casa Branca e tramas que levariam à renúncia do presidente em decorrência do escândalo de *Watergate* (DOCKRILL; HOPKINS, 2005). A história ensinaria a Nixon o que Maquiavel (2017, p. 188) já havia alertado sobre conspirações, “[...] por causa delas, muito mais príncipes perderam a vida e o poder que pela guerra declarada”. Nixon era particularmente simpático à utilização de ações encobertas, como atestado em sua seguinte fala:

‘A ajuda econômica ou militar expressa por vezes é suficiente para alcançar nossos objetivos. Somente uma intervenção militar direta pode fazê-lo em outros. Mas entre os dois existe uma vasta área onde os Estados Unidos devem ser capazes de realizar ações encobertas. Sem essa capacidade, seremos incapazes de proteger interesses importantes dos EUA’. (DAUGHERTY, 2006, p. 9, tradução nossa). ⁴⁷

⁴⁵ Durante o período estudado Kissinger servia apenas no cargo de Conselheiro de Segurança Nacional (1969 – 1975), enquanto William Rogers servia como Secretário de Estado de Nixon (1969 – 1973), Kissinger assumiria o posto de Secretário de Estado somente em 1973 – 1977 tanto nos governos Nixon como Ford, mantendo ao mesmo tempo o cargo de Conselheiro de Segurança Nacional. Durante o golpe no Chile, Kenneth Rush servia como Secretário de Estado de 3 de setembro de 1973 até 22 de setembro, no ínterim entre Rogers e Kissinger.

⁴⁶ “[...] attracted to power, to shaping policy and not just analysing it.

⁴⁷ ‘Overt economic or military aid is sometimes enough to achieve our goals. Only a direct military intervention can do so in others. But between the two lies a vast area where the United States must be able to undertake covert actions. Without this capability, we will be unable to protect important U.S. interests’.

E um dos empregos mais emblemáticos, seja por sua proporção quanto por sua infâmia, de ações encobertas durante a administração Nixon, assim como na história recente norte-americana, caso marcante para a história latino-americana, exemplo recorrente e indispensável na literatura da Guerra Fria, foi o caso do golpe de Estado no Chile em 1973.

A América Latina não era desconhecida a Nixon, de fato, enquanto servia como vice-presidente de Eisenhower fez uma viagem em 1958 pela região onde seu carro foi atacado pela população na capital venezuelana (HARMER, 2011). Nixon via a América Latina como um barril de pólvora para revolução (QURESHI, 2008, p. 7 – 9) e as Forças Armadas como instituições progressistas, sendo as respostas de Washington as questões de desenvolvimento, traduzidas na esfera da “Ação para o Progresso” – substituta da “Aliança para o Progresso” – na mesma fórmula de investimento privado e criação de ambientes favoráveis à livre iniciativa, rejeitando as teses desenvolvimentistas (HARMER, 2011; QURESHI, 2008).

A administração Nixon tinha consciência da retração da influência internacional dos EUA na década de 1970, principalmente em virtude da retirada do Vietnã, tomando medidas para explorar a maior flexibilidade do sistema internacional (QURESHI, 2008). A América Latina não era a prioridade, no entanto, desde o trauma da Revolução Cubana, e com a perda de credibilidade dos EUA na região (HARMER, 2011), a importância desta se elevava (QURESHI, 2008). De acordo com Harmer (2011) a Casa Branca pouco prestou atenção aos eventos no Chile, porém quando receberam os resultados da eleição, consagrando a vitória de Allende, tanto Nixon quanto Kissinger ficaram furiosos e o Chile se tornou pauta principal.

Segundo Lubna Qureshi (2008, p. 15) as questões de maior gravidade geopolíticas no período se encontravam no eixo da Europa e Ásia, sendo o interesse econômico o fator determinante para a política externa norte-americana na América Latina, não a segurança nacional. Moniz Bandeira (2016) ressalta que os objetivos dos EUA na América Latina diziam respeito a salvaguardar seus investimentos e recursos estratégicos, como o cobre no Chile; assim, a CIA agia contra governos que desobedeciam as diretrizes e interesses econômicos de Washington. Enquanto para Tanya Harmer (2011) o interesse corporativo não foi o fator que mais pesou na balança, sequer um temor da influência soviética na região, mas a reafirmação do poder e da credibilidade dos EUA na América Latina. Temendo que um Chile simpático à URSS colocasse em perigo a segurança hemisférica, com Cuba no Caribe e o Chile no Cone Sul a região seria comprimida em um “sanduíche vermelho”. Servindo ainda como uma base para treinamento de subversivos, ou mesmo modelo para outros partidos de esquerda no mundo (HARMER, 2011). A mentalidade da administração Nixon para com a emergência de um governo socialista no Chile era a seguinte, nas palavras de Kissinger:

‘Não vejo por que precisamos ficar de braços cruzados e assistir um país se tornar comunista devido à irresponsabilidade de seu próprio povo. As questões são importantes demais para que os eleitores chilenos decidam por si mesmos’. (apud O’ROURKE, 2018, p. 26, tradução nossa).⁴⁸

Kissinger ainda traça um perfil psicológico de Nixon, responsável por autorizar qualquer ação: “Ele [Nixon] geralmente aprendia apenas o bastante sobre o passado de um país para absorver os rudimentos dos fatos relativos às suas circunstâncias – e frequentemente nem mesmo tanto assim.” (KISSINGER, 1994, p. 704 – 705, tradução nossa).⁴⁹

A percepção da administração Nixon para com os eventos no Chile era de derrota, o que significava a deflagração na região de um “[...] jogo de soma zero contra o comunismo.” (HARMER, 2011, p. 189 – 190, tradução nossa).⁵⁰ Com relação à “*détente*”, parece claro que a mentalidade preponderante em Washington era que esta não se aplicava ao Chile (OPPENHEIM, 1999), visto que este estava no “*backyard*” ou “quintal” dos EUA. Desta forma, Harmer (2011) sustenta que havia uma Guerra Fria Interamericana em curso.

Em suma, a seguinte declaração de Nixon em 1971 ilustra bem sua política externa para a América Latina e em especial a particular importância do Chile:

‘Amigos dos Estados Unidos serão recompensados. Inimigos dos Estados Unidos serão punidos. E isso inclui o Peru, na medida do possível. Inclui a Bolívia, na medida do possível, e inclui, **por todos os meios, o Chile**, na medida do possível. Agora é assim que o jogo tem que ser jogado.’ (apud QURESHI, 2008, p. 15, tradução nossa, grifo nosso).⁵¹

Apesar de Cockrill e Hopkins (2005) apontarem que o padrão de envolvimento dos EUA na América Latina se baseava em intervenções militares, Hancock e Wexler (2014) afirmam que durante a Guerra Fria os EUA estavam em uma luta por imagem, sobretudo na América Latina. Ainda, Nicholas Spykman (1942, p. 62) observa que diferente dos países localizados no que ele chama do Mediterrâneo Americano, isto é, a região circundada pelo Mar do Caribe, próxima ao centro de poder norte-americano, os países mais ao sul, em especial os países do ABC, gozam de certa independência.

⁴⁸ ‘I don’t see why we need to stand by and watch a country go communist due to the irresponsibility of its own people. The issues are much too important for the Chilean voters to be left to decide for themselves.’

⁴⁹ Nixon was not a student of history in the same way that Churchill or de Gaulle had been. He generally learned just enough about a country’s past to absorb the rudiments of the facts pertaining to its circumstances – and often not even that much.

⁵⁰ [...] zero-sum game against communism.

⁵¹ Friends of the United States will be rewarded. Enemies of the United States will be punished. And that includes Peru, to the extent we can. It includes Bolivia, to the extent we can, and it includes, by all means, Chile, to the extent we can. Now that’s the way the game has to be played.

Havia grande preocupação com uma possível perda de prestígio no caso de uma intervenção, postura expressa pelo DOS. Kissinger e Nixon também compartilhavam desta preocupação, visto o próprio desgaste doméstico da exposição da Guerra do Vietnã (HANCOCK; WEXLER, 2014), todavia, entendiam que era necessário correr riscos e agir prontamente para prevenir uma nova Cuba (HARMER, 2011). Diante do exposto, parece mais razoável os motivos pelos quais, tanto a administração Nixon decidiu por intervir no Chile, assim como a escolha pela alternativa encoberta. Posteriormente, com o avançar da crise, em 1973 a administração Nixon já firmava um consenso sobre o Chile:

[...] queria um regime autoritário baseado na ditadura do Brasil e uma guerra contra a "Esquerda" como o único remédio para reverter os danos causados pela presidência de Allende. Ainda mais impressionantes são os temores dos tomadores de decisão de que os líderes militares chilenos não eram brasileiros o suficiente, seja em termos de sua prontidão para reprimir a esquerda ou em seu sentido ideológico de missão. (HARMER, 2011, p. 55 – 56, tradução nossa).⁵²

Nesta subseção 2.4 discutimos sobre a ampla presença das CAs ao longo da história norte-americana e sua íntima relação com o executivo, apenas a ser mais bem vigiada após 1974. Vimos que a CIA foi criada a partir do Ato de Segurança Nacional em 1947, assim como o NSC como um conselho consultivo para segurança nacional, sendo durante o escopo desta pesquisa o DDP o setor da CIA responsável pela condução de ações encobertas, função vista pela literatura como a principal na agência no período em questão. Sendo tal capacidade de CA aplicada, em especial, durante as eleições italianas de 1948, onde obtiveram maior sucesso no campo da engenharia social e política. Após isso a agência obteve moral para conduzir sua primeira mudança de regime encoberta por golpe de Estado no Irã em 1953, em seguida experimentando o modelo na América Latina, seja na Guatemala em 1954, seja no Brasil em 1964, ou mesmo no Chile em 1973. Caso este do Chile, cuja administração Nixon decidiu por intervir por preocupações em parte geopolíticas, geoestratégicas, econômicas e ideológicas, sendo a escolha pela opção encoberta, apesar dos temores de perda de credibilidade na região, uma alternativa para amenizar a pressão pública perante o extensivo desgaste no Vietnã, assim como também uma possível pressão internacional. Na subseção 2.5 remeteremos a esses casos para analisar mais a fundo os métodos empregados pela CIA.

⁵² [...] it wanted authoritarian rule patterned on Brazil's dictatorship and a war against the "Left" as the only remedy to reverse the damage done by Allende's presidency. Even more striking are decision makers' fears that Chilean military leaders were not Brazilian enough, either in terms of their readiness for repressing the Left or in their ideological sense of a mission.

2.5 Definindo Polarização, Extremismo e Mobilização

O objetivo desta subseção 2.5 é conceituar mais claramente os termos “polarização, extremismo e mobilização”, já que compreendemos no que consiste “desestabilização por ações encobertas pelos Estados Unidos para golpe de Estado”. A forma de emprego deste método só será mais clara a partir da leitura e compreensão mais empírica, em vista de delinear melhor o objeto de estudo e para contribuir com o estudo de caso do Chile.

O termo polarização nos remete a divisões opostas (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2019). Mais rigorosamente: “[...] ‘polarização política’ é simplesmente a distância ou diferença absoluta entre plataformas dos partidos.” (ALT; LASSEN, 2006, p. 533, tradução nossa).⁵³ Esteban e Ray (1994) pontuam três elementos da polarização: (1) alto grau de homogeneidade no interior dos grupos; (2) alto grau de heterogeneidade entre grupos e (3) baixo número de grupos de tamanho significativo. DiMaggio et al. (1996 apud PRIOR, 2013, p. 105) apontam para quatro dimensões da polarização das massas:

[...] a dispersão de atitudes, a extensão em que as atitudes se agrupam em torno de duas posições contrastantes, com poucas visões moderadas, o vínculo entre diferentes posições de questões (‘polarização ideológica’) e a existência de diferenças sistemáticas entre subpopulações (‘polarização baseada em identidade’). (DIMAGGIO, 1996 apud PRIOR, 2013, p. 105, tradução nossa).⁵⁴

Polarização pode ser identificada tanto a nível político, quanto refletida a nível social (BALDASSARRI; BEARMAN, 2007), sendo importante considerar o nível da polarização das elites (DRUCKMAN; PETERSON; SLITHUUS, 2013), por afetar profundamente a formação de opiniões do público geral. Esta polarização das elites pode impelir o raciocínio partidário e uma tomada de decisões menos racional, implicando ainda alto distanciamento ideológico entre os partidos, em paralelo a uma alta homogeneidade dentro deles. Já Prior (2013) aponta uma relação entre a mídia, e maior acesso a televisores, com o aumento da polarização das massas. Ainda, como coloca Luttwak (2016), é razoável constatar que sociedades menos desenvolvidas se caracterizam por inércia política, enquanto sociedades mais desenvolvidas podem apresentar inclusive níveis elevados de polarização, como os próprios EUA (PRIOR, 2013). Ainda, segundo Esteban e Schneider (2008), a polarização política e social pode estar relacionada com a polarização econômica. E no que tange seus

⁵³ [...] “political polarization” is simply the distance or absolute difference between platforms of the parties.

⁵⁴ [...] the dispersion of attitudes, the extent to which attitudes cluster around two contrasting positions with few moderate views in between, the link between different issue positions (“ideological polarization”), and the existence of systematic differences between subpopulations (“identity-based polarization”).

efeitos, de acordo com Dixit e Weibull (2007): “Polarização política implica riscos bastante sérios; os debates políticos ficam amargos e a própria existência de uma sociedade civil pode estar ameaçada.” (p. 7355, tradução nossa).⁵⁵ Para atestar quando a polarização pode pôr em risco o sistema político, recorreremos ao conceito de extremismo.

Conforme Neuman (2010 apud BORUM, 2011) “O extremismo pode ser usado para se referir a ideologias políticas que se opõem aos valores e princípios centrais de uma sociedade.” (p. 10, tradução nossa).⁵⁶ O Dicionário de Política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998) aponta que a estabilidade de um sistema está relacionada com: uma cultura política, posturas moderadas e apoio ao sistema político, enquanto políticas extremadas propõem sua destruição; desenvolvimento socioeconômico; congruência entre o modelo governativo e social; nível de institucionalização e legitimidade. Todavia, polos não significam necessariamente incapacidade de coexistência, cabe aqui o conceito de extremismo para que os diferentes enxerguem sua sobrevivência na destruição do oposto, seu triunfo na liquidação do outro, um jogo de soma zero. Segundo o Dicionário de Política, extremismo é:

[...] um comportamento ou um verdadeiro e específico modelo de ação política adotados por um movimento, por um partido, por um grupo político, que rejeita as regras de jogo de uma comunidade política, não se identificando com as finalidades, os valores e as instituições prepostos à vida pública, e fazendo por modificá-los radicalmente. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 458).

É relevante ressaltar que na literatura é amplamente utilizado o termo radicalização/radicalismo, no que Borum (2011) afirma que radicalização é um termo sem rigor conceitual e que não é útil, porém conceitua radicalização como o processo que leva ao extremismo. Sendo na presente pesquisa, os termos extremismo e radicalismo/radicalização, utilizados como conceituados por Borum (2011), e mesmo com significado análogo, radicalismo não implicando necessariamente medidas ilegais hostis às instituições, sendo opção do autor a utilização do termo extremismo por considerar ser mais acurado. Já a mobilização coordenada por organizações e partidos, pode ocorrer como consequência ou catalisador da polarização e ter caráter extremista, além de testar a legitimidade do governo (CASPER; TYSON, 2014). Por sua vez a desestabilização pode se utilizar desses elementos para incapacitar o governo de funcionar e responder devidamente (COLLIN, 2004).

Consideramos que enquanto se pode cogitar que a polarização torne ambos os lados mais consistentes, na homogeneização dentro das partes, fortalecendo tanto os opositores

⁵⁵ Political polarization entails quite serious risks; political debates get bitter, and the very existence of a civil society may be threatened.

⁵⁶ Extremism can be used to refer to political ideologies that oppose a society's core values and principles.

quanto o grupo que se busca desestabilizar, é interessante ponderar questões que julgamos relevantes. Primeiro, esta polarização não tenderia a beneficiar governantes em exercício, por minar a capacidade de diálogo entre situação e oposição, principalmente em democracias onde é vital para a manutenção da legitimidade, sejam elas consolidadas ou frágeis, onde esta legitimidade está intimamente relacionada ao desempenho do governante (HIROI; OMORI, 2013). Segundo, um processo de polarização como é conjugado a uma escalada de extremismo, pode forçar ainda mais o abismo entre as partes com a atuação de seguimentos radicais em cada um dos lados, fomentando a escalada de violência (COLLIER; SATER, 2004). Muitas vezes posta em exposição em mobilizações, o que danifica o governante e sua capacidade de mediação (CASPER; TYSON, 2014). Por fim, conforme Druckman, Peterson e Slothuus (2013), a polarização não incentiva a racionalidade do cidadão em face do debate público no momento em que dificulta a discussão pragmática de pautas específicas. Como aponta Petras e Petras (1973), relegando a sociedade ao alinhamento irracional a blocos monolíticos ideológicos, que reitera o encurtamento do diálogo entre o governo com a sociedade e a oposição, segundo Oppenheim (1999) constata no Chile.

No relatório do senado dos EUA, *Covert Action in Chile 1963 – 1973* (U.S. SENATE, 1975), é constatado que “O padrão da ação encoberta dos Estados Unidos no Chile é impressionante, mas não único. [...] A escala do envolvimento da CIA no Chile foi incomum, mas de maneira alguma sem precedentes” (p. 149, tradução nossa),⁵⁷ por isso a importância do entendimento como processo das CAs conduzidas pela CIA. Para uma demonstração mais empírica dos pontos aqui argumentados, retornemos aos exemplos da subseção 2.4.

Na Itália, desde o fim da Segunda Guerra, o cenário político e social que Callanan (2009) se refere como de contínua polarização foi o resultado claro da posição do país perante o fechamento da “Cortina de Ferro” ao leste e a introdução do Programa de Recuperação Europeia, que causou um forte cisma ideológico na Europa. Já em outros países, como a Grécia, a polarização e o extremismo poderiam ser constatados em seu estado mais cru, como a guerra civil, que a Itália quase vivenciou em 1948 (PONS, 2001).

Ponderamos que neste caso, a polarização estava posta, enquanto o extremismo era controlado por ambas as partes, podendo ser argumentado que os EUA ou a CIA não os fomentaram. No entanto, é importante notar que mesmo que isso seja correto, este foi instrumentalizado, tanto no discurso fervoroso católico alinhado aos tomadores de decisão dos EUA, como no semelhante conteúdo propagandístico disseminado pela CIA, que visava

⁵⁷ The pattern of United States covert action in Chile is striking but not unique. [...] The scale of CIA involvement in Chile was unusual but by no means unprecedented.

exacerbar os temores da ameaça comunista (CALLANAN, 2009). Todavia, neste caso não havia necessidade de desestabilizar o governo ou a economia italiana, pelo contrário, foram feitos esforços para estabilização, visto que o objetivo não era derrubar um governo, mas elegê-lo. Neste caso, entendemos ao lado da literatura, não ser parte da estratégia da CIA um fomento à polarização, pois esta almejava sustentar uma coalização de centro com a DC, e sequer extremismo, visto que o objetivo consistia em que a DC assumisse por vias eleitorais.

Já o caso do Irã apresenta padrões diferentes, pois o alvo não é um partido que almeja o poder, senão o próprio governo. A CIA se valeu da rede de contatos prévia britânica, assim como da CIG que já conduzia a Operação TPBEDAMN ⁵⁸, a maior delas, segundo Mark Gasiorowski (2013). Conforme Gasiorowski (2013) esta operação psicológica e política tinha como alvo a influência soviética e do Partido Tudeh – partido comunista do Irã – no país, sendo depois manejada pela CIA para minar a popularidade do governo de Mossadegh. Nos dois anos anteriores ao golpe o orçamento da TPBEDAMN chegou a US\$ 1 milhão ao ano, para pagar a rede de agentes, jornalistas e ativistas políticos ⁵⁹. Era notável o apreço dos arquitetos do golpe para com a condução de uma extensa campanha antigoverno, com mobilização popular como facilitadora do golpe (GASIOROWSKI, 2013).

A CIA criou o plano para o golpe de Estado, a Operação TPAJAX, em se utilizando a capacidade da TPBEDAMN para comprar políticos e conduzir propaganda cinza e negra principalmente: caracterizando o primeiro ministro como simpático ao comunismo; adversário das forças armadas e do Islã; instigador do separatismo; e aludindo as pautas da corrupção e da crise econômica – fomentada pelo embargo em curso (GASIOROWSKI, 2013). A estação da CIA contatou mercadores e religiosos, enquanto conduziu uma série de ações terroristas e ameaças contra principalmente líderes clericais, dissimulando serem comunistas para ao mesmo tempo instigar a rivalidade entre os setores religiosos e o governo e fomentar o caos, seduzindo o público à animosidade contra o governo e as Forças Armadas a agirem para remover Mossadegh, já que este falhava em manter a ordem (GASIOROWSKI, 2013). Todavia, apesar do resultado de muitas das manobras realizadas obterem diferentes graus de sucesso, de fato, a crise econômica imposta ao país desde 1951 e a convulsão política e social serviram para desestabilizar o governo. Visto que a tentativa de golpe da Operação TPAJAX por parte das forças armadas iranianas na madrugada do dia 15 de agosto de 1953 falhou, no entanto, é interessante analisar o que fez a CIA entre apenas os dias 16 e 19, quando no dia 19 outro golpe foi bem sucedido (GASIOROWSKI, 2013, 1987; KINZER, 2008).

⁵⁸ “TP” era um acrônimo para Tudeh Party, o partido comunista do Irã.

⁵⁹ Parte expressiva para políticos pró-ocidentais, monarquistas e antigoverno no Majlis, a Câmara do Irã.

A estratégia realizada pela CIA então se desdobrou de forma improvisada (GASIOROWSKI, 2013), visto que Kinzer (2008) relata que os operativos recorreram com urgência a todos os recursos disponíveis, sem ter um plano previamente definido, mas sabendo que deveriam mobilizar seus contatos, oficiais, políticos e figuras chave, que poderiam reverter a situação e, sobretudo a população; ao mesmo tempo em que ignoravam diretivas de seus superiores para que abandonassem o Irã imediatamente. No entanto, apesar do caráter improvisado, a estratégia se baseou em uma rede muito bem estabelecida, no dia 16 foram impressos e disseminados ao público nas ruas, em jornais e para militares, cópias do *firman*⁶⁰ do Xá, além de serem veiculadas notícias falsas distorcendo o golpe, como sendo uma movimentação de Mossadegh contra a monarquia. Ao passo em que militares eram subvertidos: recebendo os *firmans* até mesmo das mãos de operativos norte-americanos, sendo oferecido dinheiro e promoção caso o golpe obtivesse êxito. Kinzer (2008) traduz a estratégia de Kermit Roosevelt Jr, uma das mentes na CIA por trás do golpe: “Roosevelt agora tinha unidades militares de prontidão para esmagar desordens na rua. Sua próxima tarefa foi preparar as desordens.” (p. 171, tradução nossa).⁶¹

Agora alcançamos o ponto principal, a CIA organizou uma série de manifestações com sua rede de ativos e operativos. O fato interessante é que não foram arquitetadas apenas manifestações antigoverno, pelo contrário, a estratégia consistiu em mobilizar, por meio de agentes provocadores, protestos pró-comunistas e pró Mossadegh para realizar saques e atos de violência, seja contra casas, lojas, mesquitas e mesmo contra civis, em comemoração a Mossadegh, contra o Xá e mesmo ao comunismo. A estratégia era justamente vincular Mossadegh aos comunistas e à violência, assim a CIA financiava ao mesmo tempo gangues de agitadores pró e antigoverno, chegando ao ponto de fazê-los entrar em choque, enquanto legítimos simpatizantes espontaneamente aderiam aos grupos, no que Kinzer (2008) atesta “Foi outra vitória na campanha de Roosevelt para polarizar o Irã.” (p. 173, tradução nossa).⁶²

Quando a polícia e mesmo forças militares receberam ordens para reprimir as manifestações, o governo mandou para casa seus apoiadores enquanto abriu uma janela de oportunidade para novos manifestantes, desta vez pró-Xá e anti-Mossadegh, vistos pela população como “[...] pessoas decentes fartas com o caos dos últimos dias” (KINZER, 2008,

⁶⁰ O *firman* é uma espécie de decreto real, neste caso demitindo de seu posto o então primeiro ministro Mossadegh, apesar de tal prerrogativa não ser legal, apresentava um meio de legitimidade.

⁶¹ Roosevelt now had military units standing by to crush street disorders. His next task was to arrange the disorders.

⁶² It was another victory in Roosevelt’s campaign to polarize Iran.

p. 177, tradução nossa), ⁶³ que não sofreriam oposição dos setores policiais e militares golpistas. Ainda sobre a estratégia adotada, segundo Kinzer (2008):

Uma multidão gritando pela saída de Mossadegh era, é claro, ideal, mas uma que o apoiasse também era útil porque ajudaria a polarizar a opinião e talvez até mesmo a provocar soldados monarquistas à reação repressiva. Tudo o que realmente importava era que Teerã estivesse em tumulto. (KINZER, 2008, p. 175, tradução nossa). ⁶⁴

Gasiorowski (2013) corrobora com quadro similar – os nomes referidos são de agentes da CIA –, o golpe era assim desfechado em consonância com as multidões e militares:

As multidões crescentes atacaram os escritórios de jornais pró-Mosaddegh e pró-Tudeh e a sede do Partido do Irã pró-Mosaddegh e incendiaram um teatro ligado ao Tudeh. Jalali levou parte da multidão ao prédio do parlamento e depois à sede da polícia militar, onde obteve a libertação de dois participantes-chave na tentativa fracassada de golpe. Caminhões e ônibus trouxeram membros de tribos e outros de áreas periféricas para se juntarem a essas multidões, presumivelmente organizadas através das redes TPBEDAMN ou Rashidian. A equipe de Roosevelt enviou uma mensagem aos Rashidians, Jalali e Kayvani para que as multidões encorajassem os militares a se juntar a eles e tomar as instalações de transmissão da Rádio Teerã. Unidades do exército anti-Mosaddegh inspiradas pelas multidões começaram a agir e tomaram todas as principais praças de Teerã. Unidades do exército e multidões de civis tomaram o escritório do telégrafo, o escritório de imprensa e propaganda, a sede da polícia e do exército, o Ministério das Relações Exteriores e a casa de Mosaddegh, que eles saquearam. (GASIOROWSKI, 2013, p. 20, tradução nossa). ⁶⁵

Apesar de Gasiorowski (2013) observar a carência documental desclassificada sobre a Operação TPBEDAMN, por exemplo, diante das informações disponíveis, consideramos que as ações encobertas da CIA no Irã obtiveram sucesso em sua desestabilização. As multidões desestabilizaram o governo, a polarização, extremismo e mobilização foram fomentados por meio das ações encobertas da CIA e diretamente instrumentalizados ao golpe de Estado.

Após o golpe no Irã, os EUA patrocina na Guatemala uma intervenção paramilitar seguida por um golpe, que apresenta poucos elementos dos investigados nesta pesquisa

⁶³ [...] decent people fed up with the chaos of recent days.

⁶⁴ A mob crying for Mossadegh's ouster was, of course, ideal, but one that supported him was also helpful because it would help polarize opinion and perhaps even provoke royalist soldiers into repressive reaction. All that really mattered was that Tehran be in turmoil.

⁶⁵ The growing crowds attacked pro-Mosaddeq and pro-Tudeh newspaper offices and the headquarters of the pro-Mosaddeq Iran Party and burned down a theater linked to the Tudeh. Jalali led part of the crowd first to the parliament building and then to military police headquarters, where it gained the release of two key participants in the earlier, failed coup attempt. Trucks and buses brought tribesmen and others from outlying areas to join these crowds, presumably arranged through the TPBEDAMN or Rashidian networks. Roosevelt's team sent word to the Rashidians and Jalali and Kayvani to have the crowds encourage military personnel to join them and to seize Radio Tehran's broadcasting facilities. Anti-Mosaddeq army units inspired by the crowds did begin to act and seized all of the main squares in Tehran. Army units and civilian crowds then seized the telegraph office, the press and propaganda bureau, police and army headquarters, the foreign ministry, and Mosaddeq's home, which they ransacked.

(CULLATHER, 1994; SCHLESINGER; KINZER, 1982). Todavia, trataremos de abrir o caso do Chile com uma breve análise do golpe de 1964 no Brasil. Ambos, Chile e Brasil, apresentavam na segunda metade do século 20 os legislativos mais fortes da América Latina, segundo Stepan (1975). E conforme Moniz Bandeira (1978), no caso brasileiro, os partidos de oposição, empresariado, movimentos sociais e entidades financiadas pela CIA coordenariam meses antes do golpe de Estado em 31 de março de 1964 as manifestações antigoverno conhecidas como “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” – sendo o golpe previsto para dois de abril, depois da “Marcha da Família com Deus pela Propriedade”.

Como observava Hélio Jaguaribe (1954) na relação entre o moralismo e a classe média brasileira, protestos análogos apelavam a valores religiosos e anticomunistas. No Irã, por exemplo, apesar do consenso popular para com a nacionalização do petróleo (KINZER, 2008), esta pauta não foi levada em questão quando a população participou de sua derrubada. Agee (1975) aponta que “[...] a estação [da CIA] do Rio e suas bases maiores estavam financiando as manifestações urbanas de massa contra o governo Goulart, provando que os antigos temas de Deus, pátria, família e liberdade continuavam eficazes como sempre.” (p. 311, tradução nossa). ⁶⁶ Black (2009) ainda verifica que manifestações semelhantes às brasileiras foram maquinadas no Chile, com financiamento da CIA.

Sejam nos casos do Irã, do Brasil ou Chile, a imprensa ou as passeatas não foram impossibilitadas de ocorrerem, no que consideramos ser pelo caráter democrático destes regimes e/ou mesmo dos então governantes. Moniz Bandeira (1978, 2014) argumenta que para o golpe de Estado no Brasil foram explorados conflitos internos e radicalização das lutas sociais, defendendo que este mesmo padrão foi o aplicado no Irã, e que a CIA aplicara a mesma técnica no Chile – premissa discutida nesta pesquisa. O engessamento do governo brasileiro antes de 1964 com a redução na capacidade de traduzir reivindicações – desestabilização –, em um cenário de demandas cada vez mais crescentes, proporcionava críticas ao próprio sistema político (STEPAN, 1975), o passo necessário ao extremismo para a violação da legalidade. Mesmo que Black (2009) denote a carência documental para afirmar a existência de uma desestabilização norte-americana contra o Brasil – dúvida não presente no caso chileno (STREETER, 2004), mesmo para autores que menosprezam a efetividade da desestabilização (COLLIER; SATER, 2004) –, em sua análise ocorreu um contundente processo de penetração no início da década de 60, com a cooptação das elites políticas e desnacionalização das elites empresariais, por intermédio da criação de organizações como o

⁶⁶ [...] the Rio station and its larger bases were financing the mass urban demonstrations against the Goulart government, proving the old themes of God, country, family and liberty to be effective as ever.

Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – possivelmente financiado pela CIA – em 1959 e subsidiárias financiadas majoritariamente por capital externo norte-americano, além disso, houve uma forte penetração nos meios de comunicação, movimentos sindicais, e em especial, nas Forças Armadas.

Assim como Oppenheim (1999, p. 72) identifica no Chile o desaparecimento do centro na política, ao passo do aguçamento da polarização, Moniz Bandeira (1978) ressalta para a radicalização e nota que no Brasil “O equilíbrio de forças se rompeu, o centro, como em todos os momentos de crise, sumiu e o Governo balançou.” (p. 166). Collier e Sater (2004, p. 355) apontam que se as vias de diálogo se fecharem e o governo não for bem sucedido em estabelecer novo quadro de apoio, os principais resultados são a guerra civil ou o golpe.

Como observado nos casos apresentados, existiram esforços por parte da CIA para provocar e instrumentalizar uma polarização, extremismo e mobilização. Porém, com relação ao Chile, houve um intento explícito em fomentar a polarização, extremismo e mobilização? Quando não havia tal diretiva foi resultado direto ou indireto das ações encobertas? Se sim, tiveram o efeito de fomentar o clima de golpe no país Chile?

Nesta subseção 2.5 encerramos o capítulo 2, conceituando polarização como a consolidação de grupos homogêneos internamente, exacerbação das diferenças entre eles, enquanto o número de grupos menores se reduz. Extremismo como a rejeição das regras e valores de uma comunidade política e desprezo para com a legalidade, sendo a radicalização o processo ao extremismo. Diante disso, expusemos como a CIA incentivou a polarização, extremismo e mobilização no Irã e no Brasil. No caso do Irã o sucesso pode não ter resultado de uma ação premeditada, pelo caráter improvisado, no entanto, se deveu a partir de extensiva e consolidada rede encoberta no país. No Brasil, foram repetidos alguns elementos da atuação no Irã, como as mobilizações, e a contundente penetração, que apresentou um caráter mais técnico, diferente do caso iraniano. A partir disso, podemos questionar se a CIA utilizou destas práticas no Chile para viabilizar a realização do golpe de Estado. E se podemos julgar sua atuação como um método, a ser discutido com maior afinco no último capítulo 4.

3 DESESTABILIZAÇÃO PARA O GOLPE DE ESTADO NO CHILE

O golpe de Estado executado no Chile em 11 de setembro de 1973 pelas Forças Armadas chilenas, imortalizado pelo evento do bombardeio ao *Palacio de La Moneda*, de onde o presidente Salvador Allende não sairia com vida, não ocorreria se não houvesse condições objetivas e subjetivas para sua realização (MONIZ BANDEIRA, 2008). Em se tratando das CAs postas em execução no Chile, a CIA e o Comitê 40 – *40 Committee* – ⁶⁷ se referem à tentativa de criar um “clima de golpe” (HARMER, 2011, p. 535 – 536). No entanto, o golpe enquanto alternativa viável e desejável aos EUA se tornou claro quando da vitória de Allende nas eleições em 1970, no momento em que a CIA julga viável o *Track II*, após sua consumação como presidente, fomentando ativamente as condições para o “clima de golpe”.

No presente capítulo 3 será analisado o caso do Chile nos anos prévios ao golpe de Estado, desde 1963 até 1973 como consta no relatório acerca das ações encobertas da CIA no Chile da Comissão Church, precursora do SSCI (U.S. SENATE, 1975). Buscando responder como foram conduzidas, sobretudo a partir de 1970, dentro de um quadro de desestabilização para a mudança de regime encoberta por golpe de Estado no país. Para assim, tratar do tema da crescente polarização, extremismo e mobilização no país, entendendo suas causas e suas implicações. Em vista de encerrar o trabalho no capítulo 4, questionando a relação entre estes fatores com ações encobertas para seu fomento e instrumentalização ao golpe de Estado.

Na primeira subseção (3.1) do capítulo será examinada de forma sintética a história chilena, apresentando a conjuntura política, econômico e social, para compreender melhor as peculiaridades presentes no caso, tecendo relações dos elementos presentes para analisarmos fatores estruturais que apontem vulnerabilidade e condições ao golpe de Estado. A seguir na subseção (3.2), serão investigados os programas de ações encobertas conduzidos pela CIA no Chile, fundamentalmente nos dez anos desde 1963 até o golpe em 1973. Para finalmente na subseção (3.3), tecermos considerações especiais acerca da polarização, extremismo e mobilização em curso no Chile, com foco nas variáveis domésticas, dissecando as dinâmicas partidárias, de grupos extremistas e das camadas sociais, para assim compreender causas e inferências, sendo o papel da CIA tanto no fomento destes elementos, como na instrumentalização deles, julgando se houve um método para tal, assim como a efetividade deste no caso posto, discutido no capítulo 4.

⁶⁷ Sucessor do Comitê 303, ou 303 Committee, o Comitê 40 tinha a função de supervisionar pela Casa Branca as operações de inteligência.

3.1 Conjuntura Chilena e as Condições ao Golpe de Estado

Como é impossível analisar as ações encobertas no Chile sem antes compreender o contexto na qual se inseriam (U.S. SENATE, 1975, p. 161), nesta subseção 3.1 destacamos brevemente elementos da história e da conjuntura política, econômica e social do Chile para relacioná-los com as condições ao golpe de Estado.

Localizado ao extremo sul da América, no Chile se desenvolveu tanto uma atividade extrativista mineradora, quanto uma economia agroexportadora baseada no *latifundio*. O crescimento das cidades e da infraestrutura foi arquitetado em grande parte para atender tal atividade econômica. Desenvolvimento esse na região da fértil *zona central* do Chile, ainda configurando a distribuição populacional do país, onde metade da população se encontra, nas áreas metropolitanas de Concepción, Valparaíso e da capital Santiago (OPPENHEIM, 1999).

Na década de 1960 os *latifundios* representavam “[...] mais de 80% de toda terra agricultável, mesmo constituindo menos de 7% das fazendas, enquanto os *minifundios*, responsáveis por quase 37% das fazendas, continham apenas 0,2% das terras agrícolas.” (OPPENHEIM, 1999, p. 9, tradução nossa).⁶⁸ Com uma distribuição agudamente desigual da terra, o Chile se desenvolvera como a maior parte de seus vizinhos, com uma sociedade altamente estratificada (COLLIER; SATER, 2004). Essa desigualdade é um elemento causal estrutural que pode apontar a uma maior probabilidade na ocorrência de um golpe (HIROI; OMORI, 2015), especialmente, se as elites chilenas se sentirem marginalizadas (2013).

Com a independência em 1810 e promulgada uma Constituição em 1833, se adotou um modelo de Estado centralizado com um Executivo forte. O período que se seguiria até 1871 configurou uma república autocrática, para em 1891 irromper uma guerra civil, envolvendo interesses internacionais e rivalidade entre os setores agrários e mineradores. As Forças Armadas se dividiram, por um lado o Exército foi em defesa do presidente e a Marinha ao lado do Congresso. Com o Executivo derrotado impera a proeminência do Legislativo sobre a política chilena através da virada do século, até 1920 (OPPENHEIM, 1999).

Com a conquista do território do deserto do Atacama, rico em minerais como o guano e o salitre, houve um grande crescimento da mineração a partir do “boom” do nitrato, além dos tradicionais cobre e prata. O investimento estrangeiro na mineração chilena se intensificou, assim como sua dependência, em 1884 dois terços 2/3 das minas de nitrato estavam nas mãos de europeus e norte-americanos (OPPENHEIM, 1999; OXHORN, 2010).

⁶⁸ “[...] over 80 percent of all agricultural land, even though they constituted less than 7 percent of farms, while minifundios, accounting for almost 37 percent of farms, contained only 0.2 percent of farmland.”

No século 20 o cobre toma o protagonismo na economia tradicionalmente exportadora do Chile, e novos conflitos políticos levaram a um período de turbulência com regimes militares e mesmo a declaração de uma curta República Socialista do Chile. O resultado foi uma nova Constituição em 1925, que vigora durante todo o escopo temporal abordado no presente trabalho ⁶⁹, sendo estabelecido um sistema político mais aberto, ainda com um Executivo forte. Segundo relatório da Liga das Nações (BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE, 2019) o Chile foi o país mais afetado pela grande depressão de 1929, devido a sua dependência exportadora. Em 1932 assumia o novo presidente Arturo Alessandri, sendo criado um Congresso bicameral, com membros eleitos por representação proporcional, 50 senadores e 100 deputados, em um sistema pluripartidário que favorecia uma política de coalizão (COLLIER; SATER, 2004; OPPENHEIM, 1999).

O presidente do Chile tinha o poder de criar decretos-lei, que após assinado pelo mesmo e pelos ministros relevantes, seria enviado para o controlador-geral que analisaria sua constitucionalidade, sendo este apontado pelo próprio presidente. Com relação ao gabinete, os ministros que o compõem seriam apontados pelo presidente, no entanto, poderiam ser removidos não apenas pelo mesmo, como também pelo Congresso através de um voto de acusação de abuso de poder, obtido por maioria simples em ambas as casas. No caso do presidente, este poderia ser removido a partir de um impeachment, no entanto, neste caso era necessária não uma maioria simples, mas dois terços (2/3) dos votos. Instituíam-se um mandato presidencial longo, de seis anos, todavia, sem direito à reeleição (OPPENHEIM, 1999).

O poder do Congresso se estendia além da aprovação de legislação, a também sobrepor veto presidencial. Tendo ainda a prerrogativa de escolher o candidato a presidente entre os dois melhores colocados a assumir no caso da não obtenção de uma maioria absoluta dos votos populares; disposição a ser explorada para tentar barrar a vitória de Allende, como veremos posteriormente (OPPENHEIM, 1999; MONIZ BANDEIRA, 2008).

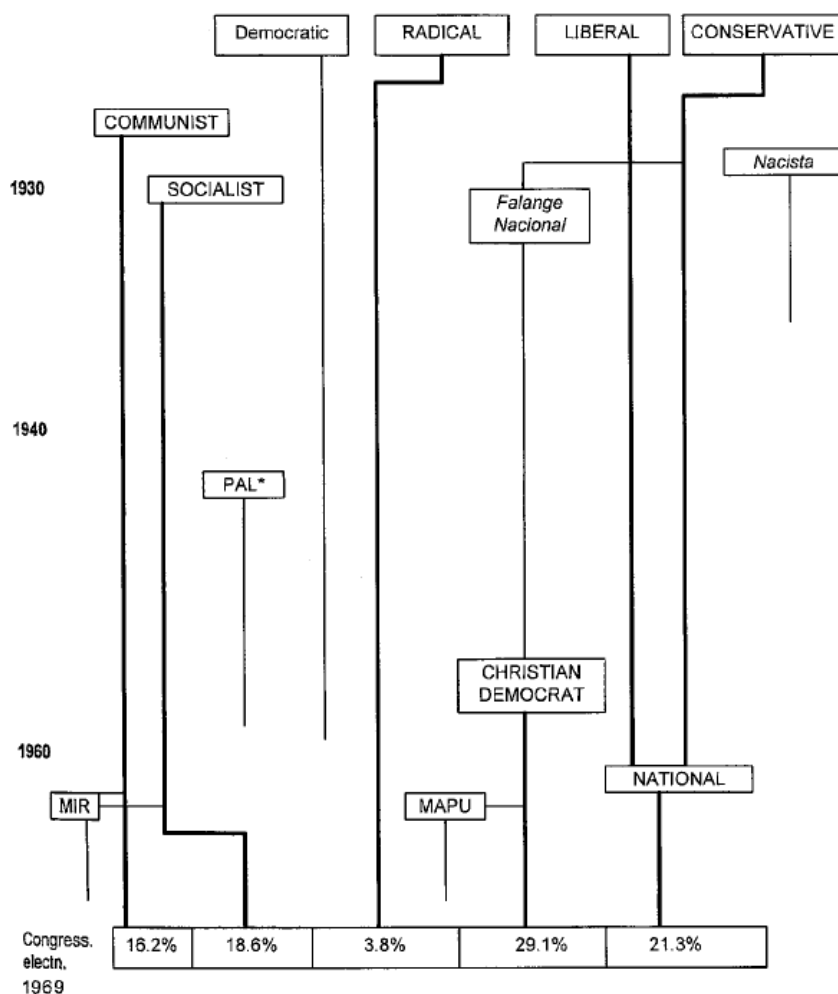
Após o governo de Arturo Alessandri (1932 – 1938) e um período de hegemonia do Partido Radical na presidência, vieram os governos de Carlos Ibáñez del Campo (1952 – 1958) e Jorge Alessandri (1958 – 1964). Em 1963 pode-se afirmar assertivamente que a CIA começava a operar no país (U.S. SENATE, 1975), com objetivo de manipular as eleições do ano seguinte (1964) em favor dos interesses norte-americanos, apoiando nesta eleição de 1964 o candidato Eduardo Frei Montalva (1964 – 1970) que seria eleito presidente, contra seu principal concorrente, o socialista Salvador Allende Gossens (COLLIER; SATER, 2004).

⁶⁹ A atual Constituição do Chile foi aprovada em 1980, sendo sua predecessora a Constituição de 1925.

Os principais partidos que protagonizam o período das décadas de 60 e 70, como ilustrado na Figura 3 abaixo, são à esquerda o Partido Comunista (PCCh) – *Partido Comunista de Chile* – e o Partido Socialista (PS) de Salvador Allende – *Partido Socialista de Chile* –, ao centro o Partido Democrata Cristão (PDC) de Eduardo Frei – *Partido Demócrata Cristiano* – e à direita o Partido Nacional (PN) – *Partido Nacional*.

Nas eleições de 1970, a direita encabeçada pelo PN, concorreria com o ex-presidente Jorge Alessandri, sob a pauta do desenvolvimento pelo livre mercado. Por outro lado, o PDC do então presidente Eduardo Frei, como não havia reeleição no Chile, escolheria Radomiro Tomic, da ala mais à esquerda dentro do partido, em virtude das demandas da conjuntura social, embora com pauta reformista similar a de Allende, representava seu “caminho próprio” – “*camino propio*” (OPPENHEIM, 1999).

Figura 3 – Principais partidos políticos no Chile (1930 – 1970)



*Agrarian Labor Party

Fonte: COLIER; SATER, 2004

Allende que concorreu à presidência pela primeira vez nas eleições de 1952 pelo PS, nas eleições seguintes de 1958 e 1964 encabeçou uma coalização de socialistas e comunistas, conhecida como Frente de Ação Popular (FRAP), sendo nas eleições de 1970 liderando uma plataforma de esquerda ainda mais ampla, composta por seis partidos ⁷⁰, a Unidade Popular (UP). De acordo com Oppenheim (1999), apesar das eleições de 1970 apresentarem três programas claros, as alternativas da UP e PDC pediam mudança social, enquanto o PN as rejeitava (p. 36). Estando as bases sociais de cada partido, ainda segundo Oppenheim (1999), ordenadas da seguinte forma: à direita o PN com apoio dos proprietários de terra, empresários e setores médios; ao centro o PDC também abarcando setores médios, parte do campesinato, trabalhadores e *pobladores* ⁷¹; por fim, à esquerda a UP obtinha também apoio de setores médios e *pobladores*, trabalhadores, campesinos e intelectuais. É interessante notar a divisão dos setores da classe média, estando presentes entre os três programas.

O resultado das eleições em 4 de setembro de 1970 aponta a vitória da UP com 36,2 % dos votos, logo atrás o PN com 34,9 %, estando em terceiro lugar o PDC com 27,8 %. A vitória de Allende nas urnas fez emergir tanto um clima de euforia para a esquerda, como de desespero para a direita. Visto que a UP não obtivera uma maioria absoluta dos votos populares o Congresso deveria escolher entre os dois candidatos mais bem votados para assumir. Apesar do Congresso sempre ter escolhido o primeiro colocado, para setores da direita a única alternativa para impedir que Allende assumisse seria escolher Alessandri, que prontamente renunciaria, sendo realizada nova eleição, com a possibilidade que Eduardo Frei concorresse (OPPENHEIM, 1999) – plano este cogitado pela CIA (U.S. SENATE, 1975).

No entanto, em 22 de outubro de 1970, dois dias da votação no congresso, ocorre um evento trágico. O comandante em chefe do Exército René Schneider, firme constitucionalista, sofre uma tentativa de sequestro por setores sublevados das Forças Armadas, financiados pela CIA (MONIZ BANDEIRA, 2008). Em meio à emboscada Schneider é alvejado, morrendo no hospital. O plano falha, conspiradores são presos e um clima de desconforto se instala nas Forças Armadas, sendo a UP bem sucedida em dialogar com o centro, fundamentalmente o PDC, o Congresso reconhece a vitória de Allende (OPPENHEIM, 1999).

A literatura aponta para uma tradição legalista das Forças Armadas chilenas, assim historicamente com a pouca ocorrência de golpes em comparação com seus vizinhos, isso indica uma redução na possibilidade de golpes subsequentes (BELKIN; SCHOFER, 2003;

⁷⁰ Além dos próprios Partido Socialista (PS) e Partido Comunista (PCCh), faziam parte: Partido Radical, Partido Social Democrata, Movimento de Ação Popular Unitária e Ação Popular Independente.

⁷¹ Pobres das áreas urbanas, moradores de favelas.

LONDREGAN; POOLE, 1990). Como era atestado por Collier e Sater (2004) sobre golpes e os regimes militares, “Os chilenos se sentiam imunes a esse vírus em particular.” (p. 326, tradução nossa).⁷² De fato, a administração Nixon inclusive expressou insatisfação pelos militares chilenos não serem brasileiros o suficiente (HARMER, 2011, p. 55 – 56). Como o Chile era uma das democracias mais sólidas da região, sua punição a conspiradores não era impiedosa como em regimes ditatoriais, a exemplo então do Brasil, sendo grupos golpistas menos relutantes em se organizarem. Porém, a ausência de democracias vizinhas pode aumentar a probabilidade de um golpe no Chile (BELL, 2016; HIROI; OMORI, 2013). Ainda, como Paul Collier e Anke Hoeffler (2007) apontam que um crescimento nos gastos militares pode aumentar a probabilidade de um golpe, é atestado que durante os três anos do governo Allende os gastos militares se mantiveram estáveis, oscilando entre 10,2% em 1970 e 11,4% em 1973 dos gastos públicos (SCHEETZ, 1987). Todavia, suas Forças Armadas receberam assistência crescente dos EUA, o que Rowe (1974) relaciona com golpes, porém não podemos considerar o controle civil no Chile como precário, no entanto como veremos, essa assistência teve impacto para subverter as Forças Armadas (VERDUGO, 2003, p. 95).

Ainda, ao passo em que não aumentavam seus recursos organizacionais pelo governo, o faziam pelos EUA, fator que Powell (2012) correlaciona com o golpe. No entanto, aponta ainda que benefícios financeiros diminuem esta possibilidade, como Petras e Petras (1973) relatam que o Allende concedeu vários benefícios aos militares ao longo de seu governo. Outro elemento nas relações Chile – EUA foi o aumento do ingresso de oficiais chilenos na Escola do Panamá, fator notório para subversão (BÖHMELT; ESCRIBÀ-FOLCH; PILSTER, 2018). O Chile ainda tinha múltiplas agências de inteligência, parte de cada uma das Forças Armadas, o que a princípio poderia ajudar a prevenir golpes, aumentando a probabilidade da descoberta de conspirações (LUTTWAK, 2016). Porém, como veremos posteriormente, a partir da subversão das Forças Armadas, sendo fundamental a atuação dos EUA (VERDUGO, 2003), e após expurgos internos, as inteligências não serviram bem o governo.

Allende assume em 3 de novembro de 1970 com uma minoria no Congresso – cenário comum a muitos presidentes do país – e uma necessidade de dialogar com o PDC, que ainda dispunham de grandes diferenças, e mais dificilmente com o PN. Com relação ao Judiciário, Oppenheim (1999) nota que este era formado por indivíduos simpáticos à direita, apontados pela administração Frei. Já na sociedade chilena o problema se dava na ainda dividida classe

⁷² Chileans felt themselves to be immune from this particular virus.

média, em princípio a UP gozava do apoio de intelectuais e de parte desta classe média, porém mesmo os pequenos empresários desconfiavam de Allende (OPPENHEIM, 1999).

O cenário internacional era ainda mais hostil, com a revelação de documentos evidenciando planos da empresa norte-americana *International Telephone & Telegraph* (ITT) em conjunto com a Casa Branca contra um iminente governo Allende. A mentalidade dominante na administração Nixon, se traduzia em um tabuleiro cuja vitória consistia em um jogo de soma zero (HARMER, 2011; OPPENHEIM, 1999). Assim, a própria sinalização de hostilidade pela política externa norte-americana já tinha efeito desestabilizante, sendo pontuado por Thyne (2010) como fator promotor de golpes. Ainda, o envolvimento da URSS e mesmo de Cuba foi modesto, pois não era interesse da URSS entrar nesta contenda. Sequer mesmo Allende se sentia confortável a estimular uma relação de maior dependência, preferindo a independência e o não alinhamento (QURESHI, 2008).

No que diz respeito à conjuntura econômica, em 1970 o Produto Interno Bruto (PIB) do Chile era de 9,1 bilhões de dólares (*current* US\$), com uma taxa de crescimento de 1,8% ao ano, enquanto no ano seguinte em 1971, notavelmente, a economia chilena crescera 9,4% (WORLD BANK, 2019). Todavia, nos próximos dois anos o PIB encolheu, retraindo -1,0% em 1972 e -5,0% em 1973. Quanto à pauta de exportações do Chile, em 1964, segundo dados do Observatório de Complexidade Econômica (OEC, 2019), ⁷³ esta era definida majoritariamente pelo cobre (56%), minérios de cobre (2,8%) e cobre processado (1,8%), somando-se 60,6% das exportações resumidas a cobre e correlatos. Ainda ressaltando a importância da mineração, outros 20,3% representam ainda outros minérios e metais.

Pouco mudou em 1970, ano em que assumia Allende. Cobre e seus correlatos somavam 72,1% de toda pauta de exportação chilena, já em 1973, 75,7% (OEC, 2019). Apesar dos problemas decorrentes da nacionalização do cobre, eles foram ainda agravados com a queda de 35% no preço do cobre entre 1970 e 1973 (COLLIER; SATER, 2004, p. 337). A dependência do cobre e da mineração para as contas nacionais e suas divisas chilenas era histórica, em 1970, do total de US\$ 1,29 bilhões das exportações chilenas, US\$ 1,08 bilhões advinham da mineração, aproximadamente US\$ 900 milhões apenas de cobre bruto (OEC, 2019). Ainda, é relevante esclarecer para onde ia o cobre chileno. Em 1970, segundo dados da Corporação Nacional de Cobre do Chile (CODELCO) ⁷⁴ (FORTIN, 1979), os destinos das exportações chilenas de cobre foram: República Federal da Alemanha (25,3%), Estados Unidos (15,2%), Reino Unido (14,8%), Itália (10%), Japão (9,4%), França (6,9%),

⁷³ Produtos analisados segundo classificação SITC, Classificação Padrão de Comércio Internacional.

⁷⁴ A CODELCO é a empresa estatal de mineração de cobre do Chile.

Suécia (4%), outros países da Europa Ocidental (9%) e América Latina (5,3%). A parcela dos EUA com 15,2% não parece tão significativa, no entanto, é essencial evidenciar que corporações norte-americanas controlavam 80% dessa produção, isto é, quatro quintos (4/5) da renda externa do Chile, além da dependência da importação maquinário e peças essenciais à indústria (U.S. SENATE, 1975, p. 179).

O Chile não era um país atrasado, mas sim um dos mais urbanizados e politicamente sólidos na América Latina, o que afasta algumas causas estruturais que nutririam golpes (FOSSUM, 1967). Porém, apesar dos esforços para industrialização baseado em um modelo de substituição de importações (FFRENCH-DAVIS et al. 2000), a economia chilena continuava a depender fortemente de um produto primário, o cobre. Assim sendo, a já discutida desigualdade; industrialização parcial e incompleta; impressionante dependência econômica de um produto primário para exportação, sujeito a flutuações de preço e do mercado internacional; pouca diversificação da estrutura produtiva; concentração da atividade produtiva; são elementos que se constituem como causas econômicas estruturais ao golpe, na literatura, apontando maior probabilidade na ocorrência e sucesso de golpes (HIROI; OMORI, 2015, 2013; LONDREGAN; POOLE, 1990; O'KANE, 1981). Sendo possível inferir ainda que políticas dos EUA teriam influência na economia chilena, por sua dependência, sobretudo com a participação das multinacionais norte-americanas atuando no país.

Nos três anos do interrompido governo Allende (1970 – 1973) foram iniciados programas de nacionalização do cobre, reforma agrária e confisco de propriedades, que embora afastassem o PDC do centro, inicialmente foram encarados com pouca oposição. Ainda assim, as eleições municipais em abril de 1971 apresentavam uma vitória da UP com 49,7% dos votos, contra 48% pela oposição (COLLIER; SATER, 2004).

No entanto, os processos de reforma agrária e de nacionalização da indústria não foram tão bem recebidos pelo Congresso. A tomada das indústrias pelos trabalhadores, sendo formados os “*cordones industriales*” ou “cinturões industriais”, fugia ao controle do governo. Assim, apesar do ano 1971 apresentar bons resultados econômicos, inclusive com queda no desemprego, ao longo dos meses a produção agrícola e industrial caía, ao passo em que disputas legais com empresas mineradoras estrangeiras geravam um clima de incertezas. Ao final de 1972, a inflação crescia, assim como o déficit na balança comercial chilena de US\$ 18 milhões em 1970 para US\$ 255 milhões em 1971 e 1972 (COLLIER; SATER, 2004).

Os efeitos da deterioração econômica se intensificavam, o governo travava uma batalha cada vez mais acirrada com o Congresso, sendo formada uma grave crise constitucional. Nas ruas, ocorriam grandes mobilizações, principalmente de 1972 até 1973,

como decorrência da crise e do acalorado enfrentamento político institucional. A partir dos efeitos diretos das medidas de pressão econômicas internacionais por parte dos EUA, com a falta de peças de reposição para manter a frota de caminhões, assim como de outros motoristas, uma série de greves de caminhoneiros paralisou o Chile, notavelmente em outubro de 1972 e julho de 1973. Ainda assim, as greves dos mineiros foram devastadoras para a economia, desde 1971 até 1973, sendo a maior delas, a greve da mina de El Teniente, de abril a julho de 1973. Todos esses eventos ainda conjugados com atentados e sabotagem por parte de grupos extremistas (COLLIER; SATER, 2004; OPPENHEIM, 1999).

Conjugando tais fatores com causas tanto estruturais como gatilhos ao golpe de Estado, vemos que não apenas a dependência do cobre, mas das importações (O'KANE, 1981), teve grande peso para a deterioração econômica. Como visto anteriormente, o país apresentando formidável taxa de crescimento em 1971, porém a economia encolheu nos anos subsequentes de 1972 e 1973. Esse cenário de crise econômica, com crescimento reduzido, crise no balanço de pagamentos e alta inflação, são graves indícios que sinalizam a possibilidade de um golpe (HIROI; OMORI, 2013; LONDREGAN; POOLE, 1990). Ademais, com o recrudescimento da derrocada econômica, a legitimidade do governo era abalada (BELKIN; SCHOFER, 2003), as mobilizações que a sucederam foram marcadas por potencializarem a instabilidade e a desordem sociais (FOSSUM, 1967; GASSEBNER; GUTMANN; HIROI; OMORI, 2013; VOIGT, 2016). Ao escalar das tensões, o governo então era atacado no Congresso (O'KANE, 1981), assim como as mobilizações pediam sua renúncia (CASPER; TYSON, 2014). Vimos na literatura que democracias são sensíveis à instabilidade política e social (POWELL, 2012), a democracia chilena, entretanto, apesar de se destacar na região, apresentava ainda características de democracias jovens. Então, a legitimidade de Allende estava intimamente ligada ao seu desempenho, assim em conjunturas desfavoráveis com articulação da oposição e mobilização, era alta a probabilidade de um golpe (HIROI; OMORI, 2013), ainda mais em um período de implementação de amplas mudanças estruturais por Allende (HIROI; OMORI, 2015). Por fim, ao passo em que Allende se isolava, ele se tornava mais vulnerável (POWELL, 2012). Todos esses fatores aqui postos são causas estruturais e gatilhos que contribuíram para a consumação do golpe de Estado.

Nesta subseção 3.1 expomos um pouco da história chilena, constatando nas instituições: uma constituição que permite um executivo forte; porém um legislativo tão forte quanto, podendo depor ministros por maioria simples e o presidente por 2/3 do Congresso; o Congresso também possuía a prerrogativa de sobrepor vetos e indicar o candidato a presidente dentre os dois melhores colocados no caso da não obtenção de uma maioria. Política: a

presença de três grandes linhas políticas, à esquerda o PS e PCCh formando a UP, ao centro o PDC e à direita o PN. Nas Forças Armadas: tradição legalista; punição pouco rígida à conspiradores; gasto militar estável; crescimento da ajuda militar e do processo de subversão dos EUA. Na economia: foco exportador, baseado na mineração principalmente do cobre; com alta desigualdade social e econômica; indústria parcialmente desenvolvida; pouca diversificação produtiva; dependência, do mercado externo e de importações; e recessão. Com relação aos eventos: crise institucional; mobilização; protestos e greves; e isolamento do governo. Todos esses fatores conjugados apontam para riscos estruturais de golpe não tão graves, porém para a presença de gatilhos críticos ao golpe. Veremos a seguir 3.2 quais os programas de ações encobertas postos em execução pelos EUA no Chile, com objetivo de instrumentalizar os elementos presentes e estimular as causas ao golpe de Estado.

3.2 Ação Encoberta dos Estados Unidos no Chile

Quando se trata de temas envolvendo inteligência, não podemos tomar nossos dados como um fechamento do assunto. Dependendo da disponibilidade documental, pesquisadores podem apenas especular ou formular um retrato minimamente condizente com a realidade. É célebre a documentação proveniente da Comissão Church em 1975, como o *Covert Action in Chile 1963 – 1973* (U.S. SENATE, 1975), abordando a década que compreende desde o ano anterior (1963) a eleição presidencial que consagrou Eduardo Frei Montalva (1964) até o golpe que findou a democracia no país (1973). Este será o documento (U.S. SENATE, 1975) mais utilizado na presente pesquisa. Segundo Verdugo (2003) ainda há documentação não relevada pela CIA, onde supostamente constam, segundo relato do DCI George Tenet (1996 – 2004), padrões de atividade e métodos empregados pela CIA em todo o mundo.

Conforme o relatório (U.S. SENATE, 1975, p. 148 – 149), produzido com dados coletados a partir de documentação do DOS, DOD, NSC e CIA, durante a década de ações encobertas norte-americanas no Chile, foram gastos pela CIA US\$ 3 milhões para manipular as eleições de 1964 e US\$ 8 milhões nos três anos após a eleição de Allende de 1970 até o golpe em 1973, para fomentar um golpe de Estado militar.

O envolvimento da CIA no Chile desde a década de 1950 arregimentou a estrutura para as ações de maior intensidade nas eleições presidenciais de 1964. O objetivo dos EUA foi prevenir a ascensão da FRAP, para isso atuou em duas frentes de técnicas de ações encobertas: a primeira foi apostar no candidato Eduardo Frei Montalva, apoiando seu partido, o PDC, assim como também outros partidos à direita como o Partido Radical e organizações

não comunistas; a segunda frente foi empreender uma massiva campanha anticomunista (U.S. SENATE, 1975, p. 161 – 162). Ademais, no período entre 1962 até 1964, foi autorizado por volta de US\$ 3 à US\$ 4 milhões para 15 programas de ações encobertas. A CIA utilizou US\$ 2,6 milhões apenas para financiar o PDC (p. 156). Foi criado um comitê eleitoral em Washington, assim como um paralelo em Santiago, o primeiro com a presença do chefe da divisão WH da CIA, e o segundo com o chefe da Estação da CIA em Santiago (p. 163).

Após a vitória de Frei, no período entre 1964 e 1970, a CIA continuou a operar no Chile, utilizando quase US\$ 2 milhões para conduzir 20 programas de ações encobertas, principalmente CPAs, desta vez com o objetivo central de fortalecer o apoio ao governo do PDC e enfraquecer influências marxistas e comunistas (U.S. SENATE, 1975, p. 164).

Doravante, ao passo em que 1970 se aproximava, a Casa Branca decidiu não escolher um candidato. Apesar da nítida simpatia por Alessandri, Washington não confiava em sua vitória, sequer a linha reformista de Tomic do PDC os agradava. Como consequência, a atuação da CIA por ações encobertas nas eleições de 1970 foi menos intensa, porém substancial (U.S. SENATE, 1975, p. 166). Direcionada a prevenir a vitória da UP, porém sem uma candidatura alternativa (p. 156). Foi realizada uma campanha de operações de “engodo” – “*spoiling*” –, consistindo em propaganda e atividades correlatas – (p. 167), que tinha dois objetivos: minar a coalização da UP; e fortalecer as alternativas não marxistas (p. 168).

A CIA gastou entre US\$ 800 mil e US\$ 1 milhão para conduzir 6 programas de ações encobertas, previamente às eleições em 1970 (U.S. SENATE, 1975, p. 167). Em consonância com corporações como a ITT, a CIA auxiliou na ajuda ao PN. Porém, essas operações consistiram em uma intensa campanha de propaganda, através da mídia, assim como com financiamento de grupos de mulheres e de ação cívica (p. 168). Além de ações encobertas políticas para causar dissensão na coalização da UP, e propaganda negra (p. 169).

Quando da vitória de Allende, foi concebida uma estratégia em duas frentes: *Track I* e *Track II* – ou Caminho I e II. O *Track I* compreendia uma série de ações de propaganda, políticas e econômicas, sob a égide do Comitê 40, que tinha o objetivo de prevenir a ascensão de Allende ao poder. Enquanto o *Track II*, ou ainda *Project FUBELT*, visava promover um golpe de Estado pelas Forças Armadas (U.S. SENATE, 1975, p. 170). O *Track I* buscava explorar uma prerrogativa do Congresso chileno para barrar a vitória de Allende, pois já que nenhum dos candidatos obtivera uma maioria nas urnas, caberia ao Congresso escolher entre os dois mais bem colocados. A CIA tentou convencer os congressistas do PDC a votarem a favor de Alessandri – o segundo colocado –, que prontamente renunciaria, permitindo a realização de novas eleições especiais, na qual Eduardo Frei poderia concorrer. Porém, tanto

os esforços em influenciar os políticos, quanto em persuadir Frei a entrar no jogo, foram mal sucedidos (U.S. SENATE, 1975, p. 170 – 171). Ainda assim, a CIA conduziu ações de propaganda para fomentar a incerteza perante a vitória de Allende; campanha que não se resumia à retórica, sendo acompanhada por pressões econômicas coordenadas para instigar o caos e reafirmar tal incerteza (p. 172); destinada não só ao público geral, como à elite e Forças Armadas chilenas, assim como a Eduardo Frei e pessoas próximas (p. 171).

Ademais, o *Track II*, direcionado ao golpe de Estado, não foi conduzido após o *Track I*, mas em paralelo, sendo autorizado em 15 de setembro, quando o *Track I* ainda permanecia uma alternativa. Assim, foi intensificado contato com as Forças Armadas, sobretudo com oficiais chave, tanto das Forças Armadas como dos *Carabineros* – a polícia chilena –, sendo contabilizados 21 contatos com a CIA entre 5 e 20 de outubro – 4 dias antes da votação de confirmação no congresso. Inclusive, além de explorarem simpatias ideológicas, os EUA ameaçavam conter a ajuda militar bilateral às Forças Armadas chilenas (U.S. SENATE, 1975, p. 173). Ainda, a CIA planejou diretamente uma tentativa de golpe de Estado mal sucedida, a partir de 22 de outubro, que resultou no assassinato do comandante em chefe do exército René Schneider, antes da posse de Allende em 24 de outubro (p. 149).

A partir da posse de Salvador Allende, com o fracasso dos *Track I* e *Track II*, a CIA continuou com a desestabilização, apostando que a deterioração econômica levaria ao caos e a criação do clima de golpe (STREETER, 2004, p. 8 – 9). Entre 1970 e 1973 é autorizado pelo Comitê 40 a quantia de mais de US\$ 7 milhões. Streeter (2004, p. 11) aponta ainda que tamanha disponibilidade de dinheiro para a CIA dificultou uma prestação de contas. Das ações encobertas empreendidas neste período, as técnicas utilizadas foram: apoio aos partidos oposicionistas – majoritariamente o PDC e PN –, propaganda e apoio à mídia oposicionista – principalmente o *El Mercurio* – apoio a organizações privadas, assim como a pressão econômica (U.S. SENATE, 1975, p. 175 – 179). Os EUA cessavam o fluxo de financiamento ao Chile, com o Banco Mundial não mais concedendo empréstimos, sendo reduzidas: a ajuda bilateral de US\$ 35 milhões em 1969 para US\$ 1,5 milhões em 1971; créditos do Eximbank de US\$ 235 milhões em 1967 para zero; e do Banco Interamericano de Desenvolvimento de US\$ 45,6 milhões em 1970 para US\$ 2,1 milhões em 1972 (VERDUGO, 2003, p. 95).

Os programas de ações encobertas da CIA no Chile consistiram em um envolvimento longo e intenso na política local (U.S. SENATE, 1975, p. 150), sendo empregada uma ampla gama de técnicas com efeitos sobre diversas instituições chilenas (p. 154). Ao longo dos anos foram conduzidas ações encobertas de propaganda, políticas, econômicas, sendo apenas a paramilitar não utilizada (p. 150). Analisaremos cada uma delas respectivamente a seguir.

Primeiramente, as ações encobertas de propaganda custavam pouco e foram as conduzidas de forma mais extensiva ao longo dos anos, sendo a propaganda cinza a forma mais comum. A Estação da CIA em Santiago financiou, e até mesmo fundou, organizações de mídia, sendo a mais importante o *El Mercurio*. Seguindo diretivas da CIA suas estações no Chile instruíam os ativos na mídia a: publicar notícias favoráveis aos EUA, suprimir aquelas desfavoráveis e rechaçar a esquerda chilena; com relação à propaganda negra, seu objetivo principal foi causar discórdia entre a esquerda. A Estação da CIA em Santiago também pagava pessoas para colarem pôsters, cartazes, entregar panfletos, assim como realizar outras atividades de rua, sobretudo, mas não exclusivamente, em período eleitoral – principalmente nos anos de 1964 e 1970 (U.S. SENATE, 1975, p. 154 – 155).

As ações encobertas políticas buscaram influenciar a sociedade, a direção dos eventos políticos e o próprio governo chileno, assim como combater da esquerda e a influência comunista em organizações e na sociedade.” (U.S. SENATE, 1975, p. 155). Assim, foram estabelecidos contatos no governo do PDC e também no PS; sendo apoiados PDC, PN e outros partidos menores; se buscou controlar organizações estudantis universitárias, grupos de mulheres, além de sindicatos de orientação democrática; combatendo a influência comunista da Central Única de Trabalhadores Chilenos (CUTCh); explorando grupos de ação cívica em círculos culturais e intelectuais; apoiando organizações privadas; assim como apoio e instrumentalização de grupos extremistas, como a organização neofascista Frente Nacionalista Pátria e Liberdade (PyL), fundado em 1 de abril de 1971, têm sua origem no *Movimiento Cívico Patria y Libertad*, formado em 10 de setembro de 1970, seis dias após a vitória de Allende (MONIZ BANDERIA, 2008; U.S. SENATE, 1975, p. 155 – 157; VERDUGO, 2003).

Na presente subseção 3.2 destrinchamos o panorama geral dos programas de ações encobertas executados pela CIA no Chile, mais especificamente desde 1963 até 1973. Sendo constatado que desde 1963 os EUA buscaram impedir a eleição de Allende, primeiramente optando pelo candidato Eduardo Frei, porém em 1970 por manchar a reputação de Allende sem a escolha de um candidato. Sendo exposto, que o maior investimento em ações encobertas foi feito durante o governo Allende, para criar um clima de golpe de Estado. Também foi executada uma política expressa para danificar a economia chilena. Assim, veremos na subseção 3.3 seguinte o cenário de polarização, extremismo e mobilização no Chile para no capítulo 4 discutirmos como esses fatores foram fomentados por ações encobertas da CIA e instrumentalizados ao golpe de Estado.

3.3 Polarização, Extremismo e Mobilização no Chile

Na presente subseção 3.3 iremos expor o cenário de crescente polarização, extremismo e mobilização que permeou a política e a sociedade chilenas desde os anos 1960 até 1973, para podermos discutir no próximo capítulo 4 o papel dos EUA e da CIA neste processo.

Collier e Sater (2004) apontam que todos os três elementos aqui postos – apenas denominando radicalização ao invés de extremismo – estavam em ascensão no Chile, sobretudo a partir da Revolução Cubana em 1959. Seus efeitos sobre a política, e, sobretudo, sobre a esquerda chilena foram principalmente o aumento do extremismo, com a criação do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) em 1965, que advogava pela luta armada, enquanto socialistas como Allende e os comunistas continuavam a defender a via eleitoral. Criou-se assim um racha na esquerda.

Já no partido do então governo de Eduardo Frei, segundo Collier e Sater (2004), o consenso social cristão e o apoio ao PDC erodiam. Alas do partido conhecidas como *rebeldes* e *terceristas*, críticos a Frei e à ala dos *oficialistas*, exigiam políticas mais radicais, principalmente os jovens, imersos na ebulição da década de 1960. Dissidentes à esquerda do PDC criam o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), que se juntaria à UP. A FRAP apresentou bons resultados eleitorais, enquanto o PDC caminhava mais à esquerda, ainda assim, a direita chilena aparentava ressurgir com um aguerrido discurso capitalista (COLLIER; SATER, 2004).

De acordo com Collier e Sater (2004), no entanto, “O que estava mais em evidência era a polarização – atitudes cada vez mais inveteradas na direita e na esquerda.” (p. 324, tradução nossa). ⁷⁵ No final dos anos 1960, aumentaram o número de greves, de desapropriações e ocupações no campo e nas cidades; assim como em virtude do extremismo, a formação de “milícias populares” e terrorismo urbano. Em meio a protestos e manifestações, em especial pelos jovens e estudantes, para Collier e Sater (2004) ocorria uma completa mobilização, onde “[...] brigas entre grupos políticos rivais se tornaram perturbadoramente recorrentes.” (p. 324, tradução nossa). ⁷⁶ Cenário instrumentalizado pela direita em sua retórica (COLLIER; SATER, 2004; MONIZ BANDEIRA, 2008).

Quando Verdugo (2003) trata destes temas, ela remete ao contexto chileno nos anos 1930. A despeito da história de agudo subdesenvolvimento e profunda desigualdade comum aos países latino-americanos, a trajetória do Chile apresenta uma ativa participação popular

⁷⁵ What was more in evidence was polarization – attitudes on the Right and the Left becoming more entrenched.

⁷⁶ [...] fisticuffs between rival political groups became disturbingly recurrent.

(OPPENHEIM, 1999), inclusive feminina (COLLIER; SATER, 2004). Com as devidas ressalvas da comparação, além dos uniformes prussianos, o Chile e a Alemanha apresentavam similaridades, ambos tremendamente afetados pela grande depressão, estando, pois, ambas as sociedades, como tantas outras, na encruzilhada de uma “guerra cultural” (EVANS, 2013).

Golpes de Estado não são fenômenos particulares a sociedades inertes, a Alemanha viu a emergência de golpes e revoluções com considerável frequência, no que Evans (2013) aponta que a “[...] indiferença política dificilmente foi uma característica da população alemã nos anos que levaram ao Terceiro Reich” (EVANS, p. 153), já que as “[...] as pessoas possivelmente sofriam de um excesso de engajamento e comprometimento políticos.” (p. 153). Em contrapartida o Chile foi, senão, o país mais abalado pelos efeitos da crise em 1929 (BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE, 2019), e na década de 1930, segundo Verdugo (2003) a instabilidade fez com que se formassem milícias: seja do governo, de simpatizantes nazistas e da esquerda; sendo a violência entre elas tendo resultados sórdidos.

No entanto, para Collier e Sater (2004) a crise entre a UP e o PDC no início da década de 1970 foi de uma escala muito maior que qualquer evento precedente, por estar inserida na era da mídia de massa, com o advento da televisão, de forma que os eventos em questão, assim como suas consequências dificilmente passavam despercebidas pela população. A partir de 1930 o Chile se tornava um país predominantemente urbano, ao passo em que a classe média adentrava a cena política de uma sociedade mais complexa. Santiago atraía cada vez mais migrantes do interior, sendo formada uma classe pobre urbana, os *pobladores* (PETRAS; PETRAS, 1973), estimando-se meio milhão de pessoas em 1960 (COLLIER; SATER, 2004). Assim, enquanto as tensões se acirravam na década de 1960, o conflito tomava forma em 1970, segundo Verdugo (2003), quando modelo do socialismo pela via pacífica e democrática se chocara com os interesses de grupos domésticos e internacionais. À direita o anticomunismo (PALACIOS, 2009) assim se tornou novamente o espectro a ser exorcizado, enquanto à esquerda a dialética do conflito de classes adquiria cada vez maior relevância, ao passo em que perante a radicalização do conflito distributivo, as classes reconheciam sua vitória como a derrota do outro (OPPENHEIM, 1999).

Todo esse cenário dava margem à emergência do que Collier e Sater (2004) chamaram de “*conviction politics*”, isto é, “políticas de convicção”, onde o fervoroso discurso ideológico ganhava cada vez mais espaço. A política começou a se tornar ideológica, perdendo seu pragmatismo (GARRETÓN, 1988). Assim, enquanto a esquerda defendia a autonomia trabalhista pelo socialismo (VERDUGO, 2003), a direita utilizaria ao golpe o recorrente espectro do comunismo. Por sua vez, Palacios (2009) julga que o anticomunismo no Chile

“Transitou de um tipo particular de discurso político contra um programa político específico em 1970 para se tornar uma expressão condensada de ansiedade generalizada sobre a viabilidade da vida e significado como um todo em 1973.” (p. 16, tradução nossa).⁷⁷

De fato, “A campanha eleitoral presidencial de 1970 foi um assunto acalorado. Foi um reflexo de ambas as divisões dentro da sociedade chilena e das questões que dominaram o debate político.” (OPPENHEIM, 1999, p. 35, tradução nossa).⁷⁸ A taxa de comparecimento em 1970, assim como em outro momento de intensa mobilização nas eleições legislativas de 1973, foi superior a 80% em ambos os casos (NAZER; ROSEMBLIT, 2000), o que aponta para uma “hipermobilização” da sociedade chilena. Na primeira vez em que a televisão teve um papel predominante no processo eleitoral, também, a violência marcou o pleito. Seja nos conflitos nas ruas, em meio a perspectivas de greve da CUTCh, enquanto a esquerda rotula o candidato do PN como o homem dos ricos, Alessandri se defende advogando pela lei e ordem e um fim à demagogia, ao mesmo tempo em que a direita propaga uma campanha de terror contra a ameaça comunista (COLLIER; SATER, 2004).

Além disso, em meio a este clima conturbado, em 21 de outubro de 1969 ocorria uma tentativa falha de golpe de Estado contra o presidente Frei, conhecida como “Tacnazo”, que não passou de uma sublevação, porém que, segundo Collier e Sater (2004), não era de forma alguma esperada. Com a vitória de Salvador Allende da UP, o caos financeiro se instala com a queda na bolsa de Santiago e uma nova tentativa de golpe pelo grupo extremista PyL resulta no trágico assassinato do general René Schneider (COLLIER; SATER, 2004).

Após Allende assumir a presidência, Oppenheim (1999, p. 50) aponta que a classe média estava dividida, sendo setores dela parte das bases de todas as três plataformas – UP, PDC e PN – na eleição de 1970. Assim, “As linhas de batalha foram traçadas. Nos próximos três anos a batalha política foi amplamente pelo controle dos setores médios e do Centro político.” (OPPENHEIM, 1999, p. 50, tradução nossa).⁷⁹ A literatura parece concordar nessa questão (ANGELL, 1975; COLLIER; SATER, 2004; MILIBAND, 1973).

No que tange a relação do governo com o Congresso, ela se mantinha reduzida com a direita no PN, mas apresentava canais de diálogo com o PDC. Apesar da pouca discordância sobre a nacionalização do cobre, como a aprovação por consenso no Congresso em julho 1971 para a nacionalização de Gran Minería. Por outro lado, a nacionalização das fábricas, assim

⁷⁷ It went from a particular kind of political discourse against a particular political program in 1970 to become a condensed expression of generalized anxiety about the viability of life and meaning as a whole in 1973.

⁷⁸ The 1970 presidential election campaign was a heated affair. It was a reflection both of the divisions within Chilean society and of the issues that dominated the political debate.

⁷⁹ The battle lines were drawn. Over the next three years the political battle was largely for control of the middle sectors and the political Center.

como as subsequentes apropriações pelos trabalhadores, a condução da reforma agrária, e medidas adotadas por Allende para burlar o controle do Congresso quando este se tornava mais incisivo em frustrar os programas da UP, reacendem as animosidades nas relações entre o executivo e legislativo chileno (COLLIER; SATER, 2004).

Em junho de 1971 o assassinato de um ex-ministro de Frei pelo grupo extremista de esquerda *Vanguardia Organizada del Pueblo*, leva o PDC a exigir que Allende reprima grupos extremistas como este e o MIR, porém a relutância do governo em lidar com o MIR enfurece mais ainda o PDC. Dissidências surgem na UP e no PDC, este adota uma posição enérgica em setembro (1971) para limitar os poderes e programas de nacionalização do governo. Dezenas de tentativas para que a UP e o PDC chegassem a um consenso falham, e a deterioração na situação política leva a uma série de vetos e anulações, demissão de ministros, seguida por manobras do governo para preveni-las. Segundo Collier e Sater (2004) as posições políticas se enrijecem ao passo em que a polarização ocupa o cenário político.

O efeito disso nas ruas foi: um aumento considerável no número de greves entre 1970 e 1972, apoiadas pela oposição; com sindicatos de mineradores independentes, controlados pelo PDC, entrando em greve 85 vezes entre 1971 e 1972; marchas nas ruas de Santiago de camponeses de organizações insatisfeitas com a condução das reformas no campo, em setembro de 1971 e no início de 1972; e greves de caminhoneiros e de classes urbanas durante todo o período. Collier e Sater (2004) afirmam que “[...] o crescente conflito entre governo e oposição estava agora regularmente sendo levado às ruas.” (p. 349, tradução nossa).⁸⁰

Uma notável mobilização urbana ocorreu no dia 1 de dezembro de 1971, a “*Marcha de las Ollas Vacías*” ou “Marcha das Panelas Vazias”, quando cinco mil donas de casa de classe média e alta foram às ruas protestar contra o desabastecimento e a alta inflação (MARINI, 1974). A manifestação se assemelhava a um “*Cacerolazo*”, melhor traduzido em português como “Panelaço”. De acordo com Power (2015) “Elas tomaram as ruas, alegando serem apolíticas cristãs donas de casa e mães, tão perturbadas pela iminente tomada comunista que estavam dispostas a se envolver em atividades atípicas para evitá-la.” (p. 118, tradução nossa).⁸¹ Todavia, ocorreram conflitos entre a direita com simpatizantes da UP, o que acarretou em reações no Congresso (COLLIER; SATER, 2004, p. 347). Nesse momento o Congresso refletia nas ruas e as ruas no Congresso, polarização e mobilização.

⁸⁰ [...] the growing conflict between government and opposition was now being regularly taken into the streets.

⁸¹ They took to the streets, claiming to be apolitical Christian housewives and mothers who were so disturbed by the impending communist takeover that they were willing to engage in atypical activities to prevent it.

Ainda, em outubro de 1972, ocorreu “[...] a primeira grande crise dos anos da UP” (COLLIER; SATER, 2004, p. 349, tradução nossa),⁸² caminhoneiros entraram em greve, sendo acompanhados por pequenos empresários e lojistas que formavam organizações patronais, os *gremios*. A mobilização adquiriu escala nacional, sendo apoiada tanto pelo PDC como pelo PN, mobilizando de 600 mil a 700 mil pessoas incluindo camponeses, marins, mercantes, e profissionais liberais urbanos como médicos e advogados. Mais de 23 mil caminhões parados, Collier e Sater (2004) afirmando que o país estava paralisado. Sendo essa mobilização oposicionista, seguida pela resposta dos setores mais radicais da UP, com a tomada de mais fábricas e sua assimilação aos *cordones industriales*. Oppenheim (1999) assevera que neste momento o centro político começa a desaparecer e sociedade a paralisar:

A paralisação de outubro forçou muitos chilenos a escolherem lados. No final de 1972, a luta da UP para obter e manter o apoio da classe média estava diminuindo e, talvez, perdida. A divisão tripartite da sociedade desmoronou quando elementos centristas, ambos grupos de classe média e trabalhadores, se voltaram contra a UP, assim como seu representante político, o PDC. (OPPENHEIM, 1999, p. 72, tradução nossa).⁸³

Conforme Miliband (1973), o Chile transitava de uma situação de luta de classes para uma de guerra de classes, onde as classes altas percebiam as baixas como uma ameaça. Miliband (1973) ainda pontua que estando a sociedade chilena dividida entre: 50% classe baixa, 45% classe média e 5% classe alta; a classe média, na verdade, foi a que mais se beneficiou durante o governo Allende, aumentando sua participação na renda nacional de 53,9% para 57,7%; enquanto as classes baixas também aumentaram sua participação timidamente de 16,1% para 17,6%. Observamos que o problema se constituiu no fato de que a participação das classes altas se reduziu de 30% para 24,7%. Isso nos remete, por exemplo, à análise de Jaguaribe (1954) sobre como as classes altas manipulam as classes médias, principalmente através do moralismo. Pequenos empresários na baixa classe média foram os mais inclinados a repudiar o governo da UP (MILIBAND, 1973). Allende tendo sinalizado para a classe média, mesmo que essa tarefa fosse difícil de concretizar (ANGELL, 1975).

Posteriormente, uma das mais custosas greves foi a greve da mina de El Teniente, que durou de abril a julho de 1973, sendo em julho ainda deflagrada uma nova greve de caminhoneiros. Ao passo em que a situação econômica se deteriora isso se reflete na piora do

⁸² [...] the first great crisis of the UP years

⁸³ The October paro had forced many Chileans to choose sides. By the end of 1972, the UP struggle to gain and keep middle-class support was waning and, perhaps, lost. The tripartite division of society broke down as centrist elements, both middle-class groups and workers, turned against the UP, as did their political representative, the PDC.

clima político. Assim, o PDC e o PN começam a engendrar uma aliança eleitoral de centro-direita em julho de 1972, conhecida como Confederação da Democracia (CODE) e o impeachment de Allende passa a ser cogitado. Nas eleições para o Congresso em março de 1973, em meio à alta inflação e escassez de alimentos, a oposição esperava conseguir 2/3 necessários ao impeachment. Porém o resultado frustrou tais planos, com a UP aumentando sua porcentagem no legislativo com 44% dos votos, contra 55% da CODE⁸⁴, e mantendo 1/3 do Congresso (COLLIER; SATER, 2004).

De acordo com Miliband (1973), é razoável considerar que não foi a fraqueza eleitoral de Allende, eleito sem maioria, que promoveu tantas crises, porém, quando a UP melhorou seus resultados eleitorais, a oposição reconheceu que não seriam a democracia e os meios institucionais o caminho para obtenção de seus objetivos, sendo cogitada a alternativa do golpe de Estado. Collier e Sater (2004, p. 352), além de Verdugo (2003, p. 90), concordam com tal perspectiva, assim como Juan Garces, assessor pessoal de Allende, afirmando que quando o golpe legal não era mais uma possibilidade, a direita percebeu na exaustão do processo eleitoral a necessidade da força (MILIBAND, 1973). Ainda assim, não bastando uma opinião à esquerda, mesmo um dos atores do golpe e parte da junta, o general Gustavo Leigh, afirmou que a conspiração se iniciou imediatamente após as eleições legislativas em março de 1973 (MILIBAND, 1973). Julgamos que o extremismo se consolidava, com a fixação no Congresso e nas Forças Armadas do desrespeito as leis e à capacidade de perpetuação do sistema político vigente, sendo assim, factível a quebra da legalidade.

Outro tema que causou divisão foi a instituição de uma escola nacional unificada, com a Igreja Católica, antes neutra, agora criticando o governo por querer substituir a educação dos pais e ignorar valores cristãos, assim como pais com filhos no ensino particular, e oficiais militares que acusavam o governo de doutrinação estatal. A esquerda e a direita trocaram ataques, com mobilização de estudantes contra e a favor, sendo em um delas um manifestante assassinado por um atirador de elite. (COLLIER; SATER, 2004, p. 352).

Em 29 de junho de 1973, o Segundo Regimento Blindado com o apoio do PyL, executa uma desorganizada tentativa de golpe, conhecida como “*Tanquetazo*”. Se Luttwak (2016) argumentava que o golpe deveria ser rápido, parece cômico que os carros de combate obedecessem a faróis de trânsito e abastecessem em postos de gasolina. O golpe foi frustrado pelo general Carlos Prats, porém a situação de Allende se deteriorava, com novas fábricas tomadas, falha em dialogar com o PDC, que recusa no Congresso a concessão de poderes

⁸⁴ Situação: PS (19%), PCCh (16%); Oposição: PDC (29%), PN (21%).

emergenciais para lidar com a crise. Com novas greves nas minas e pelos caminhoneiros, perante a emergência de uma nova mobilização nacional pelos *gremios*, com adesão maior que anterior. Collier e Sater (2004) afirmam que a “[...] polarização foi acompanhada por paralisia nacional,” (p. 355, tradução nossa)⁸⁵ assim, o governo era desestabilizado.

Em 26 de julho de 1973 ocorre outro assassinato traumático, desta vez do adido naval de Allende, comandante Arturo Araya. Segundo Verdugo (2003, p. 101 – 102) ele havia sido assassinado pelo PyL, porém se disseminou entre as Forças Armadas que os responsáveis eram um grupo de esquerda chileno-cubano. Agravando a situação, posteriormente, o MIR, MAPU e militantes socialistas instigam um motim na Marinha. Em agosto (1973) Allende rearranja seu gabinete com a presença de militares, a pedido do PDC, porém surte pouco efeito. Em 22 de agosto o PDC e o PN lançam uma ofensiva, passam uma resolução no Congresso acusando o governo de quebra da ordem constitucional, por sua falha em conter os grupos paramilitares e as expropriações, conclamando por uma ação dos militares, ou seja, por um golpe de Estado – mesmo não utilizando essa palavra (COLLIER; SATER, 2004).

A partir desse momento o governo estava desestabilizado, como aponta Collier e Sater (2004) Allende não tinha quase mais margem para manobras, o país adentrava um “limbo político”. Nos círculos militares o extremismo assumia a forma de planejamento para a quebra da legalidade, com a renúncia de Carlos Prats, a partir de uma encenação com mulheres de altos oficiais para humilhar o general, seguida por sua substituição pelo general Augusto Pinochet como comandante em chefe em 21 de agosto de 1973. Para resolver o impasse político, Allende propôs a realização no início de setembro (1973) de um plebiscito nacional, enquanto em 9 de setembro (1973) diversos líderes militares decidiam pela ação do golpe de Estado contra Allende (COLLIER; SATER, 2004). Em 11 de setembro de 1973 as Forças Armadas chilenas executaram o bem sucedido golpe de Estado.

Vimos nesta subseção 3.3 que a literatura aponta um imperativo do governo em obter o apoio do centro político e da classe média, falhando, a polarização levou o centro à direita e a mobilização fez a classe média entrar em confronto com o governo da UP. O Extremismo também recrudesceu com grupos paramilitares formados à esquerda e direita, no Congresso e nas Forças Armadas. No capítulo 4 veremos o papel dos EUA e da CIA neste processo.

⁸⁵ [...] polarization was compounded by national paralysis.

4 MÉTODO DA POLARIZAÇÃO, EXTREMISMO E MOBILIZAÇÃO

A partir do entendimento da ebulição política e social prévia ao golpe de Estado no Chile, do acirramento das tensões no Congresso entre governo e oposição, com reflexo e porventura aguçamento nas mobilizações, formação e atuação de grupos extremistas, permitindo que tal extremismo ao passo do incremento da polarização permeasse os partidos políticos, setores da população chilena e as Forças Armadas. Iremos nos debruçar no presente capítulo 4 a entender qual o papel externo, internacional, neste processo. Mais especificamente qual o papel dos EUA e da CIA na escalada da tensão social e política no Chile durante os anos do governo da UP e de Salvador Allende (1970 – 1973).

Porém, será que esta atuação da CIA pode constituir um método de desestabilização para mudança de regime encoberta por golpe de Estado? Buscando a definição de método, podemos atestá-lo como um procedimento estabelecido, sistemático e planejado (DORTIER, 2006, p. 468; MACMILLAN DICTIONARY, 2019). Isso nos expõe que se a ação da CIA seguiu um padrão, mesmo decorrente do imprevisto, podemos inferir tal conclusão.

Este capítulo 4 será dividido em duas seções (4.1 e 4.2), com duas perguntas lógicas que se complementam respectivamente. A primeira subseção (4.1) tratará de responder como a polarização, extremismo e mobilização foram fomentados no Chile pelos EUA a partir de programas de ações encobertas conduzidos pela CIA. Julgando o papel destes para o clima da polarização, extremismo e mobilização exposto na subseção (3.3) do capítulo 3 anterior. Doravante, damos fim à nossa análise, respondendo na subseção (4.2) como esta polarização, extremismo e mobilização, fomentados de acordo com o visto na subseção (4.1), foi instrumentalizada para promover o golpe de Estado, isto podendo apontar a constituição ou não de um método específico de desestabilização para mudança de regime encoberta.

4.1 Fomento a partir de Ações Encobertas

Nesta subseção 4.1 responderemos a seguinte pergunta: como a polarização, extremismo e mobilização foram fomentados no Chile pelos EUA por ações encobertas da CIA? Para isso analisaremos nesta ordem: a escala e as influências das CAs de propaganda da CIA, assim como sua penetração na imprensa chilena; em seguida, as CAs políticas (CPAs) relacionadas a partidos e grupos privados, assim como grupos extremistas; e posteriormente, os eventos que ditaram a escalada de tensões e sua relação com os EUA e a CIA.

Como consta no relatório *Covert Action in Chile 1963 – 1973* (U.S. SENATE, 1975, p. 166), na avaliação da própria CIA, as CAs do período que constitui a maioria do governo Frei foram relativamente bem sucedidas, sendo um dos efeitos das ações de propaganda o de polarizar a opinião pública. Isso nos é relevante, pois os projetos de propaganda tiveram um “[...] efeito cumulativo substancial ao longo desses anos.” (U.S. SENATE, 1975, p. 166).⁸⁶ Isso significa que essas operações não afetaram a opinião pública chilena apenas na década de 1960, mas também ao longo do governo da UP em 1970. Sendo apontado (U.S. SENATE, 1975, p. 166) que essa rede de extensiva capacidade de propaganda se manteve pronta para ser utilizada em 1970, é reafirmado que “Alguns dos mecanismos de propaganda e pesquisa desenvolvidos para uso em 1964 foram usados repetidamente a partir de então, em campanhas locais e do congresso, durante a campanha presidencial de 1970 e durante toda a presidência de Allende entre 1970 e 1973.” (U.S. SENATE, 1975, p. 164, tradução nossa).⁸⁷

No que concerne a campanha de engodo durante as eleições presidenciais em 1970, o relatório conclui que não obtiveram sucesso no objetivo de impedir uma vitória eleitoral da esquerda, mesmo assim, a campanha de terror contribuiu tanto para a polarização política, como para o pânico financeiro do período (U.S. SENATE, 1975, p. 170). É importante salientar que as operações de engodo não consistem em um tipo de CA, mas são concretizadas por meio de CAs (p. 168), principalmente políticas e psicológicas. Mesmo assim, o relatório aponta também que houve perda de ativos (p. 170), por seu envolvimento desmedido, assim como fracasso em combater a influência da esquerda em organizações trabalhistas (p. 166).

Se esta rede de propaganda foi mantida e utilizada posteriormente, qual o nível de envolvimento das ações de propaganda da CIA no Chile? De acordo com o relatório (U.S. SENATE, 1975, p. 162 – 163) a campanha da CIA foi enorme e intensa, sendo utilizadas: rádios, noticiários, desenhos animados, publicidade paga, programas e pôsters. Ainda, foi realizada não só uma campanha doméstica, assim como internacional, para apresentar o candidato do PDC, Eduardo Frei, como a melhor opção para o Chile em 1964. O relatório (U.S. SENATE, 1975) ainda aponta que “A CIA considera a campanha de terror anticomunista como a atividade mais eficaz empreendida pelos EUA em nome do candidato

⁸⁶ [...] substantial cumulative effect over theses years.

⁸⁷ Some of the propaganda and polling mechanisms developed for use in 1964 were used repeatedly thereafter, in local and congressional campaigns, during the 1970 presidential campaign, and throughout the 1970 – 1973 Allende presidency.

democrata-cristão.” (p. 163, tradução nossa).⁸⁸ A Agência, inclusive, avalia que sua intervenção permitiu a vitória por maioria pelo PDC (U.S. SENATE, 1975, p. 164).

As CAs de propaganda, principalmente cinza, continuaram durante o governo Allende, por jornais financiados pela CIA, notavelmente o *El Mercurio*; cujo proprietário Augustin Edwards, esteve com Nixon na Casa Branca no dia 15 de setembro de 1970, a pedido de Donald Kendall, da Pepsi-Cola (VERDUGO, 2003, p. 40). A CIA gastou mais de US\$ 1,5 milhões com o *El Mercurio*, dinheiro enviado através da ITT – cujo diretor John McCone foi DCI (1961 – 1965) e ainda atuava como consultor da Agência –, outra empresa interessada na derrubada de Allende, por uma conta na suíça, como revela Verdugo (2003, p. 82).

Um fator importante para o sucesso das ações encobertas de propaganda foi o respeito do governo da UP pela liberdade de imprensa (VERDUGO, 2003, p. 83). Isso permitiu com que a CIA formasse um amplo projeto de propaganda, com extensa penetração na mídia chilena: desde revistas de circulação nacional; livros; estudos; jornais; estações de rádio dos partidos da oposição – por sua vez financiados pela CIA –; programas de televisão em três canais; assim como uma organização de pesquisa (U.S. SENATE, 1975, p. 176 – 177).

No que diz respeito às ações encobertas políticas, a CIA manteve o contínuo financiamento da oposição, tanto para seus candidatos, quanto para manter duradouras campanhas antigoverno. Em 1971 o PDC e PN inclusive compraram suas próprias estações de rádio e jornais com dinheiro da CIA. Sendo autorizados financiamentos para períodos eleitorais, desde abril de 1971 até março de 1973 (U.S. SENATE, 1975, p. 175 – 176). A CIA também dispôs especial financiamento para organizações privadas, sendo interessante pontuar que “[...] eram muitas as interconexões entre os partidos políticos apoiados pela CIA, as várias associações comerciais militantes (*gremios*) e grupos paramilitares propensos ao terrorismo e a violentas perturbações.” (U.S. SENATE, 1975, p. 178, tradução nossa).⁸⁹

Com relação a esses grupos extremistas, Verdugo (2003, p. 85) expõe que o mais notável destes à direita, o neofascista *Patria y Libertad* (PyL), estava sendo financiado pela Estação da CIA em Santiago com mais de US\$ 7 mil, mas logo começou a transferir fundos através do PN e organizações empresarias, recebendo inclusive apoio brasileiro. Além de se engajarem em propaganda e manifestações, sob os auspícios da CIA (U.S. SENATE, 1975, p. 178), o PyL defendia que os partidos falhavam em conter o marxismo, sendo necessária a ação violenta, mesmo que descambasse a uma guerra civil. O PyL operou perpetrando

⁸⁸ The CIA regards the anti-communist scare campaign as the most effective activity undertaken by the U.S. on behalf of the Christian Democratic candidate.

⁸⁹ [...] the interconnections among the CIA-supported political parties, the various militant trade associations (*gremios*) and paramilitary groups prone to terrorism and violent disruption were many.

assassinatos, atentados terroristas e atos de sabotagem contra a infraestrutura chilena: pontes, linhas de trem, usinas de energia, dutos de petróleo, casas, lojas (PETRAS; PETRAS, 1973, p. 3 – 7); e inclusive se assimilado à sociedade com treinamento em autodefesa. Assim, em 1973 ocorria no Chile um ato terrorista a cada dez minutos (VERDUGO, 2003, p. 85).

Em contrapartida, podemos afirmar que o antagonista do PyL, o MIR, assim como setores mais radicais na ultra esquerda se convenciam de que a única alternativa para quebrar com o sistema reacionário era a luta armada. Verdugo (2003) traz a atenção para um ponto interessante, “[...] foi o próprio Kissinger que propôs apoio à extrema-esquerda para agudizar o conflito e destruir a imagem moderada de Allende, em novembro de 1970.” (p. 86). No entanto, apesar de não possuímos documentação para asseverar quais os grupos e táticas empregadas, nos parece lógico que, possivelmente, a CIA tenha ao menos experimentado utilizar agentes provocadores. Como Verdugo (2003, p. 87) apresenta o exemplo de um inflamado e extremista líder de esquerda, crítico à Allende, posteriormente parte da agência de inteligência do regime militar. Assim, o entusiasmo democrático se exauria cada vez mais, seja pela direita, seja pela esquerda e a desestabilização recrudescia. Com relação a essa polarização e extremismo, Verdugo (2003) pontua “Justamente o que a CIA procurava. Nesse clima, forjaram-se as condições para temer uma guerra civil.” (p. 86).

Destarte, segundo análise de Oppenheim (1999) a polarização perpassou primeiro a esfera institucional, para em seguida se atestar nas mobilizações de massa. Desde 1970 até 1972 se formou uma crise constitucional, com um impasse político, asseguradas após tentativas falhas de diálogo entre a UP e o PDC. Em 1971 o conflito se limitava ao âmbito institucional, enquanto em 1972, apesar do reflexo nas ruas, essa continuava a principal arena. Porém, em junho de 1972, mais uma fracassada tentativa de acordo “[...] levou a uma maior polarização política entre a esquerda e o centro-direita.” (OPPENHEIM, 1999, p. 68, tradução nossa).⁹⁰ Julgamos importante pontuar que neste momento percebemos uma maior presença dos elementos conceituais da polarização expostos na subseção 2.5, no desaparecimento do centro político e sua homogeneização como centro-direita, ainda mais cristalizada com a formação da CODE no mesmo mês em que falham os diálogos (junho de 1972).

De acordo com Oppenheim (1999) “A crescente crise econômica foi um fator primordial para afastar as pessoas da UP.” (p. 72, tradução nossa).⁹¹ Assim sendo, já que é constatado no relatório do Comitê Church (U.S. SENATE, 1975, p. 175) que a pressão econômica foi “parcialmente bem sucedida”, ela se refletia para aguçar ainda mais a

⁹⁰ [...] led to heightened political polarization between the left and the Center-Right.

⁹¹ The growing economic crisis was a major factor in turning people away from the UP.

convulsão política e social no país, como resultado de ações diretas dos EUA. Esse afastamento permitiu com que a CIA caminhasse para unificar a oposição, neste sentido, a CODE parece o empreendimento mais próximo (VERDUGO, 2003, p. 90). Sendo esta unificação fruto da polarização política, atestamos como Painter (2002, p. 78), que as políticas dos Estados Unidos contribuíram para a polarização.

A partir da interpretação de guerra de classes de Miliband (1973, p. 458 – 459), ele afirma que é impossível discuti-la, especialmente na América Latina e no caso do Chile, sem tomarmos como variável a intervenção norte-americana. Como uma política externa em complementariedade a CA, os EUA buscaram estrangular a economia chilena, como disse Nixon “fazer a economia uivar de dor”: (VERDUGO, 2003, p. 69) cortando ajuda, negando créditos, pressionando instituições internacionais a corta-los ou reduzi-los, articulando um embargo ao cobre chileno, em articulação com empresas privadas e dificultando o envio de partes e maquinário essencial à economia (PETRAS; PETRAS, 1973, p. 7). Já na faceta encoberta, ações de terrorismo e sabotagem por grupos financiados pela CIA como PyL; greves, paralisações e mobilizações, organizadas ou apoiadas por partidos financiados pela CIA, tiveram parte importante em exacerbar as tensões. Sendo qualificados como devastadores os efeitos dos cortes de crédito e das greves (U.S. SENATE, 1975, p. 175).

Assim, conforme aumentava a inflação e a escassez de alimentos, aumentava o mercado negro, além da falta de peças para reposição para a indústria e motoristas, como resultado da ação norte-americana (OPPENHEIM, 1999, p. 103). A sociedade começava a se mobilizar, assim em 1 de dezembro de 1971 ocorria a primeira mobilização de larga escala antigoverno, a “Marcha das Panelas Vazias”. Essa mobilização, majoritariamente feminina de classe média e alta, é apontada por Black (2009) como semelhante às ocorridas no Brasil em 1964. De fato, Power (2015) ressalta que houve uma difusão e contato entre mulheres brasileiras participantes dos protestos antigoverno e anticomunistas contra Goulart, nos EUA com grupos de mulheres chilenas. Tais mobilizações foram fortemente difundidas pelo *El Mercurio*, assim como pela mídia estrangeira. Em 1972 era formada uma organização chamada *Poder Femenino*, que apoiou mobilizações, greves e a derrubada de Allende, sendo sua líder, vice-presidente do PN (POWER, 2015, p. 113), partido financiado pela CIA. Assim:

Essa imagem de mulheres conservadoras, moralmente justas defendendo seus lares, famílias, religião e nação contra o mal, as forças insidiosas do comunismo, era poderosa; transcendeu fronteiras e influenciou as mulheres por todas as Américas. Também serviu aos interesses da propaganda das ditaduras brasileira e chilena e do governo dos EUA, os quais promoveram a imagem de donas de casa apolíticas

protestando contra os governos ‘comunistas’ de Goulart e Allende. (POWER, 2015, p. 118, tradução nossa).⁹²

Ainda, a “Marcha das Panelas Vazias” foi um protesto marcado por conflitos entre as manifestantes e simpatizantes da UP (COLLIER; SATER, 2004, p. 347), o que obteve reações no Congresso, por parte dos partidos da oposição que apoiavam a mobilização, assim como acirrou ainda mais as tensões e o clima de polarização e radicalização.

Em outubro de 1972 a polarização transpõe as barreiras da política institucional (OPPENHEIM, 1999, p. 68), quando uma greve de caminhoneiros irrompe, sendo as principais causas tanto o temor dos proprietários com uma possível nacionalização, assim como a escassez de materiais e peças de reposição, como efeito direto da pressão econômica de Washington (COLLIER; SATER, 2004, p. 349; U.S. SENATE, 1975, p. 179). Além disso, apesar do relatório da Comissão Church (U.S. SENATE, 1975, p. 177) eximir a CIA de apoio às greves, Oppenheim (1999) se ampara em novas fontes para afirmar que “Os grevistas também foram assistidos financeiramente pela CIA” (OPPENHEIM, 1999, p. 69),⁹³ sendo a colocação do relatório difícil de sustentar. Desta forma, além dos dramáticos efeitos econômicos da greve, ela agregou outros setores da classe média a se mobilizarem contra o governo. Ao passo em que também instigou trabalhadores a tomarem mais fábricas aos *cordones industriales*, escalando a radicalização e o extremismo nos setores mais autônomos e predispostos a atitudes revolucionárias dentro da esquerda. Para Oppenheim (1999, p. 71) o conflito decorrente dos *cordones* reforçou a polarização, que agora se resumia àqueles contra ou a favor à UP (p. 68). É importante ressaltar, que setores da classe média, profissionais liberais, pequenos empresários, assim como os *gremios*, em sua atuação durante a greve de outubro “Sua oposição estridente à UP ajudou a mobilizar outros elementos da classe média contra a UP.” (OPPENHEIM, 1999, p. 69, tradução nossa).⁹⁴ Segundo Angell (1975), com financiamento da CIA os *gremios* se multiplicavam e melhoravam sua organização.

Vimos nesta subseção 4.1 que as ações encobertas da CIA tiveram um impacto significativo para o cenário propício ao golpe que se consolidava. A penetração da CIA na mídia chilena, assim como as ações encobertas de propaganda conduzidas, tiveram uma escala extensiva, sendo eficazes e bem sucedidas em instrumentalizar, principalmente, o

⁹² This image of conservative, morally righteous women defending their homes, families, religion and nation against the evil, insidious forces of communism was a powerful one; it transcended borders and influenced women throughout the Americas. It also served the propaganda interests of the Brazilian and Chilean dictatorships and the US government, all of which promoted the image of apolitical housewives protesting the ‘communist’ governments of Goulart and Allende.

⁹³ The strikers were also assisted financially by the CIA.

⁹⁴ Their strident opposition to the UP helped to mobilize other middle-class elements against the UP.

anticomunismo em vínculo com a aversão à UP. As ações encobertas políticas também tiveram uma penetração considerável nos partidos da oposição, sobretudo o PDC e PN, nos *gremios*, organizações patronais, empresas privadas, sindicatos de mineradores, que tinham também grande influência dos partidos supramencionados. Grupos extremistas como PyL também financiados pela CIA, atuaram amplamente para desestabilizar o governo, em se utilizando de terrorismo, e impelindo à esquerda ao extremismo, à valer o MIR. Mobilizações de mulheres da classe média e alta, assim como as greves de caminhoneiros, também foram de grande relevância para assegurar que a classe média se alinhasse à direita, desestabilizando o governo. Consideramos que os conflitos entre manifestantes, as apropriações nos *cordones*, e as subseqüentes medidas pela oposição contra o governo instigaram a polarização. Posto que vimos como o papel da CIA foi essencial para promover a polarização, extremismo e mobilização, analisaremos na próxima subseção 4.2 se tais fatores influenciaram para desestabilizar o governo e subseqüentemente permitir a consumação do golpe de Estado.

4.2 Instrumentalização para o Golpe de Estado

Nesta última subseção 4.2 responderemos a seguinte pergunta: como a polarização, extremismo e mobilização foram instrumentalizados pela CIA como um método para fomentar o golpe de Estado no Chile? Para isso analisaremos nesta ordem: questões preliminares acerca das implicações do papel dos EUA para o golpe; como os EUA procuraram identificar as condições que para o golpe, assim como sua legitimação; como a polarização serviu para impelir os partidos políticos da oposição a adotar uma postura extremista, almejando, pedindo e apoiando o golpe; como o caos e a desordem, a partir da mobilização extremista, conjugada a deterioração da situação econômica, desestabilizaram o governo; e finalmente, como as Forças Armadas reagiram a este cenário.

O relatório acerca das ações encobertas no Chile (U.S. SENATE, 1975, p. 179) assevera que o golpe foi o resultado tanto de fatores externos como internos, porém julgar qual deles teve maior peso resulta em um extenso debate acadêmico. De fato, mesmo na literatura atual tais divergências parecem transparecer. Assim, não resta dúvida de que os EUA aturam para desestabilizar o governo chileno, todavia, nos parece que o que divide a literatura é se este processo foi ou não decisivo. E como decorrência desta questão, se os EUA foram ou não responsáveis pelo golpe desfechado em 11 de setembro de 1973.

Daugherty (2006) se baseia na Comissão Church (U.S. SENATE, 1975) para sustentar que “Não há evidências concretas de assistência direta dos EUA ao golpe, apesar das

frequentes alegações de tal ajuda.” (p. 175, tradução nossa). ⁹⁵ Assim como Collier e Sater (2004) que reconhecem o processo de desestabilização, mas afirmam “Pode-se duvidar, no entanto, se a CIA fez muita diferença.” (p. 355, tradução nossa). ⁹⁶ Enquanto outra parte da literatura, como Verdugo (2003) e Moniz Bandeira (2008), afirma que a intervenção de Washington foi medular ao golpe. Inclusive a própria Casa Branca declarou em 2000 que suas ações “agravaram a polarização política e afetaram a longa tradição chilena de eleições democráticas, ordem constitucional e o império da lei.” (VERDUGO, 2003, p. 144).

Conforme Miliband (1973), quando afirma que “[...] a questão de se o governo dos Estados Unidos esteve ou não diretamente envolvido na preparação do golpe militar não é particularmente importante.” (p. 459, tradução nossa). ⁹⁷ De fato, o importante para a presente pesquisa não se resume à execução do golpe em si, mas, sabendo que se o fenômeno do golpe foi manifesto, inquirirmos como as condições ao golpe de Estado foram estimuladas pelas ações encobertas da CIA. Tendo este eixo em mente, podemos nos questionar como a polarização, extremismo e mobilização foram instrumentalizados ao golpe de Estado.

Ainda na década 1960, em vista de compreender melhor as dinâmicas das sociedades latino americanas, os EUA patrocinam o “*Project Camelot*”, revelado em 1965 no Chile – não sendo o único alvo (MARCHETTI; MARKS; WULF, 1974). Segundo Verdugo (2003), esse estudo era uma grande operação de espionagem, com orçamento de US\$ 5 milhões, sendo aplicados no Chile questionários a 200 importantes civis, 58 generais e oficiais da ativa. O estudo mostra que Washington cogitou desde então a possibilidade de intervenção para apoiar um golpe no país, sendo o registro disso, algo tão direto que soa cômico. Algumas das perguntas envolvem: em quais circunstâncias o entrevistado acredita que os militares poderiam tomar o governo; e em quais circunstâncias o entrevistado apoiaria tal intento; sendo questionadas simpatias políticas e ideológicas. A conclusão do estudo aponta que a desordem legitimaria uma intervenção militar perante a percepção pública. Verdugo (2003) chega ainda a afirmar que “[...] os Estados Unidos já tinham a receita em 1967 [...] Bastava haver uma séria alteração da ordem interna, ou se criar uma ameaça de guerra civil, para que um golpe militar obtivesse a patente legitimidade no Chile.” (p. 26).

Em documento da CIA de 1972 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b), é sustentada a hipótese de que para aumentar a possibilidade da ocorrência de um golpe era preciso que Allende tentasse violar a Constituição ou que houvesse um colapso na ordem

⁹⁵ There is no hard evidence of direct U.S. assistance to the coup, despite frequent allegations of such aid.

⁹⁶ It may be doubted, however, whether the CIA made very much difference.

⁹⁷ [...] the question whether the United States government was or was not directly involved in the preparation of the military coup is not particularly important.

pública. Não ocorrendo o primeiro, o PDC e PN denunciam o governo em 22 de agosto de 1973 por uma quebra da constituição e da lei, e logo pedem uma ação militar. Assim, julgamos que este ato constituiu o embasamento legal ao golpe, como foi o *firman* no Irã, ou a atuação do Congresso brasileiro. Já com relação ao segundo fator, colapso na ordem pública, fica muito claro o objetivo da atuação da CIA no financiamento de grupos extremistas como PyL, de mobilizações de classe média, greves de mineiros, caminhoneiros e de profissionais liberais, para minar a legitimidade do governo e fazendo as elites chilenas considerarem tais fatores no cálculo da conspiração ao golpe, dinâmica apontada por Casper e Tyson (2014).

Verdugo (2003, p. 65) aponta que na Casa Branca, a estratégia era derrubar Allende em três anos, pois se houvesse melhora nas condições de vida dos chilenos, a eleição para o Congresso em 1973 seria desastrosa para a oposição – como o foi, se adotarmos que o objetivo da oposição eram os 2/3 para o impeachment. Assim, o objetivo era impedir que a UP obtivesse uma maioria no Congresso, enquanto se preparava o golpe.

Avaliamos que o desaparecimento do centro político (OPPENHEIM, 1999, p. 72), representado majoritariamente pelo PDC, e a consolidação da centro-direita como um bloco a partir do CODE, como resultado da polarização, foi fundamental para desestabilizar o governo da UP. Já que encurtou ainda mais qualquer possibilidade de diálogo entre a esquerda e o centro, sendo o governo, a partir desse momento, incapaz de manobrar para passar as reformas demandadas pela população e sua base de apoio; diga-se ainda, demandas cada vez mais radicais e extremas, e para lidar com o caos crescente nas ruas, já que o Congresso negou poderes emergenciais à Allende. O governo era paralisado, isto é, desestabilizado. Segundo Collier e Sater (2004, p. 355), neste cenário as únicas válvulas de escape eram a guerra civil ou o golpe de Estado. Dito de outra forma, ou Allende adotaria o caminho do extremismo, impelindo a oposição a responder em mesmo tom, forçando o país à guerra civil; ou seria fiel aos seus ideais democráticos e buscaria novos mecanismos para reformular sua base de apoio ou para romper com o impasse – como o proposto plebiscito. Porém, estando o governo neste grau de paralisia e as Forças Armadas abertas ao extremismo, o risco de uma intervenção militar por meio de um golpe de Estado era alto, como a história nos confirma.

Para Ffrench-Davis et al (2000, p. 147) os programas implementados e a base de apoio minoritária impeliu o governo a se aliar com os reformistas ou usar a mobilização popular como muleta. A incapacidade de negociar tal relação, em adição ao radicalismo de setores que advogavam pela insurreição ou pela desestabilização do governo, deu margem à consolidação do radicalismo ideológico. Que julgamos ter aberto as vias do extremismo quando o impasse político se tornou mais grave. Oppenheim (1999, p. 50 – 51) concorda, para ele, ou Allende

ganharia o apoio do centro consolidando uma maioria, ou manteria o jogo político dividido em três frentes, pois haveria margem para negociação ao centro acerca de pautas políticas concretas. Porém Oppenheim (1999, p. 51) destaca que ocorreu uma terceira opção, a polarização social, para a infelicidade da UP que agora enfrentava uma oposição unificada.

Verdugo (2003) também relaciona a polarização, fomentada pelos EUA, como um dos principais fatores para a realização do golpe de Estado no Chile, afirmando:

[...] se cumpriu a ordem do presidente Richard Nixon: ‘fazer a economia uivar de dor’, polarizar a sociedade ao máximo, tencioná-la como a um corpo nu, em uma câmara de tortura. Fazê-lo de tal modo, com ações tão encobertas, que a culpa parecesse ser do presidente Allende e sua aliança política e governo, a Unidade Popular, criando assim as condições propícias para o golpe militar. (VERDUGO, 2003, p. 69)

O fato de que a culpa pela deterioração econômica poderia ser relegada exclusivamente ao governo foi apontada na subseção 2.2 por Powell (2012) e O’ Kane (1981). Moniz Bandeira (2008, p. 39) aponta uma relação entre a radicalização e a rápida estatização da economia tradicionalmente dependente chilena com a facilitação da ação da CIA no país e a criação das condições para o golpe de Estado. Verdugo (2003, p. 82) faz referência ainda a Philip Agee, quando este afirma que a CIA financiou greves e manifestações para criar a aparência de caos, propícia à intervenção dos militares para restaurarem a ordem. Ainda, financiando panfletos antigoverno, com caráter de desinformação, e propaganda negra (p. 95), alertando para a ameaça da infiltração cubana principalmente, tendo especialmente as Forças Armadas como público alvo (U.S. SENATE, 1975, p. 186).

Segundo Moniz Bandeira (2008, p. 371) em setembro de 1972 a Estação da CIA em Santiago já enxergava a incapacidade de Allende de governar, sendo provável a ocorrência de uma tentativa de golpe. O relatório (U.S. SENATE, 1975, p. 177) aponta que após as eleições de março de 1973, os EUA percebiam haver pouca probabilidade de um golpe, porém, estavam cientes de que incitando a desordem generalizada, as Forças Armadas poderiam ser impelidas a agir para restaurar a ordem. Conforme Jorge Arrate, ministro da mineração de Allende, sobre o clima político no país anterior ao golpe de Estado, ele atesta que estando o país polarizado, sequer a direita chilena, sequer as Forças Armadas teriam participado de um golpe sem a influência norte-americana (QURESHI, 2008, p. 133).

Com o fracasso do *Track II* a partir da sublevação que vitimou o general Schneider, e a posse de Allende, a Estação da CIA passou 10 meses reestabelecendo sua rede de ativos nas Forças Armadas (U.S. SENATE, 1975, p. 183), continuando a apoiar um golpe contra

Allende durante todo seu governo (p. 184). A Estação da CIA inclusive propôs que o objetivo primordial de seu programa de penetração militar fosse o golpe de Estado, o que foi rejeitado pelo quartel-general, já que tal diretiva não era do conhecimento do Comitê 40, como sequer foi o *Track II* (p. 185). Tal diretiva era uma mera formalidade, já que o programa de coleta de inteligência da Estação da CIA nas Forças Armadas continuava a monitorar e contatar conspiradores (p. 186). Não tardaria para a CIA seguir diretivas para provocar um golpe. Em 14 de março de 1973, 10 dias após as eleições para o Congresso, o chefe da Estação da CIA enfatiza que após os resultados nas urnas, deveriam intensificar contato com grupos golpistas e induzir as Forças Armadas à ação, por meio da criação de um clima de crise e incerteza (VERDUGO, 2003, p. 92 – 93). No dia 10 do mês seguinte (abril de 1973), o DCI James Schlesinger (1973) aprova a proposta da divisão WH para acelerar tais esforços (p. 97).

Ao mesmo tempo, os EUA executavam uma estratégia de política externa expressa, em complementariedade à encoberta. Em primeiro momento, antes da posse de Allende, ameaçando cortar a ajuda militar bilateral para coagir e pressionar as Forças Armadas à ação (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 372). Porém de 1970 até 1973 aumentaram a ajuda para intensificar os vínculos e dependência. Enquanto os EUA cessavam o fluxo de financiamento ao Chile, as Forças Armadas estavam na contramão, de acordo com Verdugo (2003, p. 95) os EUA expandiram a ajuda militar de US\$ 5,7 milhões em 1971 para US\$ 15 milhões em 1973 e abrindo vagas para oficiais chilenos serem instruídos no Panamá. Como forma de ao passo em que se desestabilizava o governo chileno, eram cooptadas e subvertidas suas Forças Armadas. Enquanto Moniz Bandeira (2008) apresenta dados que apontam para uma redução da ajuda militar para 3,70% da assistência econômica em 1971, mas crescendo significativamente para 394,74% em 1973, concluindo que “E isso serviu para aumentar a influência dos Estados Unidos sobre as Forças Armadas chilenas.” (p. 372).

O contato da CIA com as Forças Armadas chilenas era extensivo, e à medida que o processo de polarização, extremismo e mobilização recrudesciam a desestabilizar o governo chileno, as Forças Armadas absorviam cada vez mais o extremismo que permitiria ser desfechado o golpe de Estado. Já no fim de 1971 e 1972 a CIA intensifica seu programa de penetração militar (U.S. SENATE, 1975, p. 186). Penetração esta que não se restringia apenas aos círculos militares, a Estação da CIA também mantinha contato com serviços de inteligência e polícia locais – *Carabineros* (p. 153). Sendo por meio deste processo que adidos militares norte-americanos e a CIA entraram e mantiveram contato com conspiradores nas Forças Armadas (p. 186), o que permitiu o diálogo com potenciais grupos golpistas (p. 148). Sendo o relatório (p. 186) categórico em afirmar que a CIA tinha conhecimento do

planejamento do grupo que desfechou o golpe de Estado definitivo em 11 de setembro de 1973, recebendo informes desde julho até setembro de 1973.

Diante das informações expostas, conjugaremos a postura dos autores na literatura para com o papel dos EUA e da CIA na criação das condições ao golpe de Estado no Chile, especialmente, dialogando acerca do papel dos elementos da polarização, extremismo e mobilização como um método para a desestabilização do governo de Allende.

Para James Petras e Morris Morley (1975) “A política dos EUA buscou e foi bem sucedida em desagregar o estado chileno, essencialmente estabelecendo vínculos com os militares que, por sua vez, capturaram o estado, [...]” (p. 119, tradução nossa).⁹⁸ De forma singular, Kornbluh (2014) defende que a CIA não almejou um golpe, mas acabou contribuindo para que o governo caísse. Streeter (2004) concluiu:

Por fim, é claro, a campanha de desestabilização dos EUA teve sucesso. Mesmo um presidente popular e carismático como Allende não resistiu ao ataque de grupos terroristas de direita como Patria e Libertad, subterfúgios da CIA, agitação social generalizada e dissensão dentro de suas próprias fileiras. O caos econômico, pelo menos parte do qual pode ser atribuído à campanha de desestabilização dos EUA, criou uma crise tão severa que muitos observadores acreditavam em meados de 1973 que algum tipo de golpe militar era inevitável. (STREETER, 2004, p. 13, tradução nossa).⁹⁹

Sobre a criação das condições para o golpe, Moniz Bandeira (2008, p. 85) aponta ainda que a penetração norte-americana e da CIA radicalizaram artificialmente a crise, com a desordem social e exacerbação da luta de classes, para minar as bases de apoio do governo, permitindo sua derrubada. Moniz Bandeira (2008) conclui que as ações encobertas, operações de engodo, e as ações encobertas de propaganda da CIA foram decisivas “para estabelecer o caos no Chile e possibilitar o golpe de Estado que derrubou o presidente Allende em 11 de setembro de 1973.” (p. 587). A valer, de acordo com documentos da CIA seus esforços de propaganda e, sobretudo financiamento do *El Mercurio*, “[...] desempenharam um papel significativo em preparar o cenário para o golpe militar de 11 de setembro de 1973.” (U.S. SENATE, 1975, p. 176).¹⁰⁰ Visto que as CAs de propaganda foram bem sucedidas, julgamos que tiveram o papel de criar as condições ao golpe por meio do estímulo à polarização e

⁹⁸ U.S. policy sought and succeeded in disaggregating the Chilean state, essentially establishing links with the military which in turn captured the state, [...].

⁹⁹ Ultimately, of course, the U.S. destabilization campaign succeeded. Even a popular, charismatic, president like Allende could not withstand the battering of right-wing terrorist groups such as Patria y Libertad, CIA subterfuges, widespread social unrest, and dissension within his own ranks. The economic chaos, at least part of which can be traced to the U.S. destabilization campaign, created such a severe crisis that many observers believed by the middle of 1973 that some sort of military coup was inevitable.

¹⁰⁰ [...] played a significant role in setting the stage for the military coup of September 11, 1973.

extremismo no Chile, como decorrência dos conteúdos expostos, principalmente pelo apelo anticomunista, com sua irracionalidade, desde a década de 1960 até 1970.

Ainda, a longevidade presente destes programas, durando por volta de uma década, se enquadram nas diretivas de Daugherty (2006) sobre o sucesso de ações encobertas de propaganda. Assim, já que Palacios (2009) considera que o “[...] anticomunismo em certo ponto também representava a iminência do caos e a destruição da base moral do país” (p. 122, tradução nossa),¹⁰¹ sendo apontada pela própria CIA que sua campanha de propaganda anticomunista foi sua atividade mais eficaz (U.S. SENATE, 1975, p. 163), podemos inferir a partir de uma dedução lógica, que na arena da guerra psicológica, nas mentes dos chilenos e, sobretudo, nas mentes dos oficiais militares, a participação da CIA foi crucial.

Ainda sobre os efeitos do anticomunismo e sua relação com a desestabilização do governo, principalmente para congregar a opinião pública chilena, Palacios (2009) afirma que “A percepção não era (apenas) que a esquerda chilena estava levando o país ao comunismo, mas à anarquia. Além disso, os comunistas eram vistos como carentes de valores humanos: eles estavam destruindo o país e seu povo apenas para satisfazer seus instintos básicos.” (p. 122, tradução nossa).¹⁰² Sendo endossado por Palacios (2009) que ao longo dos anos o anticomunismo se converteu de um discurso contra um programa político específico para uma expressão de ansiedade social generalizada (p. 16). Isso atesta também a irracionalidade do processo de polarização, como evidenciado tanto no Irã, como no Brasil.

Assim, a classe média se polarizava, se permitindo cogitar soluções extremas para a desordem em seu país, se mobilizando para mostrar seu descontentamento. Aliás, Oxhorn (2010) destaca que “[...] não foi a mobilização propriamente dita que acabou provando ser tão desestabilizadora, mas a maneira pela qual diferentes grupos foram mobilizados.” (p. 62, tradução nossa).¹⁰³ E ainda acrescenta (OXHORN, 2010), contribuindo para a noção apresentada aqui de extremismo:

Mobilizações fora de instituições e procedimentos governamentais formais contribuíram para a deslegitimação do regime democrático. Essa deslegitimação tinha sido um objetivo principal da direita desde que Allende assumiu o cargo,

¹⁰¹ [...] anti-communism at a certain point also represented the imminence of chaos and destruction of the moral basis of the country.

¹⁰² The perception was not (only) that the Chilean left was leading the country to communism but to anarchy. Moreover, communists were seen as lacking human values: they were destroying the country and its people only to satisfy their base instincts.

¹⁰³ [...] it was not the mobilization per se that ultimately proved to be so destabilizing, but the way in which different groups were mobilized.

porque só então seria possível garantir apoio suficiente a um golpe militar. (OXHORN, 2010, p. 62, tradução nossa).¹⁰⁴

Colocação esta que reitera as condições do golpe apresentadas pela literatura (BELKIN; SCHOFER, 2003; CASPER; TYSON, 2014; HIROI; OMORI, 2013; POWELL, 2012), principalmente quanto à legitimidade do líder e do próprio sistema democrático e a mobilização popular. Também foi importante o papel das mulheres de classe média, que pediam expressamente a renúncia de Allende, da mesma forma que as últimas greves de caminhoneiros e nas minas, em 1973. Curiosamente, se fosse pelo eleitorado feminino, o PN teria vencido as eleições em 1970 (POWER, 2010, p. 138). Reiteramos ainda que o respeito do governo pelas instituições, liberdade de imprensa (STREETER, 2004, p. 12) e de mobilização, foram essenciais para que este método pudesse ser bem sucedido.

James Petras e Betty Petras (1973) ainda manifestam que em setembro de 1973, no mês do golpe, o Chile se tornava uma Nação Dividida:

Em setembro, havia uma grande e crescente divisão no Chile – uma polarização das forças de classe na qual todos eram quase obrigados a tomar partido. Nem todos em ambos os lados estavam claramente cientes dos refinamentos das ideologias subjacentes, ou de todas as consequências inerentes à posição política com a qual estavam aliados. (PETRAS; PETRAS, 1973, p. 9, tradução nossa).

Diante do exposto nesta subseção 4.2, ao longo do capítulo 4 e em toda esta monografia. Vimos como o cenário de escalada de tensões, de polarização, extremismo e polarização, foi crucial para fomentar as causas e condições que permitiram a manifestação do fenômeno do golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973. Assim sendo, foi identificado que os EUA e a CIA tiveram parte em intensificar esta polarização a partir: de ações encobertas de propaganda que se utilizaram fortemente do artifício do anticomunismo; de ações encobertas políticas de financiamento aos principais partidos políticos da oposição, PDC e PN; do financiamento de organizações privadas, de mulheres, organizações patronais, *gremios*, empresas privadas, assim como sendo auxiliado por empresas norte-americanas; do apoio à mobilizações, que tinham ligação com os partidos por sua vez financiados; do apoio à greves de caminhoneiros, ligados a organizações patronais; do apoio à greves de mineiros, cujos sindicatos independentes eram fortemente ligados aos partidos financiados. Em ações de

¹⁰⁴ Mobilizations outside of formal governmental institutions and procedures contributed to the delegitimation of the democratic regime. This delegitimization had been a primary objective of the Right since Allende took office, because only then could sufficient support for a military coup be assured.

propaganda e política conjugadas, foi crucial o apoio à jornais como *El Mercurio*. Em ações políticas e econômicas o aguçamento das condições que permitiu tais greves.

Doravante os EUA e a CIA tiveram papel em intensificar a polarização e extremismo, a partir: de ações encobertas políticas para financiamento a grupos extremistas como PyL, que realizaram assassinatos, atentados e sabotagem, fortalecendo o impacto das greves; de indícios da utilização de grupos de extrema esquerda, apesar de não haver documentação para sustentar tal alegação; de ações encobertas de propaganda cinza e negra direcionada às Forças Armadas. Ainda, os EUA e a CIA tiveram papel em intensificar a mobilização, a partir: da conjugação da polarização, apoiando manifestações e greves, direta e indiretamente. Por fim, os EUA e a CIA se utilizaram da polarização, extremismo e mobilização para desestabilizar o governo e fomentar as condições à manifestação do golpe de Estado, a partir: do encurtamento dos canais de diálogo entre UP e PDC; do subsequente desaparecimento do centro na política, o PDC pendendo à direita com o PN; do afastamento da classe média do governo e alinhamento à direita; da maior tolerância para com soluções extremistas; da canalização destes fatores às Forças Armadas, com o estreitamento de relações.

Apesar da CIA não ter concebido no Chile um plano para o golpe de Estado como foi a Operação PBSUCCESS na Guatemala (CULLATHER, 1994), ou a Operação TPAJAX no Irã (GASIOROWSKI, 2013), sendo o Projeto FUBELT, o exemplo mais próximo, mal sucedido. Ainda, o golpe de Estado em 11 de setembro de 1973 se deu com conhecimento, em coordenação e auxílio tanto de oficiais da CIA, como de adidos militares dos EUA, com suporte da Marinha norte-americana; de certa forma, procedimentos similares aos conduzidos no Brasil. No entanto, no que tange as condições ao golpe, a CIA sabia bem o que queria, seu objetivo era criar um clima de golpe a partir do caos social proveniente da deterioração econômica. E os EUA, a própria CIA, assim como seus ativos no país trabalharam de forma sistemática para exacerbar a convulsão social e política.

Poderíamos julgar à primeira vista que a polarização no país apenas afastou os partidos, mas não criou uma homogeneidade dentro deles, tendo em vista as dissidências tanto na UP como no PDC. No entanto, ao agravar do processo o que se atestou foi uma UP mais mobilizada e extremista, assim como uma oposição mais homogênea com a criação do CODE, o que foi um objetivo exitoso da CIA no campo político. Atestamos assim, que a CIA buscou conscientemente fomentar a polarização e o extremismo como forma de desestabilizar o governo, o que foi bem sucedido. Sendo as mobilizações, tanto as marchas e greves, ao apogeu do processo. Julgamos também que é preciso cautela quando se considera que esses eventos foram pouco afetados pela intervenção dos EUA, pois, como constatado, os ativos da

CIA no Chile obtiveram somas notáveis de financiamento que lhes permitiram apoiar manifestações e greves, assim como montar uma máquina de propaganda muito bem sucedida em aflorar a irracionalidade no público, e principalmente na classe média.

Por fim, tratando dos programas de ações encobertas da CIA no Chile, à luz da evolução da atuação da CIA e suas técnicas empregadas. Constatamos que a CIA fomentou de forma consciente, coordenada e sistemática, seguindo exemplos anteriores, isto é, como um método, a polarização, extremismo e a mobilização de forma conjugada. Sendo decisivo nos pontos essenciais para captura da classe média e do centro político para desestabilizar o governo chileno. Assim como, atestamos que esses foram fatores responsáveis para criação das condições para o golpe de Estado executado pelas Forças Armadas chilenas em 11 de setembro de 1973.

5 CONCLUSÃO

A presente monografia teve como objetivo analisar como a polarização, extremismo e mobilização, como elementos conjugados, foram instrumentalizados como um método de desestabilização por ações encobertas pelos EUA para a criação das condições ao golpe de Estado executado no Chile em 1973. Consideramos, em acordo com parte da literatura, e a partir da documentação especializada exposta, que houve tal intento por parte da CIA para instigar de forma conjugada todos os três elementos dispostos; assim como o fomento destes fez das ações encobertas conduzidas essenciais para a intensificação do caos doméstico; para por fim, ser instrumentalizado como método para a criação das condições do clima de golpe.

Para tal conclusão, investigamos no capítulo 2 que as ações encobertas podem emular as condições necessárias ao golpe de Estado, inseridas em um processo de desestabilização para paralisar o governo. Em seguida, mostrando que os EUA e a CIA utilizaram de elementos análogos à polarização, extremismo e mobilização desde a criação da Agência em 1947, notavelmente nos casos da Itália em 1948, para mudança de regime por golpe de Estado no Irã em 1953, no Brasil em 1964 e finalmente no Chile em 1973.

No capítulo 3, identificamos que o Chile apresenta fatores estruturais relacionados à ocorrência do golpe de Estado, elementos estes instrumentalizados pelas ações encobertas da CIA no país. Assim como, expomos como o cenário da crescente polarização esvaziou o centro político, sendo o extremismo encarregado de minar o apreço à esquerda e direita pelo sistema político democrático, e a mobilização instaurando o caos nas ruas, como a consumação da desestabilização que tornou o governo incapaz de operar.

Desta forma, no capítulo 4, tratamos do papel dos EUA e das ações encobertas da CIA para, primeiramente, fomentar a polarização, extremismo e mobilização, e segundo, para instrumentalizar tais elementos de forma conjugada como método ao golpe de Estado. Concluimos assim, considerando que o papel das ações encobertas da CIA foi fundamental para a polarização em curso, visto que ela financiava os partidos protagonistas da oposição, assim como quando o conflito transpôs as instituições para as ruas, as maiores mobilizações, que tiveram os maiores efeitos polarizadores, obtiveram financiamento da CIA, ou grupos que as financiaram, por sua vez apresentavam ligações com a CIA. Ao passo em que o extremismo era fomentado pelo financiamento a grupos extremistas e radicais, assim como era estabelecido contato próximo entre a Estação da CIA em Santiago e oficiais conspiradores. Concluimos, ao lado de parte da literatura, que, pela recorrência histórica e pelo padrão de atuação no Chile, pode-se apontar a existência de um método sistemático.

REFERÊNCIAS

- AGEE, Philip. **Inside the company: CIA diary**. 1975.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Sage Publications, 1989.
- ALT, James E.; LASSEN, David Dreyer. Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 530-550, 2006.
- ANGELL, Alan. Mobilização política e alianças de classes no Chile de 1970 a 1973. **Political Quarterly**, 1975.
- ARBATLI, Cemal Eren; ARBATLI, Ekim. External threats and political survival: Can dispute involvement deter coup attempts?. **Conflict Management and Peace Science**, v. 33, n. 2, p. 115-152, 2016.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- BALDASSARRI, Delia; BEARMAN, Peter. Dynamics of political polarization. **American sociological review**, v. 72, n. 5, p. 784-811, 2007.
- BELKIN, Aaron; SCHOFER, Evan. Toward a structural understanding of coup risk. **Journal of Conflict Resolution**, v. 47, n. 5, p. 594-620, 2003.
- BELL, Curtis. Coup d'État and Democracy. **Comparative Political Studies**, vol. 49, no. 9, Aug. 2016, pp. 1167-1200.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. El impacto de la Gran Depresión en Chile (1929-1932). Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-601.html>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- BLACK, Jan Knippers. **A penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BÖHMELT, Tobias; ESCRIBÀ-FOLCH, Abel; PILSTER, Ulrich. Pitfalls of Professionalism? Military Academies and Coup Risk. **Journal of Conflict Resolution**, p. 0022002718789744, 2018.
- BORUM, Randy. Radicalization into violent extremism I: A review of social science theories. **Journal of strategic security**, v. 4, n. 4, p. 7-36, 2011.
- BUTLER, Jay. Responsibility for regime change. **Colum. L. Rev.**, v. 114, p. 503, 2014.
- CALLANAN, James. **Covert action in the Cold War: US policy, intelligence and CIA operations**. IB Tauris, 2009.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Polarize. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/polarize>. Acesso em: 11 de set. 2019.

CASPER, Brett Allen; TYSON, Scott A. Popular Protest and Elite Coordination in a Coup d'état. **The Journal of Politics**, v. 76, n. 2, p. 548-564, 2014.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. Military spending and the risks of coups d'etats. **Centre for the Study of African Economies**, 2007.

COLLIER, Simon; SATER, William F. **A history of Chile, 1808-2002**. Cambridge University Press, 2004.

COLLIN, Peter Hodgson. **Dictionary of politics and government**. Bloomsbury, 2004.

CORKE, Sarah-Jane. **US covert operations and Cold War strategy: Truman, secret warfare and the CIA, 1945-53**. routledge, 2007. [E-Book].

CULLATHER, Nick. **Operation PBSUCCESS: The United States and Guatemala, 1952-1954**. History Staff, Center for the Study of Intelligence, Central Intelligence Agency, 1994.

DAUGHERTY, William. **Executive secrets: Covert action and the presidency**. University Press of Kentucky, 2006.

DIXIT, Avinash K.; WEIBULL, Jörgen W. Political polarization. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 104, n. 18, p. 7351-7356, 2007.

DOCKRILL, Michael L.; HOPKINS, Michael F. **The Cold War, 1945-1991**. Macmillan International Higher Education, 2005.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário das ciências humanas**. Climepsi, 2006.

DRUCKMAN, James N.; PETERSON, Erik; SLOTHUUS, Rune. How elite partisan polarization affects public opinion formation. **American Political Science Review**, v. 107, n. 1, p. 57-79, 2013.

ESEN, Berk; GUMUSCU, Sebnem. Turkey: How the coup failed. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 59-73, 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency. **Chile: But What if There is a Military Coup?** Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79R00967A001500040008-4.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019b.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency. **Survey of Office of Policy Coordination by Deputy Director of Central Intelligence**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01731R001100120001-0.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019a.

ESTEBAN, Joan; SCHNEIDER, Gerald. Polarization and conflict: Theoretical and empirical issues. **Journal of Peace Research**, p. 131-141, 2008.

ESTEBAN, Joan-Maria; RAY, Debraj. On the measurement of polarization. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, p. 819-851, 1994.

EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. Editora Planeta do Brasil, 2013. [E-Book].

FFRENCH-DAVIS, Ricardo et al. **The Industrialization of Chile During Protectionism, 1940–82**. In: *An Economic History of Twentieth-Century Latin America*. Palgrave Macmillan, London, 2000. p. 114-153.

FORTIN, Carlos. Nationalization of copper in Chile and its international repercussions. In: **Chile 1970–73: Economic Development and Its International Setting**. Springer, Boston, MA, 1979. p. 183-220.

FOSSUM, Egil. Factors influencing the occurrence of military coups d'etat in Latin America. **Journal of Peace Research**, v. 4, n. 3, p. 228-251, 1967.

GADDIS, John Lewis. **The Cold War: a new history**. New York: The Penguin Press, 2005.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Popular mobilization and the military regime in Chile: the complexities of the invisible transition. University of Notre Dame, **the Helen Kellogg Inst. for international studies**, 1988.

GASIOROWSKI, Mark J. The 1953 coup d'etat in Iran. **International Journal of Middle East Studies**, v. 19, n. 3, p. 261-286, 1987.

GASIOROWSKI, Mark J. The CIA's TPBEDAMN Operation and the 1953 Coup in Iran. **Journal of Cold War Studies**, v. 15, n. 4, p. 4-24, 2013.

GASSEBNER, Martin; GUTMANN, Jerg; VOIGT, Stefan. When to expect a coup d'état? An extreme bounds analysis of coup determinants. **Public Choice**, v. 169, n. 3-4, p. 293-313, 2016.

GIBSON, James L. Mass opposition to the Soviet putsch of August 1991: Collective action, rational choice, and democratic values in the former Soviet Union. **American Political science review**, v. 91, n. 3, p. 671-684, 1997.

GOLDMAN, Jan (Ed.). **The Central Intelligence Agency: An Encyclopedia of Covert Ops, Intelligence Gathering, and Spies [2 volumes]: An Encyclopedia of Covert Ops, Intelligence Gathering, and Spies**. ABC-CLIO, vol. 1, 2015.

GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry. **International relations: The key concepts**. Routledge, 2013.

HANCOCK, Larry; WEXLER, Stuart. **Shadow Warfare: The History of America's Undeclared Wars**. Counterpoint, 2014.

HARMER, Tanya. **Allende's Chile and the Inter-American Cold War**. Univ of North Carolina Press, 2011, 1852p. [E-Book].

HELMS, Richard; HOOD, William. **A Look over My Shoulder**. Life in the Central Intelligence Agency. Nova York: Ballantine Books, 2003.

HIROI, Taeko; OMORI, Sawa. Causes and triggers of coups d'état: An event history analysis. **Politics & Policy**, v. 41, n. 1, p. 39-64, 2013.

HIROI, Taeko; OMORI, Sawa. Policy change and coups: The role of income inequality and asset specificity. **International Political Science Review**, v. 36, n. 4, p. 441-456, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

HOULE, Christian. Why class inequality breeds coups but not civil wars. **Journal of Peace Research**, v. 53, n. 5, p. 680-695, 2016.

HULNICK, Arthur S. US covert action: Does it have a future?. **International Journal of Intelligence and Counter Intelligence**, v. 9, n. 2, p. 145-157, 1996.

JACKMAN, Robert W.; VOLPERT, Karin. Conditions favouring parties of the extreme right in Western Europe. **British Journal of Political Science**, v. 26, n. 4, p. 501-521, 1996.

JAGUARIBE, Hélio. O moralismo e a alienação das classes médias. **Cadernos de Nosso Tempo**, 2 (2): 150-9, jan./jun. 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/OMoralismoEAAlienacaoDasClassesMedias>. Acesso em 10 jul. 2019.

JOHNSON, L.; BORN, Hans; LEIGH, I. D. **Who's watching the spies? establishing Intelligence Service accountability**. Potomac Books, 2005.

KINZER, Stephen. **All the Shah's men: An American coup and the roots of Middle East terror**. John Wiley & Sons, 2008.

KINZER, Stephen. **Overthrow: America's century of regime change from Hawaii to Iraq**. Macmillan, 2007.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon and Schuster, 1994.

KORNBLUH, Peter. Showdown in Santiago: What Really Happened in Chile. **Foreign Aff.**, v. 93, p. 168, 2014.

LE GALLO, Andre. Covert Action: A Vital Option in US National Security Policy. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v. 18, n. 2, p. 354-359, 2005.

LERNER, K. Lee; LERNER, Brenda Wilmoth. **Encyclopedia of espionage, intelligence, and security**. Thomson Gale. vol. 3, 2004.

LI, Richard PY; THOMPSON, William R. The "coup contagion" hypothesis. **Journal of Conflict Resolution**, v. 19, n. 1, p. 63-84, 1975.

LONDREGAN, John B.; POOLE, Keith T. Poverty, the coup trap, and the seizure of executive power. **World politics**, v. 42, n. 2, p. 151-183, 1990.

LUTTWAK, Edward. **Coup d'etat**. Harvard University Press, 2016. [E-Book]

LUTTWAK, Edward. **Coup d'etat**. New York: Alfred A. Knopf, 1969.

MACMILLAN DICTIONARY. Method. Disponível em: <https://www.macmillandictionary.com/dictionary/british/method>. Acesso em: 11 de set. 2019.

MALAPARTE, Curzio. **Coup D'etat: The Technique of Revolution**. Morris Productions, 1932.

MAQUIAVELO, Nicolás. **Discursos sobre a primera década de Tito Livio**. Ediciones Akal, 2017. [E-Book].

MARCHETTI, Victor; MARKS, John D.; WULF, Melvin L. **The CIA and the Cult of Intelligence**. New York: Knopf, 1974. [E-Book].

MARINI, Ruy Mauro. Economía política de un golpe militar. **Foro Internacional**, v. 15, n. 2 (58, p. 279-291, 1974).

MILIBAND, Ralph. The coup in Chile. **Socialist Register**, v. 10, n. 10, 1973.

MILLER, Michael K.; JOSEPH, Michael; OHL, Dorothy. Are coups really contagious? An extreme bounds analysis of political diffusion. **Journal of Conflict Resolution**, v. 62, n. 2, p. 410-441, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do Império Americano: Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016. [E-Book].

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)**. 639. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional**. In: Toledo, Caio Navarro. (Org.). 1964: Visões Críticas do Golpe - Democracia e Reformas no Populismo. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, v. , p. 103-122.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 4ª. ed. Rio de Janeiro/ RJ: Civilização Brasileira, 1978.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **BRAZIL MARKS 40th ANNIVERSARY OF MILITARY COUP**. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm#2>. Acesso em: 27 jun. 2019.

NAUDÉ, G. **Considérations politiques sur les coups-d'État**. Paris: Le Promeneur, 1639.

NAZER, Ricardo; ROSEMBLIT, Jaime. Electores, sufragio y democracia en Chile: una mirada histórica. **Revista Mapocho**, n. 48, p. 215-229, 2000.

O'BRIEN, Kevin A. Interfering with civil society: CIA and KGB covert political action during the Cold War. **International Journal of Intelligence and Counter Intelligence**, v. 8, n. 4, p. 431-456, 1995.

O'KANE, Rosemary HT. A probabilistic approach to the causes of coups d'etat. **British Journal of Political Science**, v. 11, n. 3, p. 287-308, 1981.

OPPENHEIM, Lois. **Politics in Chile: Democracy, authoritarianism, and the search for development**. 2. ed. Colorado: Westview Press, 1999.

O'ROURKE, Lindsey A. **Covert Regime Change: America's Secret Cold War**. Cornell University Press, 2018.

OXHORN, Philip D. **Organizing civil society: the popular sectors and the struggle for democracy in Chile**. Penn State Press, 2010.

PAINTER, David. **The Cold War: an international history**. Routledge, 2002.

PALACIOS, Margarita. **Fantasy and Political Violence: The Meaning of Anticommunism in Chile**. Springer-Verlag, 2009.

PETRAS, James F.; MORLEY, Morris H. **The United States and Chile: Imperialism and the overthrow of the Allende government**. Monthly Review Pr, 1975.

PETRAS, James; PETRAS, Betty. The Chilean coup d'etat: The Spokesman pamphlets ; no. 38. **Bertrand Russell Peace Foundation**, 1973.

PIPLANI, Varun; TALMADGE, Caitlin. When war helps civil–military relations: Prolonged interstate conflict and the reduced risk of coups. **Journal of Conflict Resolution**, v. 60, n. 8, p. 1368-1394, 2016.

PONS, Silvio. Stalin, Togliatti, and the origins of the cold war in Europe. **Journal of Cold War Studies**, v. 3, n. 2, p. 3-27, 2001.

POWELL, Jonathan M.; THYNE, Clayton L. Global instances of coups from 1950 to 2010: A new dataset. **Journal of Peace Research**, v. 48, n. 2, p. 249-259, 2011.

POWELL, Jonathan. Determinants of the Attempting and Outcome of Coups d'état. **Journal of Conflict Resolution**, v. 56, n. 6, p. 1017-1040, 2012.

POWER, Margaret. **Right-wing women in Chile: Feminine power and the struggle against Allende, 1964-1973**. Penn State Press, 2010.

POWER, Margaret. Who but a woman? The transnational diffusion of anti-communism among conservative women in Brazil, Chile and the United States during the Cold War. **Journal of Latin American Studies**, v. 47, n. 1, p. 93-119, 2015.

PRIOR, Markus. Media and political polarization. **Annual Review of Political Science**, v. 16, p. 101-127, 2013.

QURESHI, Lubna Z. **Nixon, Kissinger, and Allende: US involvement in the 1973 coup in Chile**. Rowman & Littlefield, 2008.

RICHELSON, Jeffrey T. **The US intelligence community**. Routledge, 2018. [E-Book].
 ROWE, Edward Thomas. Aid and coups d'état: Aspects of the impact of American military assistance programs in the less developed countries. **International Studies Quarterly**, v. 18, n. 2, p. 239-255, 1974.

RT. Venezuela blames sabotage & 'US electricity war' after major power outage. Disponível em: <https://www.rt.com/news/453310-venezuela-outage-sabotage-us/>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela. **Dicionário de política e segurança**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SARTORI apud BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998. p. 1168 – 1174.

SCHEETZ, Thomas. Public sector expenditures and financial crisis in Chile. **World Development**, v. 15, n. 8, p. 1053-1075, 1987.

SCHLESINGER, Stephen; KINZER, Stephen. **Bitter fruit**. Garden City: Anchor, 1982.

SHELDON, Rose Mary. The ancient imperative: clandestine operations and covert action. **International Journal of Intelligence and Counter Intelligence**, v. 10, n. 3, p. 299-315, 1997.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power**. Institute of International Studies Yale University, 1942.

STEMPEL, John D. Covert Action and Diplomacy. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v. 20, n. 1, p. 122-135, 2007.

STEPAN, Alfred C. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Ed. Artenova, 1975.

STREETER, Cf S. Destabilizing Chile: the United States and the overthrow of Allende. In: **Latin American Studies Association Convention**, Las Vegas. 2004.

THYNE, Clayton L. Supporter of stability or agent of agitation? The effect of US foreign policy on coups in Latin America, 1960—99. **Journal of Peace Research**, v. 47, n. 4, p. 449-461, 2010.

U.S. SENATE. Covert Action in Chile 1963 - 1973. 94th Congress 1st Session Committee Print – Staff Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. United States Senate. December 18, 1975. Printed for the use of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, p. 144-230, 1975.

U.S. SENATE. Foreign and Military Intelligence. 94th Congress 2d Session Senate – Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations With Respect to Intelligence Activities United States Senate Together With Additional, Supplemental, and Separate Views. April 26 (legislative day, April 14), 1976. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1976.

VERDUGO, Patrícia. **Chile, 1973—Como os EUA derrubaram Allende**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. New York: Cambridge University Press, 2007.